



Núcleo distrital de Viana do Castelo

A SUB-REGIÃO MINHO LIMA NO CONTEXTO REGIONAL DA UE



**NÚCLEO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO
INVESTIGAÇÃO 2008**

DOCUMENTO FINALIZADO: JULHO 2008

Titulo

A SUB-REGIÃO MINHO LIMA NO CONTEXTO REGIONAL DA UE

Autor

Hélder Pena – Núcleo distrital de Viana do Castelo da Rede Europeia Anti Pobreza

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

ÍNDICE

Introdução.....	4
Capítulo I: População.....	5
Capítulo II: Educação.....	17
Capítulo III: Emprego.....	27
Capítulo IV: Produtividade.....	38
Capítulo V: Rendimento.....	48
Capítulo VI: Rendimento familiar.....	60
Capítulo VII: Ciência, tecnologia e inovação.....	73
Capítulo VIII: Turismo.....	82
Conclusões.....	90
Fontes/Bibliografia.....	91
Anexo 1..... (" As actuais dinâmicas económicas e sociais na NUT III Minho Lima" - SUMÁRIO)	92
Anexo 2..... ("Inclusão social e distribuição de rendimento na UE 2007" – SUMÁRIO)	93

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Introdução

Este documento tem como principal objectivo contextualizar a região Norte, e sempre que possível a sub-região do Minho Lima, no mapa das regiões da UE (e de alguns países da EFTA). A principal fonte de informação utilizada na elaboração deste documento foi o “Eurostat regional yearbook 2007”, um documento de caracterização dos principais indicadores das regiões NUT II da UE, e inclusivamente de alguns países não pertencentes à União. Note que, longe de constituir uma mera tradução, é certo que muitas das análises deste documento correspondem naturalmente às análises da sua principal fonte, o “Eurostat regional yearbook 2007”. As estatísticas regionais são extremamente importantes para compreender as tendências económicas e sociais na União Europeia. O enorme orçamento dos Fundos Estrutural, de 347 mil milhões de euros para o período 2007 – 2013 ilustra bem a importância que a UE atribui à redução das assimetrias em termos de desenvolvimento económico e social entre as diferentes regiões.

As NUTE (Nomenclatura de Unidade Territorial para fins Estatísticos)

Todas as estatísticas de nível regional dentro da UE são baseadas na nomenclatura de unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS). A classificação de NUTS foi durante muitas décadas utilizada para a estatística regional, e foi sempre a base para as políticas de financiamento regional. No entanto, apenas em 2003 as NUTS adquiriram uma base legal, quando o regulamento de NUTS foi adoptado pelo Parlamento e pelo Conselho.

Sempre que novos Estados Membro aderem à UE, o regulamento das NUTS é naturalmente adaptado de forma a incluir a classificação regional nesses países. Foi o caso em 2004, quando a UE acolheu 10 novos Estados Membro. A Bulgária e a Roménia tornaram-se membros da União Europeia no dia 1 de Janeiro de 2007. Ambos tiveram, desde 1998, regiões estatísticas semelhantes a NUTS. Adquiriram novos códigos, válidos desde 1 Janeiro 2007. O regulamento das NUTS prevê uma revisão a cada três anos por novos limites administrativos ou circunstâncias económicas.

Âmbito geográfico

A publicação do EUROSTAT (“Eurostat regional yearbook 2007”), que serviu de base a este documento contém dados estatísticos para todos os 27 Estados Membro da União Europeia, incluindo os dois novos Estados Membro, Bulgária e Roménia. Em 2007 o âmbito geográfico foi alargado de forma a acolher os países da EFTA, pelo que existem análises aos desenvolvimentos regionais na Islândia, no Liechtenstein, na Noruega e na Suíça. É interessante poder comparar alguns dados regionais de Estados Membros da UE vizinhos de países da EFTA (por exemplo comparar a Noruega com a Suécia ou a Suíça com a Áustria). Naturalmente há muitas semelhanças entre regiões vizinhas de países diferentes, mas por vezes as disparidades podem ser igualmente interessantes.

NUT II Norte e NUT III Minho Lima

O objectivo deste documento é contextualizar a sub-região do Minho Lima na UE e verificar o seu desempenho no conjunto das regiões europeias. Este é um exercício que se reveste de uma certa dificuldade, uma vez que a maioria dos dados apenas estão disponíveis para a NUT II Norte, não estando disponíveis muitos dados para as sub-regiões (NUT III). No entanto, e sempre que existam dados, iremos tenta relacionar os dados do Minho LIMA com o seu contexto próximo, o Norte, e mais alargado, a União Europeia. Penso que se trata de um exercício relevante e de grande interesse, nomeadamente para todos os que de alguma forma estão envolvidos ou interessados no desenvolvimento económico e social desta sub-região do Minho Lima.

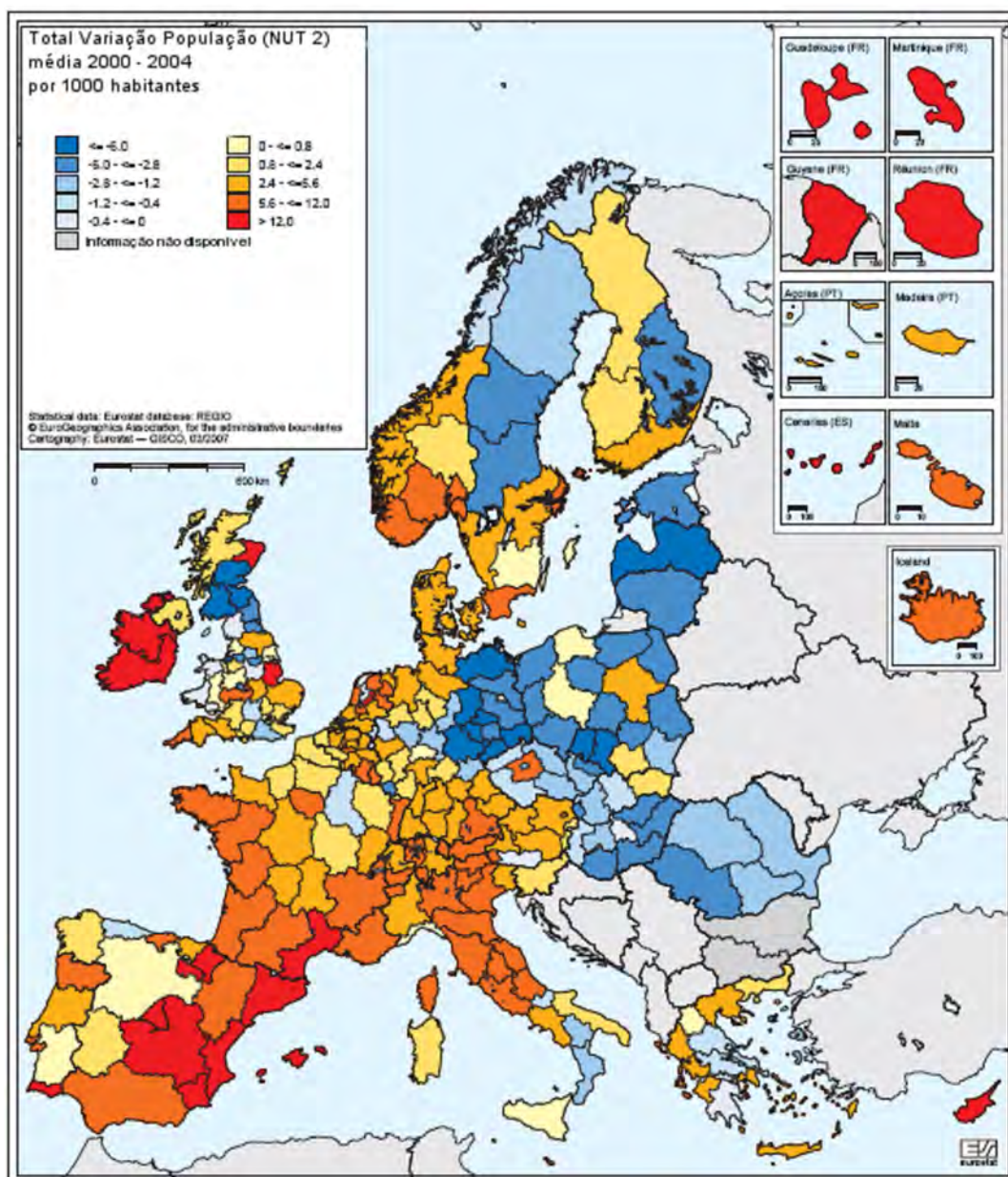
CAPITULO I: POPULAÇÃO

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O padrão demográfico regional da UE

A tendência demográfica tem um forte impacto na sociedade. A baixa fertilidade combinada com o aumento da longevidade resulta no envelhecimento da população da UE. O número de idosos aumenta, enquanto a população em idade activa está em declínio. A análise é baseada em tendências demográficas que foram observadas durante o período 2000 – 2005. Assim, foram calculadas médias de cinco anos da variação da população anual total e dos seus componentes. Dado que as tendências demográficas são desenvolvimentos a longo prazo, as médias de cinco anos fornecem um quadro exacto e estável. Alguns desenvolvimentos demográficos talvez se tornem consideravelmente mais importante nas próximas décadas.

MAPA 1.1: Variação total da população, por NUT II, por 1000 habitantes (2000-2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Até fins dos anos 80, o crescimento natural era o principal responsável pelo aumento da população. Mas a partir do início dos anos 90, a migração internacional tornou-se a força mais importante neste crescimento. Os mapas 1.1, 1.2 e 1.3 reflectem a mudança populacional desde o início do século XXI. Os mapas mostram a média de cinco anos de que resultam “índices brutos de mudança populacional” (média durante o anos 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004). No nordeste e leste da União Europeia, a população diminuiu.

Nos últimos quarenta anos, a população dos 27 países da União Europeia cresceu dos cerca de 400 milhões de pessoas (1960) para quase 500 milhões de pessoas actualmente (2006). No entanto, a força e composição do crescimento da população variou significativamente ao longo do tempo. A variação total da população tem dois componentes: o aumento natural, que é definido como a diferença entre o número de nascimentos (nados-vivos) e as mortes; e a migração líquida e os fluxos de migração, que idealmente representa a diferença entre as saídas (emigrantes) e as entradas (imigrantes) na EU.

O mapa 1.1 é marcado por uma nítida divisão entre estas regiões e o resto da UE. Mais afectada pela diminuição da população são a Alemanha (leste), Polónia, a República checa, Eslováquia, Hungria e Roménia, e ao norte os três Estados Bálticos, e partes de Suécia e da Finlândia.

NUT II Norte

Como podemos observar, a NUT II Norte regista um crescimento da sua população. De facto, podemos verificar que a região apresenta a cor laranja, indicativa de um aumento populacional neste período (5,6 a 12).

NUT III Minho Lima

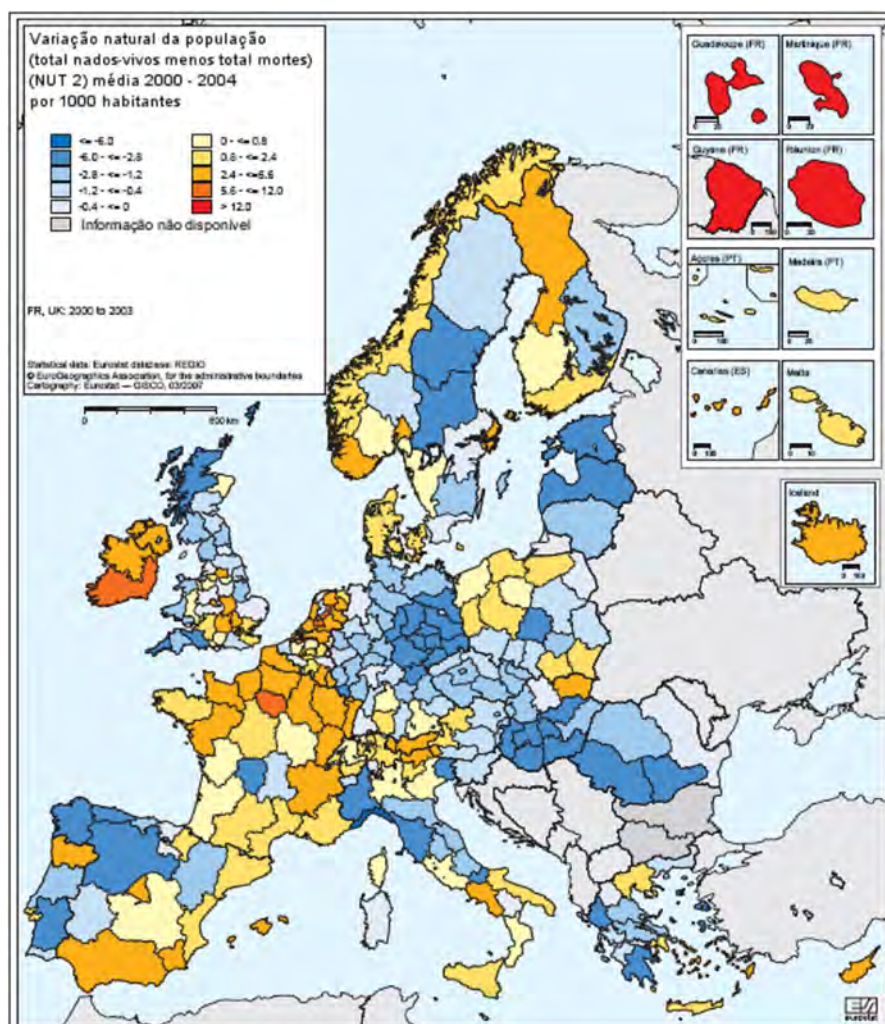
Como podemos ver no quadro, também a NUT III Minho Lima registou no período 2000 a 2004 um ligeiro aumento populacional de cerca de 4600 habitantes.

Quadro A: População residente (N.º) por Local de residência (2000 – 2004)

Local de residência	2004	2000
Portugal	10529255	10256658
Continente	10043763	9779845
Norte	3727310	3643795
Minho Lima	251937	247332

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

MAPA 1.2: Variação natural da população, por NUT II, por 1000 habitantes (2000-2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

No mapa 1.2 podemos verificar que em muitas regiões da UE morreram mais pessoas do que nasceram desde o início do novo século. A variação natural da população negativa resultante é comum. A Irlanda, a França, os três países do Benelux e a Dinamarca têm claramente um aumento natural na população. A variação natural da população é predominantemente negativa na Alemanha, na República checa, na Eslováquia, na Hungria, na Eslovénia, na Roménia e regiões adjacentes, assim como nos Estados Bálticos, no norte da Suécia e no sul da Grécia. A situação nos outros Membro Estados é mais equilibrada. Nos 27 países que hoje compõem a União Europeia, o índice total de fertilidade baixou dos cerca de 2½ nos anos 60 para aproximadamente 1½ em 1993, onde tem permanecido desde então (Figura 1.1).

NUT II Norte

Como podemos observar, a NUT II Norte regista uma variação natural da população claramente positiva (crescimento de 2,4 a 5,6 por 1000 habitantes, contrastando claramente com o restante território nacional, excepção feita á região da grande Lisboa e á Madeira).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

NUT III Minho Lima

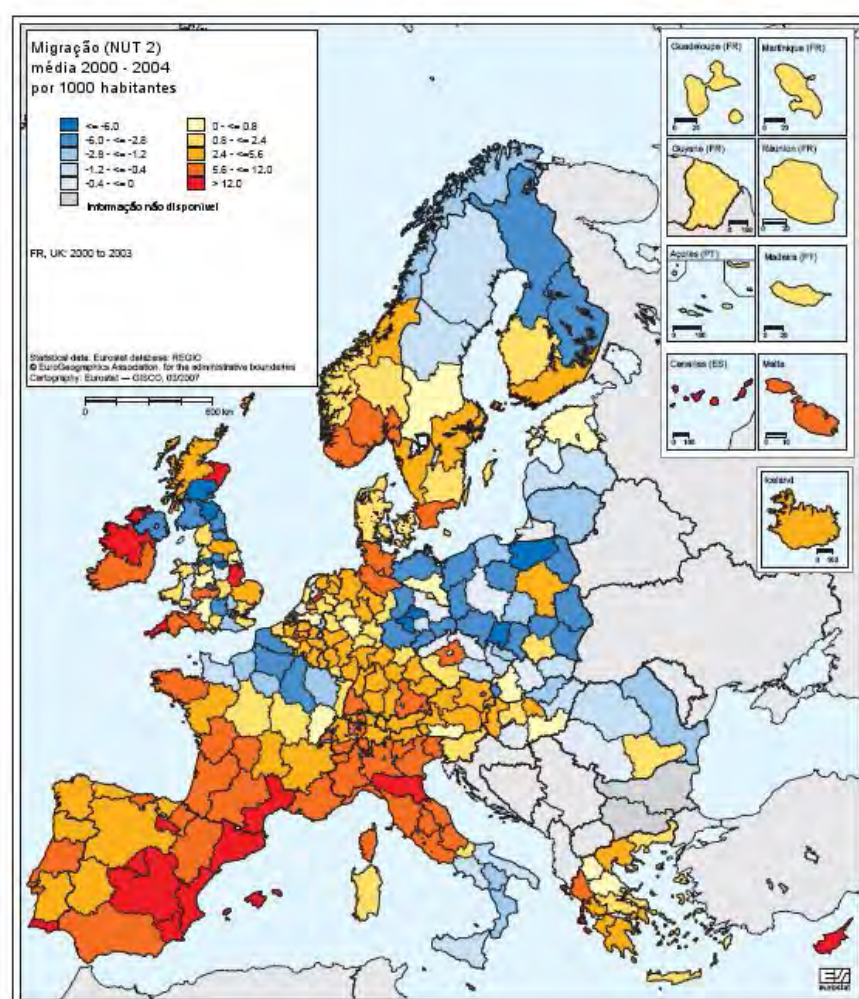
Como podemos observar no quadro B, houve no Minho Lima uma quebra nos nascimentos desde o ano 2000.

Quadro B: nados vivos (N.º), por local de residência da mãe (2000, 2004 e 2007)

Local de residência da mãe	2007	2004	2000
Total	102567	109356	120071
Portugal	102492	109298	120008
Norte	34094	37999	44521
Minho Lima	2067	2184	2455

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

MAPA 1.3: Migração (imigração e emigração), por NUT II, por 1000 habitantes (2000 2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Actualmente, nos países mais desenvolvidos, é considerado necessário um índice de fertilidade de 2,1 crianças por mulher para assegurar a substituição das gerações (nível de substituição das gerações), isto é, o nível em que uma determinada população permanece estável no tempo não existindo fluxos migratórios.

No mapa 1.3 podemos verificar uma clara migração líquida em cinco regiões: as regiões do Norte da Suécia e da Finlândia; um grupo oriental, abrangendo a maioria da Alemanha de leste, Polónia, Lituânia e Letónia assim como partes da República checa, Eslováquia, Hungria e Roménia; regiões no norte de França; regiões no sul de Itália; na Irlanda do Norte e partes da Escócia. Em algumas regiões uma mudança natural negativa foi compensada por migração líquida positiva. Isto é mais notório na Alemanha ocidental, na Áustria oriental, no norte de Itália e na Eslovénia, assim como no sul da Suécia e nalgumas regiões de Espanha, Grécia e Reino Unido. O contrário é muito mais raro: só em algumas regiões (no norte da Polónia) uma mudança positiva natural foi compensada por uma migração líquida negativa. Na Irlanda, nos países do Benelux, em muitas regiões da França e em Espanha um aumento natural foi acompanhado por uma migração líquida positiva. No entanto, na Alemanha oriental, na Lituânia e na Letónia, assim como algumas regiões da Polónia, na República checa, na Eslováquia, Hungria e Roménia, os dois componentes da variação populacional eram negativos. Em algumas regiões isto levou a uma perda sustentada de população.

NUT II Norte

Podemos ver no mapa que a região Norte não foi afectada pela perda de população devido á migração, tendo existido um saldo positivo na ordem dos 2,4 a 5,6 por 1000 habitantes. Contudo, as duas regiões portuguesas mais “beneficiadas” por um saldo migratório positivo foram a região do Algarve (a vermelho, superior a 12 por 1000) e a região Centro (5,6 a 12 por 1000 habitantes).

Índices de dependência

Os índices de dependência são indicadores demográficos importantes que relacionam a juventude e a “velhice” da população relativamente à população em idade activa.

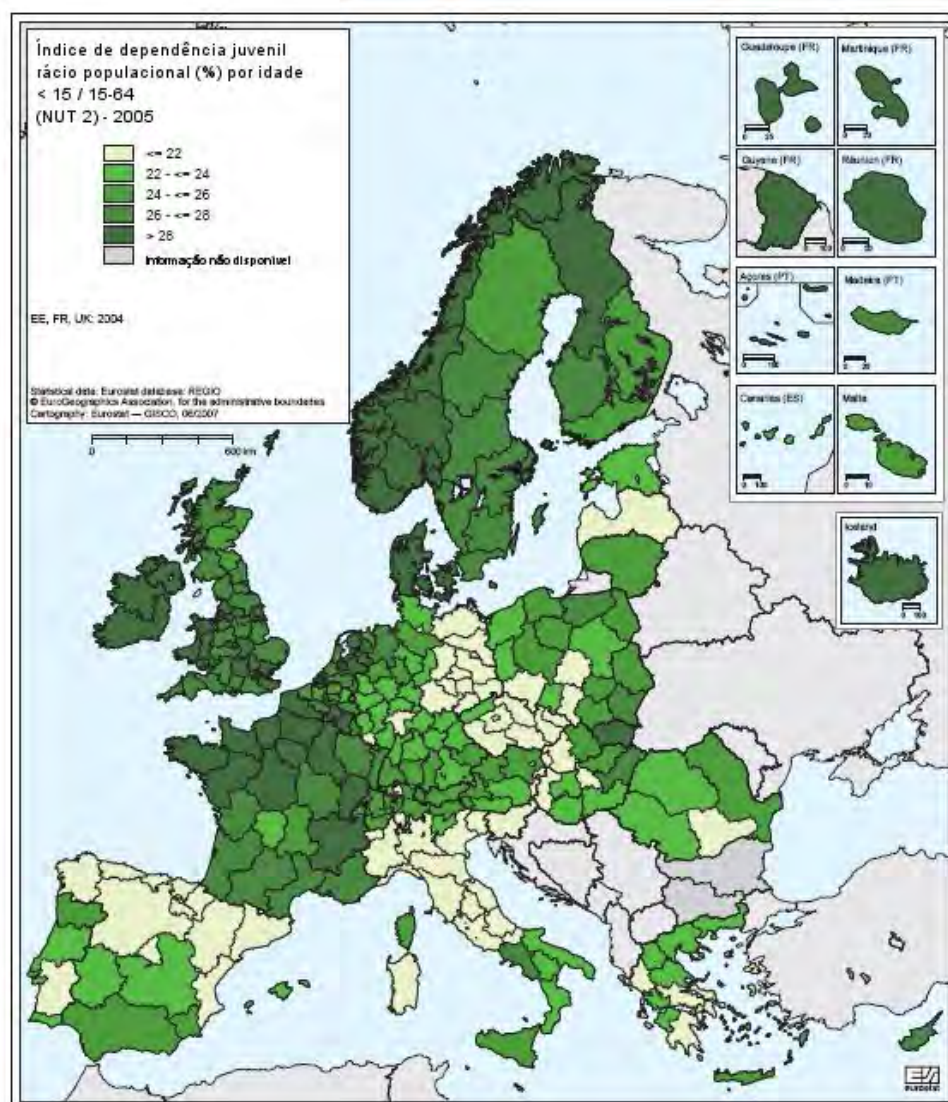
Faixas etárias consideradas:

- Índice de dependência juvenil: faixa da população até aos 14 anos relativamente à população entre os 15 e os 64 anos (idade activa);
- Índice de dependência dos idosos: faixa da população a partir dos 65 anos relativamente à população entre os 15 e os 64 anos (idade activa).

Os mapas 1.4 e 1.5 reflectem a estrutura da população no início do ano 2005. O índice de dependência juvenil é influenciado por níveis recentes de fertilidade. Os países com uma fertilidade mais alta tendem a ter um índice de dependência juvenil mais alto (+ jovens por 100 habitantes em idade activa) quando comparado com países com baixos níveis de fertilidade. Isto acontece na Irlanda, na França, no Reino Unido, nos países do Benelux, na Dinamarca, na Suécia e na Finlândia.

A dependência juvenil é abaixo da média na Itália, na Grécia, na Espanha, na Alemanha, na República checa, Letónia e Roménia.

MAPA 1.4: Índice de dependência juvenil, por NUT II, 2005



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

NUT II Norte

NUT III Minho Lima

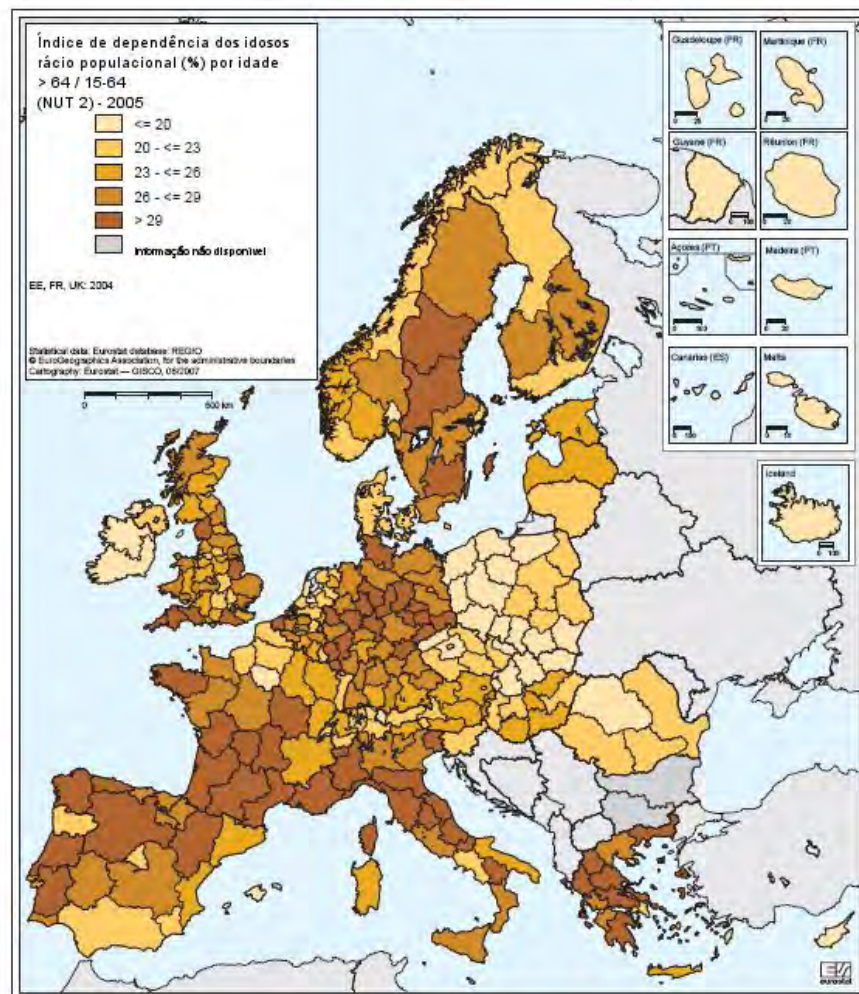
No quadro C podemos ver um índice de dependência juvenil de 23,2 %, em 2001.

Quadro C: índice de dependência de jovens (N.º) por Local de residência, 2001

Local de residência	
Portugal	23,6
Norte	25,5
Minho Lima	23,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2001

MAPA 1.5: Índice de dependência dos idosos, por NUT II (2005)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

Como vemos claramente no mapa 1.5, a população europeia está envelhecida e em muitas regiões o índice de dependência dos idosos assume já os 30% (zonas a castanho + escuro). O Leste europeu, a Irlanda, a Noruega e a Finlândia apresentam os valores mais favoráveis.

NUT II Norte

NUT III Minho Lima

Em termos de dependência juvenil, que como já vimos, indica a juventude de uma população, a região Norte surge numa situação relativamente favorável, comparativamente a outras regiões nacionais, com valores entre os 24% e os 28%.

O envelhecimento também se verifica na NUT II Norte, mas ainda assim a região é, a par com a Madeira, a que apresenta valores de dependência mais baixos em termos nacionais. No mapa podemos verificar que o valor da dependência sénior se situa entre os 20% e os 26%, inferior aos valores que se verificam noutras regiões portuguesas (Centro e Alentejo com valores superiores a 29%). Evidentemente que

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

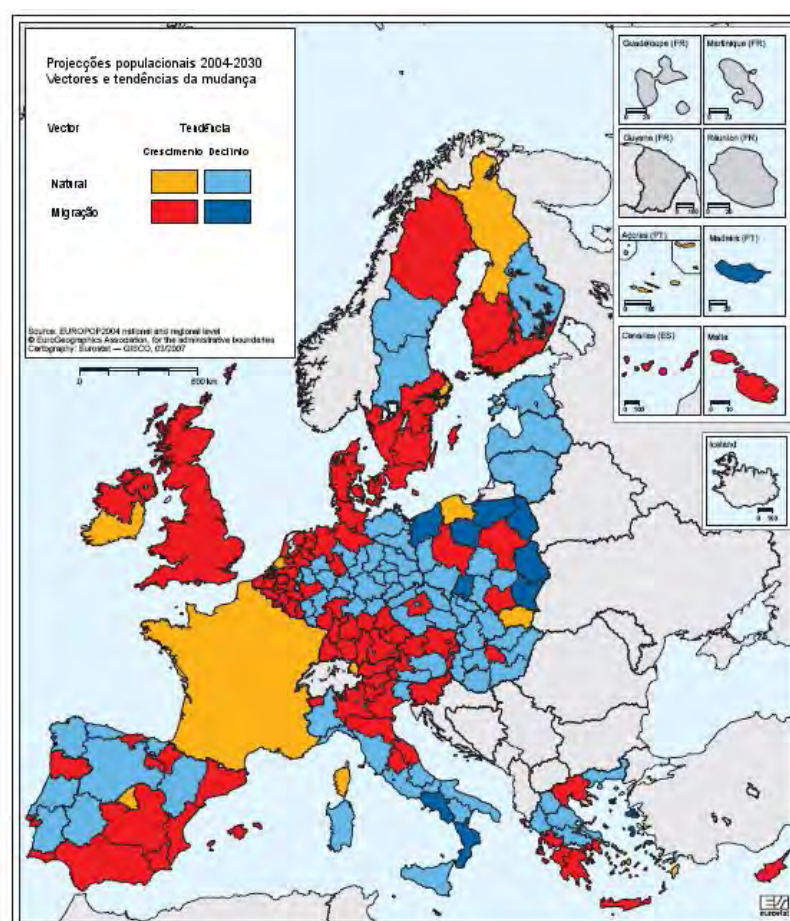
estes valores relativamente favoráveis constituem uma média ponderada do conjunto das sub-regiões que formam a região Norte; se Braga é uma sub-região jovem, já não poderemos dizer o mesmo de outras sub-regiões, nomeadamente do Minho Lima, em que alguns concelhos do interior apresentam valores muito elevados (o índice de dependência dos idosos no Minho Lima é de 31,5%, como podemos ver no quadro abaixo).

Quadro D: índice de dependência de idosos, por local de residência (2005)

Local de residência	%
Portugal	25,4
Norte	21,7
Minho Lima	31,5

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

MAPA 1.6: Projeções da população da UE 27, por NUT II, para o período 2004-2030



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

Em certas regiões da UE verifica-se que para cada pessoa idosa (de 65 anos ou mais anos), existem menos de três pessoas em idade activa (índice de dependência de idosos superior a 33 %).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Em 2004, isto era a excepção: menos de 5 % da população da UE vivia nestas regiões. Em 2030, isto será a regra (quase 90 % da população da UE irá viver em regiões com valores superiores a 33% de índice de dependência de idosos). No entanto, as diferenças regionais já visíveis actualmente podem levar a desenvolvimentos mais dramáticos nalgumas regiões que noutras.

O envelhecimento demográfico é um processo irreversível na UE. As projecções populacionais do Eurostat permitem uma clara antecipação de como a situação demográfica se irá desenvolver no futuro se as actuais tendências se mantiverem. O mapa 1.6 ilustra a tendência na variação da população (crescimento ou declínio) durante o período 2004 – 2030. O padrão regional da projecção apresenta alguns desenvolvimentos já actualmente existentes (por exemplo o declínio da população no nordeste e no leste da União Europeia). No entanto, a população provavelmente também irá diminuir noutras regiões (Alemanha, Itália, Espanha e Grécia). Na maioria das regiões que assistam a um seu crescimento de população, a principal razão deste eventual crescimento será a migração (85 em 96 regiões, isto é 89 %). O mapa 1.6 retrata estas regiões a vermelho escuro. Assim, apenas nalgumas regiões dispersas a população crescerá devido a uma variação natural positiva (mais pessoas nascem relativamente às pessoas que morrem).

Por outro lado, as regiões que assistirão neste período (2004-2030) a um declínio populacional irão provavelmente definir devido a uma variação natural negativa na população (regiões a azul claro). As excepções mais notórias são certas regiões da Polónia e da Itália onde a migração líquida talvez seja o factor decisivo do declínio da população. O índice de dependência dos idosos será um indicador particularmente dinâmico. Se as actuais tendências se mantiverem para a UE-27, é uma projecção razoável o índice de dependência dos idosos duplicar nos próximos 50 anos (Figura 1.2). Isto significará que no ano 2050 uma pessoa em idade activa talvez tenha que sustentar duas vezes mais pessoas reformadas que actualmente.

NUT II Norte

No mapa 1.6, que faz uma projecção da população 2004-2030, podemos ver claramente um crescimento populacional na NUT II Norte (a vermelho). Outras duas regiões portuguesas acompanham de resto esta tendência (Lisboa e Algarve). É de referir o facto da projecção apontar como principal factor de crescimento da população a migração e não o crescimento natural. Assim, assistir-se-á, a crer nesta projecção, que o Norte de Portugal será destino de movimentos migratórios internos (portugueses) e eventualmente do exterior (emigrantes da própria UE ou de outros países não pertencentes á União). Este é um dado extremamente relevante, uma vez que este crescimento populacional, a verificar-se, representará uma enorme oportunidade de desenvolvimento para a região. De referir ainda que, de acordo com a projecção, não existirá em nenhuma região portuguesa um declínio populacional devido a migrações, ou seja, não se antecipam saídas significativas de população dessas regiões, mas verificar-se-á, em contrapartida, um declínio na região Centro, no Alentejo e especialmente na Madeira em virtude de uma acentuada quebra de natalidade.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

NUT III Minho Lima

Como podemos observar pelos quadros E e F, as taxas de crescimento populacional no Minho Lima são negativas em 2007, tendo-se verificado tanto no crescimento natural como no crescimento efectivo uma variação negativa desde o ano 2000.

Quadro E: Taxa de crescimento natural (%) por local de residência (2000 e 2007)

Local de residência	2007	2000
	%	%
Portugal	-0,01	0,14
Norte	0,07	0,36
Minho Lima	-0,35	-0,20

Quadro F: Taxa de crescimento efectivo (%) por local de residência (2000 e 2007)

Local de residência	2007	2000
	%	%
Portugal	0,17	0,60
Norte	0,02	0,62
Minho Lima	-0,13	0,09

FIGURA 1.1: Taxa de fertilidade na UE 25 no período 1960-2005

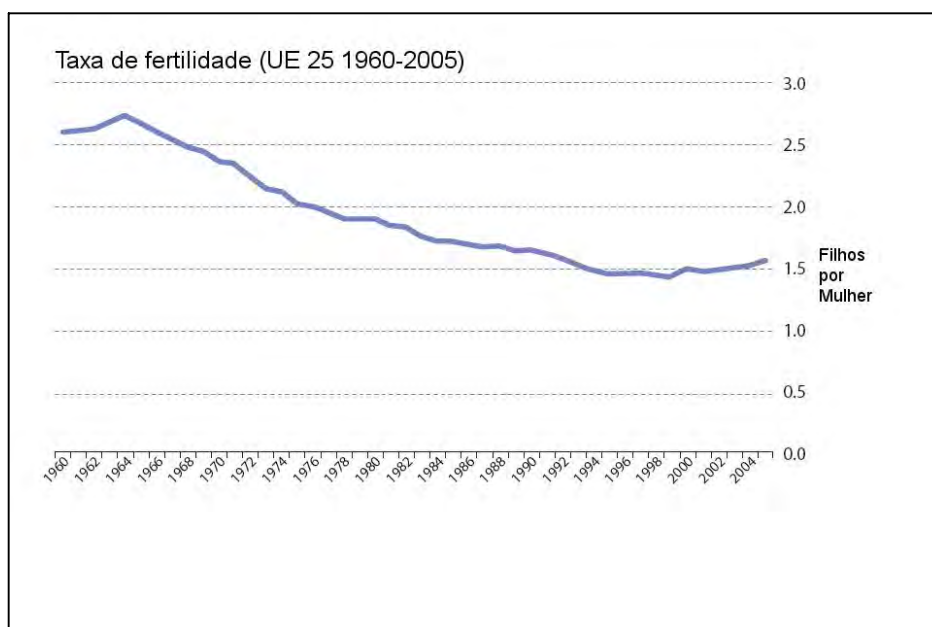
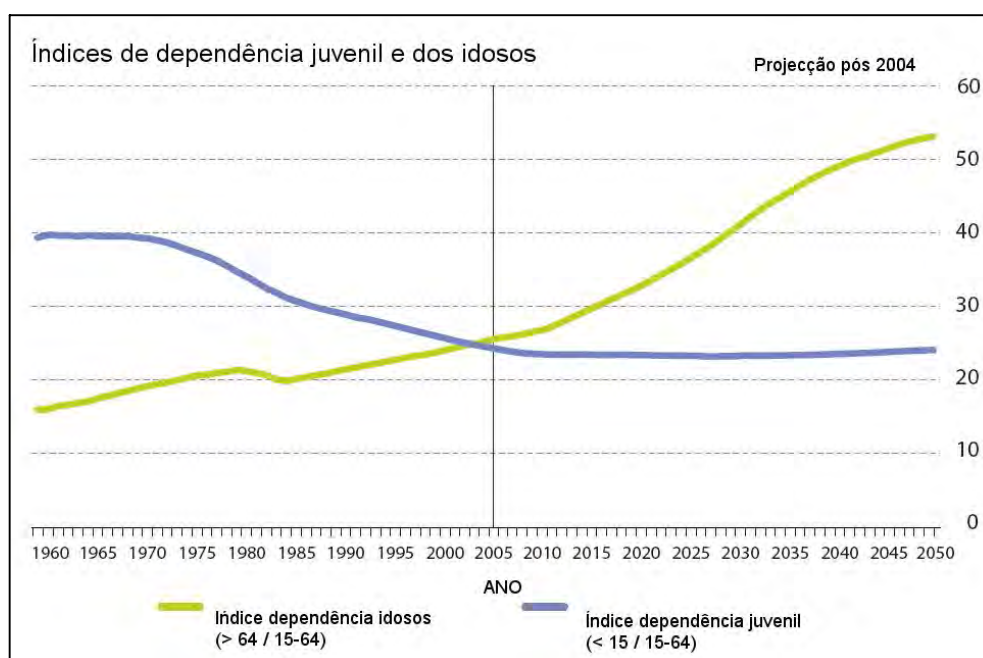


FIGURA 1.2: Índices de dependência (juvenil e dos idosos) – projecção 2004-2050



Conceitos

O **índice total de fertilidade** é definido como o número médio de crianças que nasceriam por mulher durante o seu tempo de vida de acordo com os índices específicos de fertilidade que foram medidos num ano dado.

A **migração** pode ser extremamente difícil de medir. Uma variedade de diferentes fontes de dados e de definições são usadas nos Estados-membros, o que significa que comparações directas entre estatísticas nacionais podem ser difíceis de realizar ou falaciosas. Os números líquidos de migração aqui expressos não são calculados a partir de dados de imigração/emigração. Muitos Estados membros da UE não têm dados completos e comparáveis para os fluxos de imigração e emigração, sendo que a migração líquida é calculada como a diferença entre a variação total da população e o aumento natural ao longo do ano. Assim, os valores de migração líquida igualam a variação da população total que não pode ser atribuída nem a nascimentos nem a mortes.

A **densidade populacional** é a relação da população num determinado território e numa determinada data relativamente ao tamanho do território.

CAPITULO II: EDUCAÇÃO

Introdução

A educação, a formação profissional e a aprendizagem ao longo da vida têm obviamente um papel crucial na estratégia económica e social da União Europeia. As estatísticas regionais do Eurostat relativamente à frequência e ao insucesso escolar e à participação na aprendizagem ao longo da vida tornam possível avaliar o progresso a nível regional e monitorizar o atraso de certas regiões.

A participação escolar das crianças de 4 anos de idade

Recentemente uma das principais preocupações em termos de educação foi alargar o acesso igual e universal ao nível da educação pré primária, antes do início da educação primária obrigatória. As conclusões da Presidência espanhola adoptadas em 2002 na cimeira de Barcelona apontaram como alvo a participação crescente na educação pré primária de 90 % de todas as crianças entre os 3 anos de idade e o início da educação obrigatória (referência para 2010).

O indicador aqui referido mede a percentagem de crianças de 4 anos de idade inseridas em qualquer ensino pré primário ou escola primária. A maioria das crianças desta idade frequenta o ensino pré primário (não obrigatório). Só na Irlanda (44,9 % em 2004) e no Reino Unido (29,9 % em 2004) uma proporção significativa de crianças nesta idade frequenta educação primária obrigatória.

O ensino pré primário é definido como a etapa inicial da educação organizada, projectada principalmente para introduzir crianças muito pequenas num ambiente semelhante à escola, criando uma ponte entre o ambiente familiar e a escola.

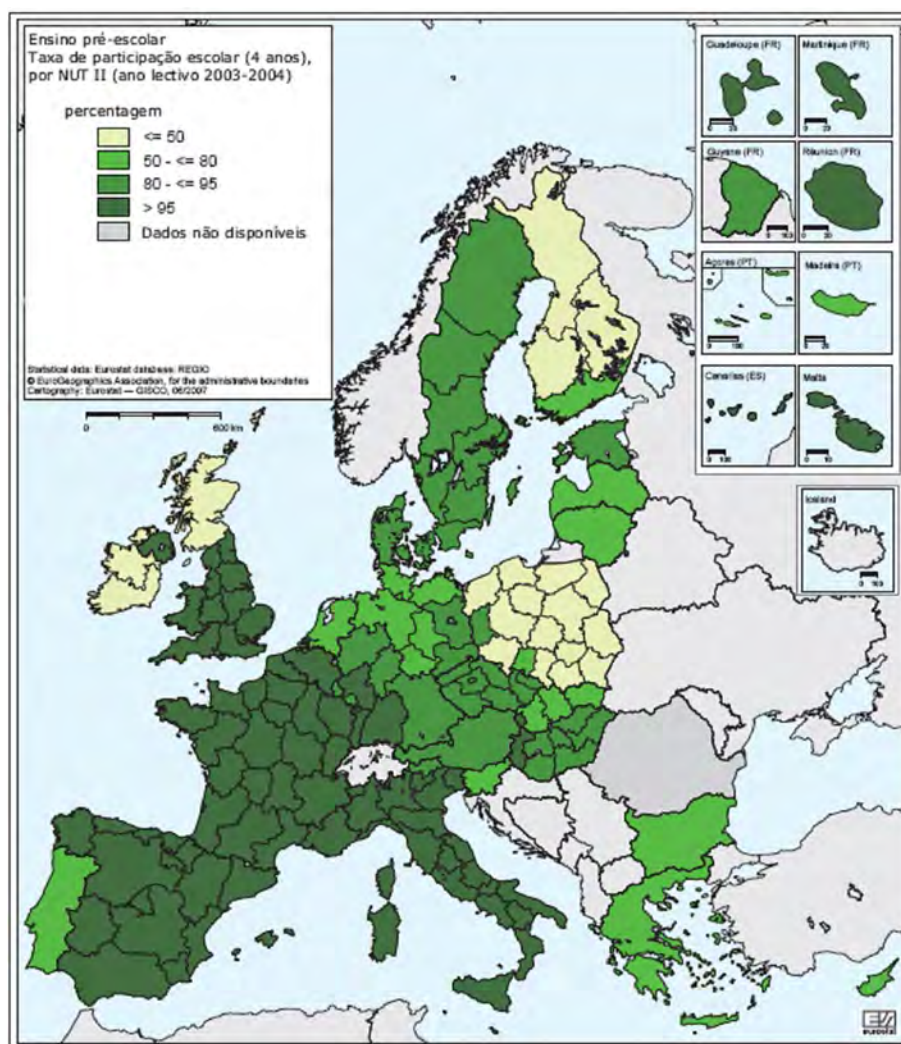
Aos 4 anos de idade a maioria das crianças na União Europeia frequenta a educação pré primária que está geralmente disponível a partir dos 3 / 4 anos de idade nos Estados Membros da UE. Na UE, em média, 85 % das crianças de 4 anos frequentam o sistema educativo; 80 % estão na pré primária e 5 % (na Irlanda e no Reino Unido) estão no ensino primário obrigatório.

Nalguns países, tal como na Bélgica, em Espanha, na França e na Itália, todas as crianças são matriculadas no ensino pré primário. Geralmente, há poucas diferenças regionais entre os índices de participação das crianças de 4 anos de idade no ensino pré primário. No entanto, no mapa 2.1 podemos ver certas variações regionais nestes índices, ainda que os padrões nacionais sejam óbvios. Os índices mais baixos de participação acontecem nas regiões polacas (entre 17 % e 53 %), na Irlanda, nas partes rurais da Finlândia e na Escócia. Os Estados Bálticos, a Holanda, a Grécia, o Chipre, a Eslováquia, a Bulgária e algumas regiões alemãs têm índices de participação entre 55 % e 75 %. A participação de 100 % sucede nos Estados Membros onde a o ensino pré primário é obrigatória, tal como Espanha, França, Itália e partes do Reino Unido.

Como iremos ver, a região Norte de Portugal e a sub-região do Minho Lima revelam um relativo atraso face às metas estabelecidas em Barcelona.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Mapa 2.1: Ensino pré-escolar (taxa de participação escolar a partir dos 4 anos de idade), por NUT II (2003-2004)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

Quadro G: Indicadores de educação por município, 2005/2006 e 2006/2007 (%)

	Taxa de pré-escolarização	Taxa de escolarização		Taxa de retenção e desistência no ensino básico				Taxa de transição/conclusão no ensino secundário			Relação de feminidade na população escolar	
		Ensino básico	Ensino secundário	Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Total	Cursos gerais/científico humanísticos	Cursos tecnológicos	Ensino secundário	Ensino superior
		2005/2006										2006/2007
Portugal	78,6	116,6	99,5	10,7	4,4	10,7	19,2	68,9	70,2	64,4	53,1	54,0
Continente	78,1	116,2	99,4	10,6	4,3	10,5	19,1	69,4	70,6	64,8	53,0	53,8
Norte	75,6	114,2	87,3	10,3	3,9	9,5	19,2	70,9	71,1	70,2	53,3	54,5
Minho Lima	85,5	113,9	95,7	7,7	3,8	5,8	13,9	69,7	70,6	66,4	53,9	55,8

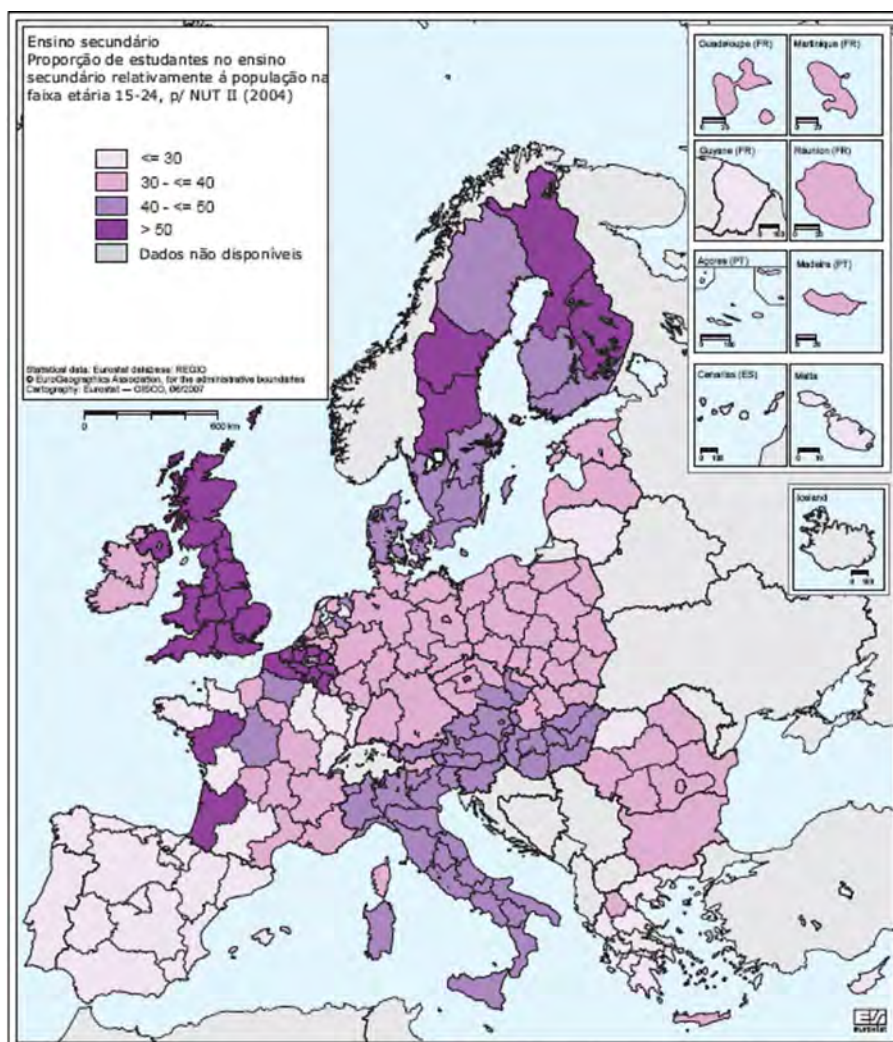
Fonte: INE (AR Norte 2006)

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Os estudantes do ensino secundário e do ensino pós secundário (não superior)

O mapa 2.2 mostra-nos os estudantes matriculados no ensino secundário (nível de ISCED 3) e no ensino secundário não superior (nível ISCED 4) em percentagem da população entre os 15 e os 24 anos de idade.

Mapa 2.2: Ensino secundário (proporção de estudantes no ensino secundário relativamente à população na faixa etária dos 15 aos 24 anos, por NUT II (2004))



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

O ensino secundário normalmente começa no fim de educação obrigatória e tipicamente exige nove anos ou mais de educação a tempo inteiro para admissão (desde o início do primário). O ensino secundário, quando finalizado, dá normalmente acesso a programas universitários.

O ensino secundário (via profissionalizante) é principalmente projectado para introduzir os estudantes no mundo do trabalho e prepará-los para futuros programas de educação vocacionais ou técnicos. O ensino pós secundário mas não superior (nível de ISCED 4) propõe programas que estão além do ensino superior mas que não são considerados de nível

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

universitário. Muitas vezes são programas técnicos e vocacionais mais avançados para formadores, professores ou profissionais ligados à medicina ou ao “marketing”.

Os estudantes geralmente começam o ensino secundário aos 15 / 17 anos de idade e terminam três ou quatro anos mais tarde. As idades de início/fim do ensino secundário dependem dos programas educativos nacionais. Os estudantes podem normalmente participar no ensino secundário relativamente perto de casa. Para este indicador foi definida uma faixa etária ampla de modo a cobrir a extensão relativamente larga de idades, dependendo do sistema educativo do país. A mais alta participação de estudantes nos níveis ISCED 3 e 4 registam-se em todas as regiões do Reino Unido e em Pays de la Loire e Nord - Pas-de-Calais, Île-de-France (França).

As regiões belgas, algumas regiões suecas, a região de Praga (República checa) e partes rurais da Finlândia também têm índices de participação entre os 50 % e os 70 %. Baixos índices de participação são registados nas regiões rurais de França. Geralmente, os índices de participação estão abaixo dos 30 % na Espanha e em Portugal e na maioria das regiões da Grécia, da Lituânia, de Chipre e de Malta.

Quadro H: População residente (N.º) por Local de residência e grupo etário (2003)

Local de residência	Grupo etário (por ciclos de vida)				
	Total	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 64 anos	65 e + anos
Portugal	10474685	1648996	1360606	5703687	1761396
Norte	3711797	626543	517433	2028089	539732
Minho Lima	251014	35847	34426	129572	51169

Fonte: INE

Quadro I: Alunos matriculados no ensino não superior (N.º) por localização geográfica e nível de ensino (2003)

Localização geográfica	Nível de ensino ministrado					
	Total	Pré-escolar	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário
Portugal	1807522	247521	508472	274169	391771	385589
Norte	659950	88027	190796	105687	148875	126565
Minho Lima	40803	5383	11031	6031	9362	8996

Fonte: INE

NUT III Minho Lima

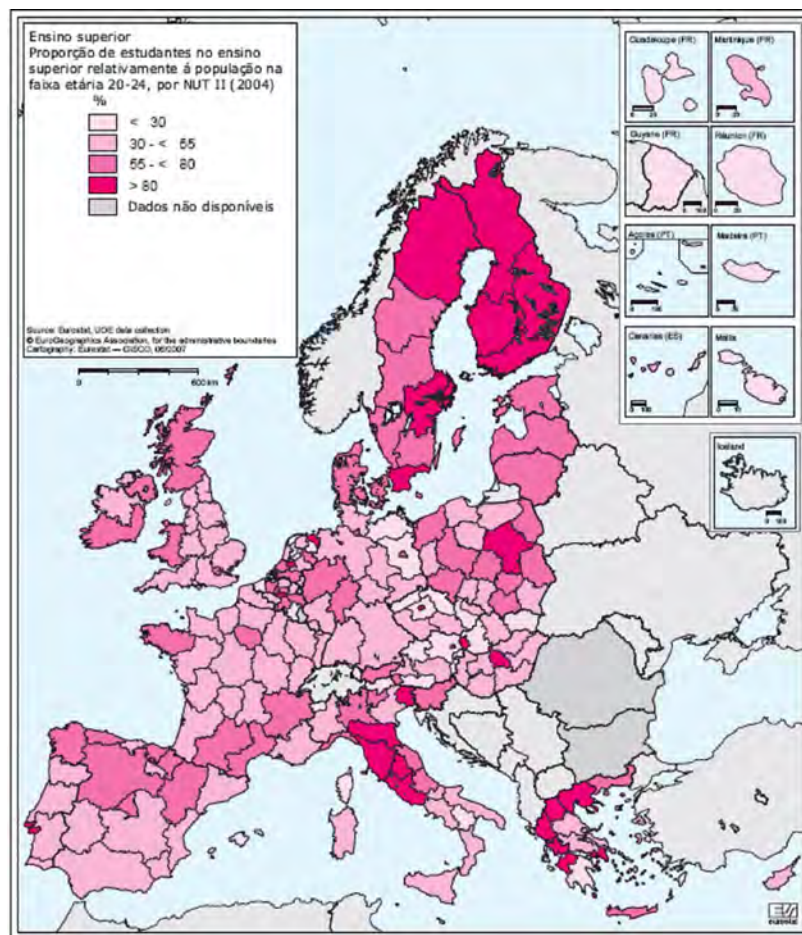
Como podemos verificar pelos quadros H e I, a proporção de alunos matriculados no ensino secundário correspondia no Minho Lima a cerca de 26%, em 2003, valor francamente abaixo da média de outras regiões europeias (quociente entre os alunos matriculados e a população em idade escolar a multiplicar por 100, de forma a obter a taxa: $8996/34426 \times 100 = 26,13\%$).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Os estudantes do ensino superior

O mapa 2.3 representa o número de estudantes do ensino superior (nível 5 e 6 ISCED) em percentagem da população entre os 20 e os 24 anos de idade. Como no mapa 2.2, a população de estudantes é comparada com a população na faixa etária relevante para ver a dimensão relativo da população de estudantes ao nível regional.

Mapa 2.3: Ensino superior (proporção de estudantes no ensino superior relativamente á população na faixa etária dos 20 aos 24 anos de idade, por NUT II (2004)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A população estudante cobre todas as faixas etárias pelo que as percentagens podem ser superiores a 100. O ensino terciário é normalmente de nível universitário, que exige três ou mais anos de estudo (nível ISCED 5A), estudos que poderão ser de carácter mais prático e orientado para o emprego (ISCED 5B) ou que poderão levar a uma qualificação avançada de investigação (nível ISCED 6, estudos de doutoramento). O acesso ao ensino superior exige a conclusão de programas de nível ISCED 3 e/ou 4 e os estudantes que entram no ensino superior são normalmente mais velhos que aqueles que entram no ensino superior secundário.

Este indicador é baseado na região onde estudam, e não na região de origem ou de residência dos estudantes. As regiões das universidades e outras instituições de ensino superior, em cidades geralmente grandes, tendem portanto a ter percentagens altas, para as quais os

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

estudantes se deslocam para realizar os seus estudos superiores. Em contrapartida, os estudantes mais jovens e em níveis mais baixos de ensino normalmente frequentam uma escola na sua área de residência. Assim, a primeira situação que este indicador demonstra não é a desigual participação no ensino superior mas, em vez disso, a desigual distribuição de instituições de ensino superior nas diferentes regiões.

Em média, 56 % da população da UE na faixa etária dos 20 aos 24 anos frequenta o ensino superior, sendo que Malta apresenta o valor mais baixo (26 %) e a Finlândia o valor mais alto, com mais de 90 %. No entanto, muitos estudantes de Malta (e também de Chipre) estudam no estrangeiro, não sendo incluídos aqui, o que constitui uma das principais razões que explicam os relativamente baixos valores para estes dois EM.

Nas regiões com as mais elevadas percentagens, os estudantes no ensino superior ultrapassam em número a população dos 20 aos 24 anos de idade. Em regiões tal como Praga, Viena, Bruxelas, Brabant Wallonia (sul de Bruxelas), Bratislava, Dytiki Ellada (Grécia), Mazowieckie, incluindo a capital Varsóvia (Polónia) e Övre Norrland (Suécia), os valores são superiores a 100 %, o que significa uma grande população de estudantes entre as camadas de população mais jovens. Muitas destas regiões situam-se junto às cidades capital.

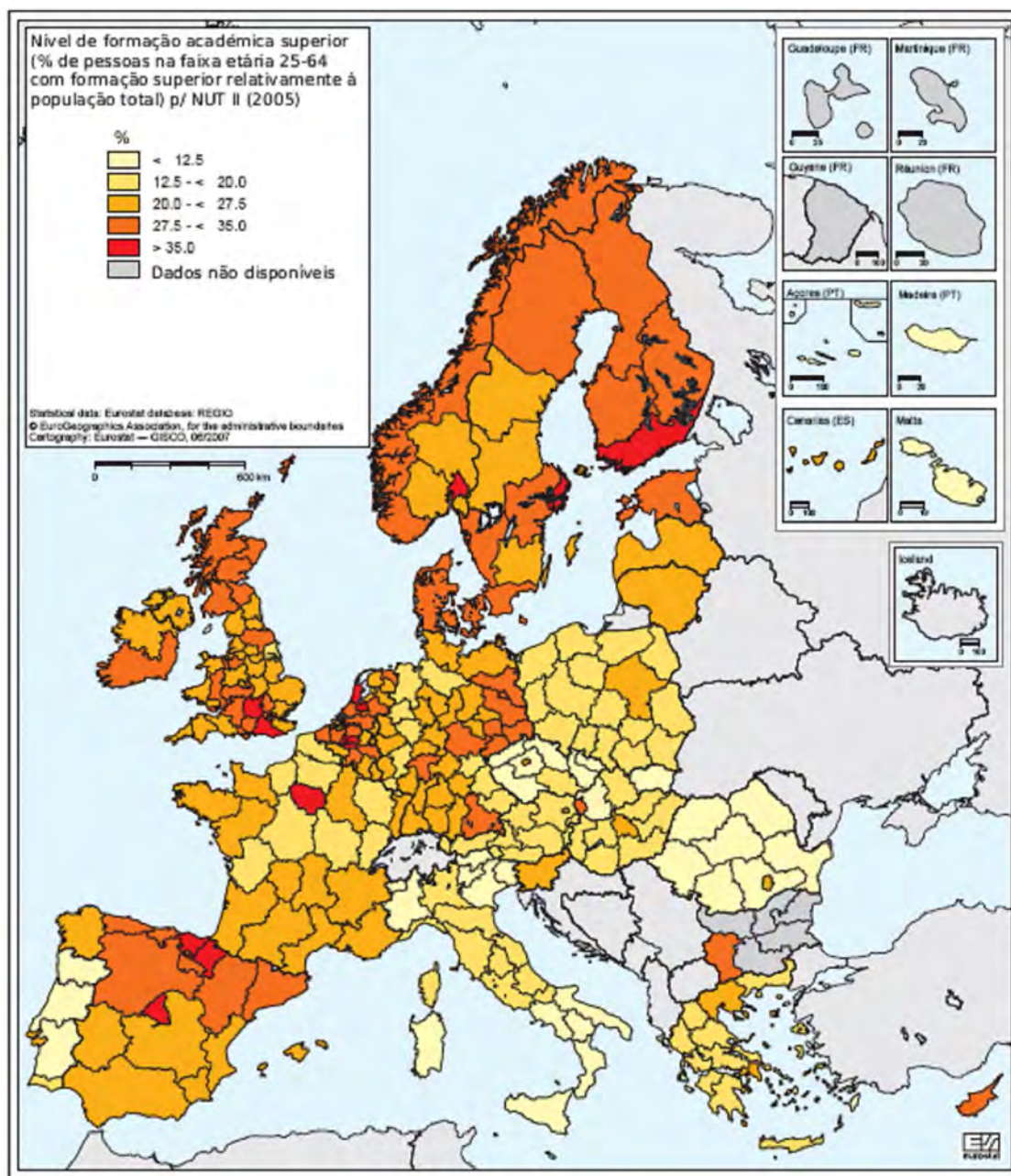
Poucas regiões têm populações de estudantes no ensino superior inferior a 30 % na faixa etária dos 20 aos 24 anos, e as que apresentam estes valores estão espalhadas por entre muitos Estados Membro. Muitas delas têm características que facilmente explicam as baixas percentagens, tal como a sua localização nas zonas rurais de um país ou nas ilhas: (França), Madeira e Açores (Portugal), Canárias (Espanha), Córsega (França) ou as Ilhas Åland (Finlândia). A maioria destas regiões têm poucas ou nenhuma infra-estruturas de ensino superior, e as gerações mais jovens têm que se deslocar para obter formação académica superior.

Nível de formação académica superior na UE

A proporção da população dos 25 aos 64 anos que completou o ensino superior (universidade ou formação similar) é mostrada no mapa 2.4. O padrão neste mapa é semelhante ao padrão no mapa 2.3. Na maioria dos EM, as proporções mais altas de cidadãos com formação superior localizam-se nas regiões onde existem as universidades, muitas vezes centros da administração pública que empregam pessoas altamente qualificadas. O perfil demográfico de uma região também tem alguma influência nos níveis de formação, uma vez que as novas gerações tendem a ter níveis de formação mais altos comparativamente a gerações mais velhas.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Mapa 2.4: proporção da população dos 25 aos 64 anos que completou o ensino superior (universidade ou formação similar)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

Apenas 17 regiões na UE apresentam uma proporção de cidadãos com formação superior a 35 %; estas regiões incluem capitais como Bruxelas, Londres, Paris, Helsínquia, Estocolmo, Madrid e Amesterdão; Oslo (Noruega) também entra nesta categoria.

A proporção de cidadãos com formação superior é geralmente alto em todo o país nos seguintes EM (Irlanda, Suécia, Finlândia, Holanda, Bélgica e Alemanha).

As regiões que apresentam as mais baixas percentagens de cidadãos com formação superior concentram-se nas partes rurais de seis países (República checa, Portugal, Roménia, Itália, e,

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

ainda que numa escala diferente, a Eslováquia e a Grécia). Incluem ainda ilhas tal como a Sardenha e a Sicília (Itália), Açores e Madeira (Portugal) e Malta.

NUT II NORTE

NUT III Minho Lima

Quadro J: Alunos matriculados no ensino não superior (N.º) por localização geográfica e por nível de ensino ministrado, 2003

Localização geográfica	Nível de ensino ministrado					
	Total	Pré-escolar	Básico - 1º ciclo	Básico - 2º ciclo	Básico - 3º ciclo	Secundário
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	1807522	247521	508472	274169	391771	385589
Norte	659950	88027	190796	105687	148875	126565
Minho Lima	40803	5383	11031	6031	9362	8996

Fonte: INE; Ministério da Educação

Quadro L: Alunos matriculados no ensino superior (N.º), por localização geográfica, 2003

Localização geográfica	Total
	N.º
Portugal	400831
Norte	122427
Minho Lima	4236

Fonte: INE; Ministério da Educação

Quadro M: Proporção de população residente com ensino superior completo (%) por local de residência 2001

Local de residência	%
Portugal	8,57
Norte	7,07
Minho Lima	5,35

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2001

Participação na aprendizagem ao longo da vida

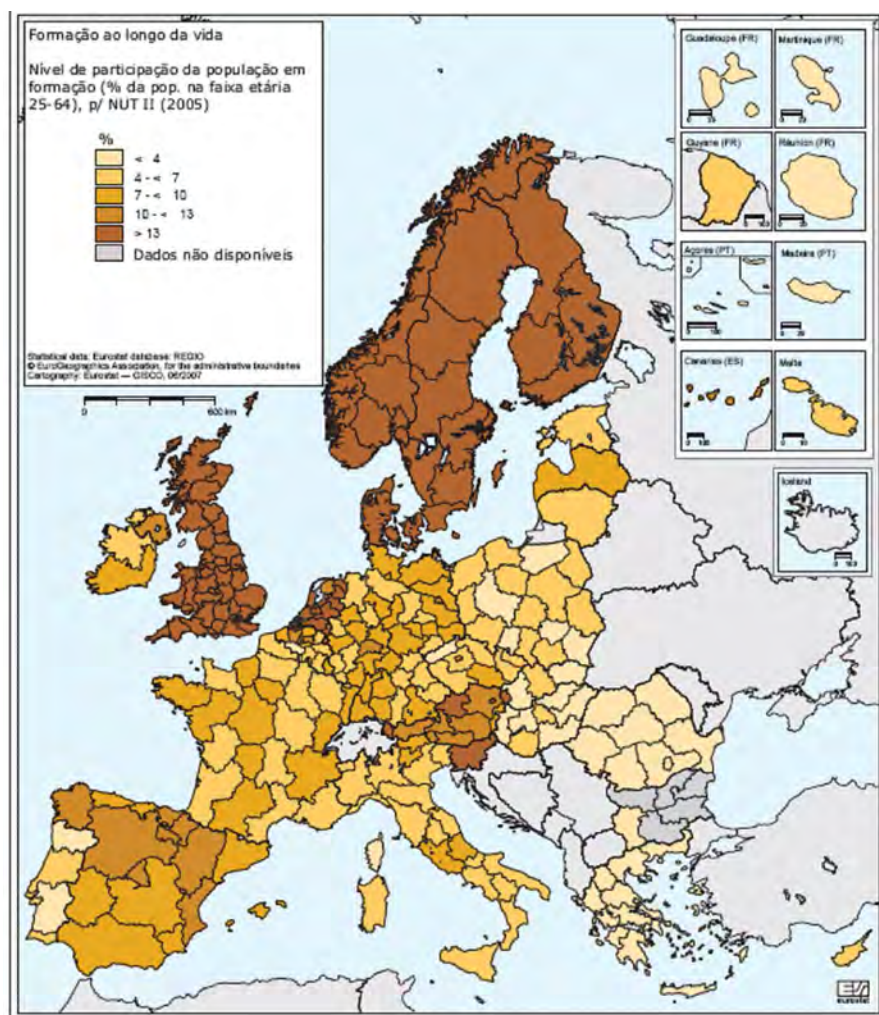
A aprendizagem ao longo da vida envolve a participação em qualquer tipo de educação ou formação — formal ou informal; no local de trabalho, no sistema formal de educação ou em qualquer outro local— durante as quatro semanas anteriores ao questionário. Os dados cobrem toda a formação académica ou profissional, esteja ou não relacionada com a actividade profissional actual (ou futura).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O renovar contínuo das competências profissionais, através da participação na aprendizagem ao longo da vida e em sistemas de formação tem sido repetidamente sublinhado pelas políticas da UE de acompanhamento aos objectivos de Lisboa.

A maioria dos sistemas mais formais de educação é regulada a nível nacional e regida por políticas nacionais. O mapa 2.5 mostra-nos a participação na formação ao longo da vida na UE. De referir que este é o indicador de educação (de todos os abordados neste capítulo) que apresenta uma menor variação regional.

Mapa 2.5: formação ao longo da vida, por NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A participação na aprendizagem ao longo da vida é elevada em todas as regiões da Finlândia, da Suécia, do Reino Unido e da Holanda (excepto uma região) e também na Noruega. A nível nacional, a Dinamarca e Eslovénia têm também índices de participação relativamente altos. A nível interno de cada EM, a maior participação na aprendizagem ao longo da vida regista-se normalmente nas regiões das capitais. A menor participação na aprendizagem ao longo da vida regista-se na Grécia, Roménia, Polónia, Hungria, Eslováquia e Portugal.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Conclusão

Apesar do esforço evidente que tem sido realizado nesta área, que é reconhecido, a sub-região do Minho Lima ainda revela níveis de participação escolar inferiores à média da UE (ver quadros 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5). No caso do ensino pré-escolar (taxa de participação escolar a partir dos 4 anos de idade), podemos ver que no ano lectivo 2003-2004, a participação das crianças desta faixa etária foi, em Portugal, inferior à média da UE. Como vimos no capítulo II, em média 85 % das crianças de 4 anos na UE frequentam o sistema educativo; em Portugal, a taxa de participação para o ano lectivo considerado fica entre os 50% e os 80%. Contudo, e como podemos ver no quadro G, e de acordo com os dados do INE (AR Norte 2006), a taxa de pré escolarização foi no Minho Lima e no ano lectivo de 2005-2006 de 85,5%, o que coloca a sub-região perfeitamente dentro da média na UE. Este é sem dúvida um facto altamente positivo, encorajador para o desenvolvimento do Minho Lima, que registamos com enorme satisfação.

Quanto ao ensino secundário e pós secundário (não superior), podemos verificar uma situação mais preocupante. Assim, em termos de ensino secundário (proporção de estudantes no ensino secundário relativamente à população na faixa etária dos 15 aos 24 anos), os valores são muito inferiores à média da UE: para uma média europeia de cerca de 40%, o Minho Lima apresentava em 2003 um valor de cerca de 26%, francamente abaixo do desejável.

No ensino superior verificam-se igualmente valores inferiores à média europeia. Assim, se tivermos em conta que, em média, 56 % da população da UE na faixa etária dos 20 aos 24 anos frequenta o ensino superior, podemos ver que, na região Norte, registava-se neste período um valor entre os 30% e os 55%, o que revela um relativo atraso nesta matéria (não estão disponíveis para as NUT III dados para este indicador, apenas para as NUT II).

Mas podemos concretizar melhor a ideia anterior, se tivermos em atenção os Censos 2001 no que respeita à formação superior da população. Assim, e de acordo com o quadro M, verificamos que, em 2001, apenas 5,35% da população minhota tinha formação superior, valor inferior à média nacional (8,57%) e ao Norte (7,07%). Infelizmente não estão disponíveis dados sobre a população na faixa etária dos 20 aos 24 anos no Minho Lima em 2005, pelo que não poderemos calcular a taxa de participação no ensino superior. Não tendo havido, e não houve, nenhum fenómeno demográfico que alterasse significativamente a população na faixa etária dos 20 aos 24 anos, e tendo neste período o acesso ao ensino superior decorrido com regularidade, é fácil constatar que os dados não se terão alterado significativamente. Assim, e na falta de dados precisos, apenas podemos que o Minho Lima está seriamente atrasado neste indicador de extrema relevância. Sabemos no entanto que, quatro anos depois, em 2005, a proporção da população dos 25 aos 64 anos que completou o ensino superior era, na UE, de cerca de 20%. Este dado espelha bem o longo caminho a percorrer.

No que respeita à formação ao longo da vida, a região Norte e o Minho Lima ficam abaixo da média da UE, como podemos ver no mapa 2.5 (a região norte apresentava em 2005 uma proporção da população dos 25 aos 64 anos com formação superior de cerca de 4%, o que é manifestamente pouco quando comparado com outras regiões europeias).

CAPITULO III: EMPREGO

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Os objectivos de emprego da UE

No Conselho Europeu de Lisboa (Março 2000) foram fixados três objectivos principais para o ano 2010: crescimento económico sustentado, mais e melhores empregos e maior coesão social. O objectivo seria atingir os 70 % em termos de índice total de emprego na UE, independentemente do género ou da faixa etária, e aumentar para 60 % o número de mulheres empregadas.

Um ano mais tarde, no Conselho Europeu de Estocolmo (Março 2001), dois objectivos intermédios foram acrescentados — em 2005 o índice de emprego deveria ultrapassar os 67 % e o índice feminino de emprego deveria ser superior a 57 % — e ainda um novo objectivo: o índice de emprego para trabalhadores mais velhos deveria ultrapassar 50 % em 2010.

Estes objectivos são conjuntos para a UE no seu todo. No entanto, é pertinente examinar individualmente os EM e confrontar os resultados dessa análise com os objectivos europeus definidos. O objectivo da coesão social não pode ser esquecido, pelo que as disparidades regionais face aos objectivos europeus devem ser destacadas. A capacidade para atingir os objectivos de emprego a nível regional deve ser avaliada de forma a identificar regiões com um desempenho inferior e como uma forma de medir a coesão territorial. De referir que os dois novos Estados Membros — Bulgária e Roménia — ainda não integravam a União Europeia em 2005.

Primeiro objectivo: Taxa total de emprego acima dos 67 %

O objectivo intermédio definido pelo Conselho de Estocolmo para a taxa média de emprego total para a União Europeia não foi concretizado. Em 2005 o índice total era 63,3 %, ainda 3,7 pontos percentuais abaixo do objectivo. É certo que de 2001 a 2005 existiu uma tendência de convergência com os objectivos devido ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, mas o índice não subiu suficientemente rápido.

Considerados a nível individual, quatro categorias de EM podem ser identificadas: os EM que já alcançaram os objectivos de emprego definidos na estratégia de Lisboa; os países que alcançaram os objectivos definidos pelo Conselho de Estocolmo; os países que falharam os objectivos de Estocolmo mas fizeram progressos significativos; os países que falharam os objectivos de Estocolmo e que não estão a convergir para esses objectivos (alguns estão mesmo a divergir).

Quatro EM da UE-27 já alcançaram o objectivo definido na estratégia de Lisboa, de 70 % para a taxa total de emprego. São eles a Dinamarca (75,9 %), a Holanda (73,2 %), a Suécia (72,3 %) e o Reino Unido (71,7 %).

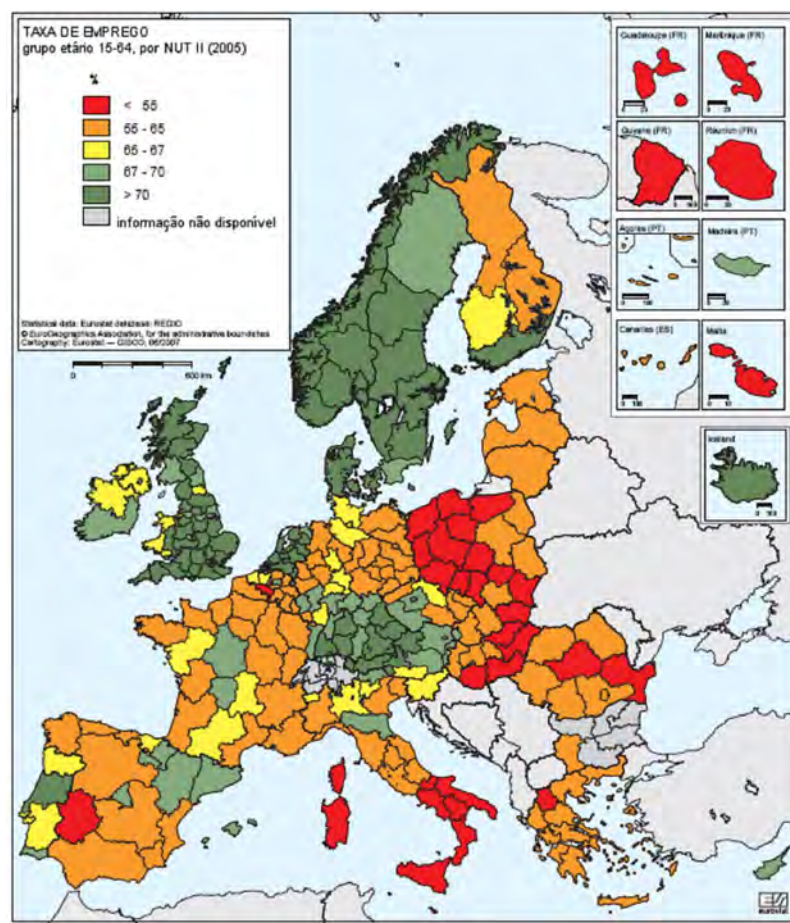
Cinco EM da UE-27 alcançaram os 67 % do objectivo intermédio definido pelo Conselho de Estocolmo para a taxa total de emprego. São eles a Áustria (68,6 %), o Chipre (68,5 %), a Finlândia (68,4 %), a Irlanda (67,6 %) e Portugal (67,5 %).

Todos os restantes países falharam o objectivo de Estocolmo. No entanto, alguns deles mostraram uma tendência ascendente nas taxas de emprego, como a Estónia, a Espanha, a França, a Grécia, a Itália, a Hungria e a Bulgária. Malta e Roménia não atingiram o objectivo de Estocolmo e estão inclusivamente a divergir, uma vez que mostram uma clara tendência de queda na taxa de emprego nos últimos cinco anos.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O mapa 3.1 mostra-nos as regiões NUT II que atingiram os objectivos (verde claro para os objectivos de Estocolmo e verde escuro para os objectivos de Lisboa). Um grupo de regiões na Alemanha, na Áustria e na República checa registaram altos índices de emprego. Os índices de emprego são particularmente baixos nas regiões ocidentais da Polónia e nas regiões do leste da Eslováquia, Hungria e Roménia.

MAPA 3.1: Taxa de emprego, dos 15 aos 64 anos de idade, por NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

As regiões do sul da Europa, com excepção de Portugal, apresentam baixos índices de emprego, especialmente o sul da Itália, a Sardenha e a Córsega. Todas as ilhas registraram baixos índices de emprego, excepto a Madeira (Portugal), as Ilhas Baleares (Espanha) e Chipre, que atingiram o objectivo de Estocolmo.

Os índices de emprego não são os mesmos para cada região dentro de um determinado país. A dispersão de índices regionais de emprego é calculada sempre que um país tem várias regiões NUT II e indica o nível de homogeneidade de emprego através das regiões.

Dos 19 EM relativamente aos quais é possível medir o índice de dispersão, a Bulgária, a Espanha, a Itália, a Finlândia e o Reino Unido mostraram uma diminuição significativa na dispersão de índices de emprego nos últimos cinco anos. Isto implica que as regiões NUT II nestes países são mais semelhantes agora em termos de índices de emprego. Ao longo dos últimos cinco anos o crescimento do índice de emprego na UE-27 não foi muito alto e três países mostraram uma clara tendência de decréscimo: a Suécia, Portugal e Malta. Mas

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

enquanto que na Suécia a tendência de decréscimo aconteceu em quase todas as regiões, em Portugal a diminuição da taxa de emprego diferiu entre as diferentes regiões: os índices de emprego aumentaram significativamente no Alentejo e nas Regiões Autónomas, mas diminuíram significativamente nas outras regiões.

Em contrapartida, a Espanha, a Letónia e a Lituânia mostraram um aumento constante ao longo deste período. Em 2005 os países da EFTA apresentavam os mais altos índices de emprego, com todas as suas regiões bem acima dos 70 %. A Islândia por exemplo registrou o maior índice de emprego, com 83,8 %.

NUT II NORTE

No mapa podemos ver que em termos de taxa de emprego a região Norte apresenta valores relativamente favoráveis, ainda que não tenha atingido o valor de 67% definidos pelo Conselho de Estocolmo. No entanto, para uma região em crise, é de assinalar a resistência ao desemprego, que se situa no intervalo 65% – 67%. Naturalmente que estes valores se referem ao ano 2005, e desde então sabemos dos despedimentos colectivos em virtude do aumento de falências, de deslocalização de empresas e de reestruturações que têm marcado a vida laboral um pouco de todo o país, mas que tem atingido severamente o Norte, particularmente na sub-região do Ave e do Cávado.

Quadro N: taxa média de emprego (%) por local de residência, sexo e grupo etário (2005)

Local de residência	HM			H			M		
	Grupo etário								
	Total	15-54 anos	55-64 anos	Total	15-54 anos	55-64 anos	Total	15-54 anos	55-64 anos
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	67,5	70,9	50,5	73,4	76,3	58,1	61,7	65,5	43,7
Norte	65,9	69,2	47,1	72,3	75,3	54,5	59,6	63,1	40,6

Fonte: INE (Inquérito ao Emprego 2005)

Segundo objectivo: Índice de emprego feminino acima dos 57 %

O índice de emprego feminino na UE-27 era inferior ao objectivo definido em Estocolmo, mas este era o objectivo mais próximo de ser alcançado. No entanto, o ritmo de crescimento para se atingir o objectivo de Lisboa em 2010 é ainda insuficiente.

Nos últimos cinco anos, quase metade dos EM aumentou os seus índices de emprego feminino (a outra metade não mostrou uma clara tendência). A Suécia é o único país que mostra uma diminuição coerente nos últimos cinco anos, mas em 2005 a Suécia já tinha atingido o objectivo de Lisboa para 2010 em termos de emprego feminino. Quatro países apresentavam índices de emprego feminino abaixo dos 50 % — Malta, Polónia, Itália e Grécia — embora no caso destes dois últimos EM a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha melhorado.

O índice de emprego feminino nas regiões NUT II estão ilustradas no mapa 3.2. Os melhores desempenhos em termos de emprego feminino do que em termos de emprego total é claramente visível ao compararmos o mapa 3.2 com o mapa 3.1.

Mais de metade das regiões NUT II apresentaram índices de emprego feminino acima do objectivo de Estocolmo. Quase todas as regiões de França, da Grécia, de Itália e da Espanha mostraram um aumento significativo do emprego feminino ao longo dos últimos cinco anos.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

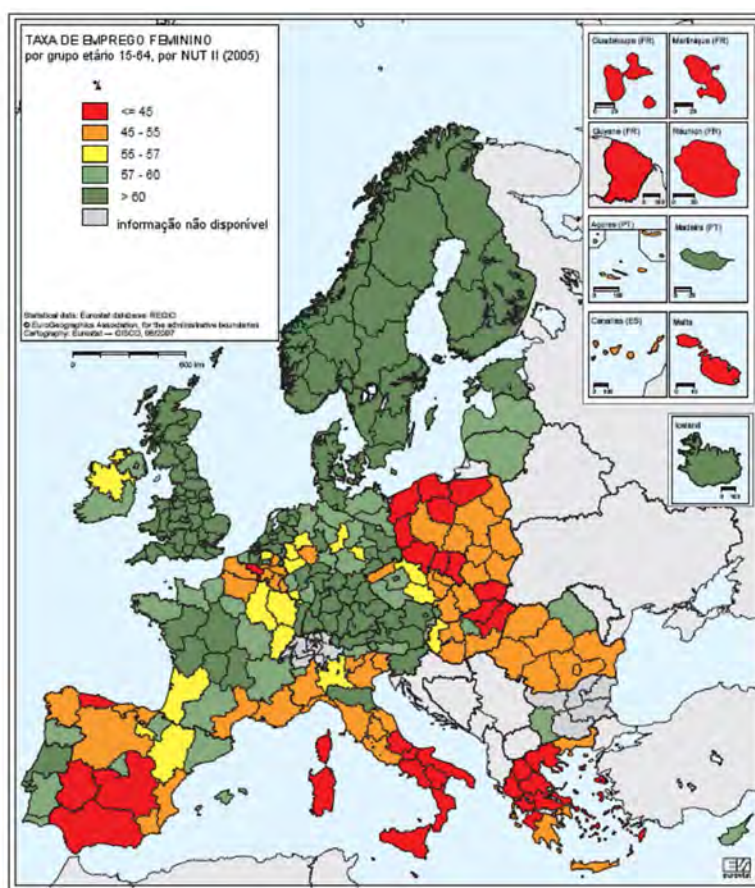
Algumas regiões holandesas também mostraram um aumento do emprego feminino, e, simultaneamente, uma diminuição nos índices totais de emprego. Isto significa que nessas regiões existiu uma substituição de homens por mulheres no mercado de trabalho.

A participação feminina no mercado de trabalho é bastante alta nos países da EFTA, todos com índices de emprego feminino acima dos 70 %.

NUT II NORTE

A taxa de emprego feminino foi sempre relativamente alta na região Norte (e de resto por todo o país). Como podemos ver no mapa (em verde claro), a região Norte atinge os valores definidos em Estocolmo para este indicador (taxa superior a 57%).

MAPA 3.2: Taxa de emprego feminino, dos 15 aos 64 anos de idade, por NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

Terceiro objectivo: taxa de emprego da faixa etária 55-64 anos acima dos 50 %

Em 2005 a taxa de emprego dos trabalhadores na faixa etária dos 55 aos 64 anos de idade na UE-27 era de 42,2 %. No Conselho de Estocolmo foi definido o objectivo de 50 % como taxa de emprego para esta faixa etária até 2010. A julgar pelo comportamento dos trabalhadores nesta faixa etária entre 2001 e 2005, será difícil alcançar este objectivo até 2010. Apesar da clara tendência positiva observada neste período, o ritmo não é suficientemente rápido.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Oito dos 27 Estados Membros já apresentam uma taxa superior aos 50 %, mas 12 estavam ainda abaixo dos 40 % em 2005. A Roménia é um desses casos e foi o único país que registrou uma diminuição significativa no período 2001 – 05.

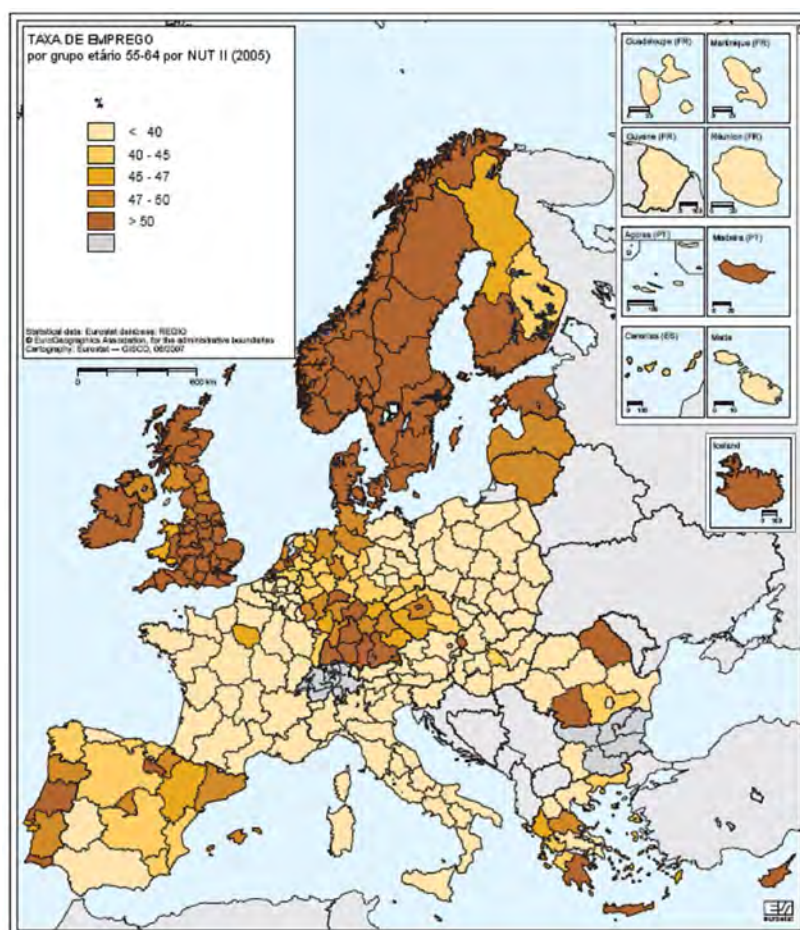
A tendência de aumento deste índice na UE-27 verifica-se em todos os Estados Membros, com a excepção da Polónia e da Roménia, e 20 dos 27 países registaram um aumento superior a 3% entre 2001 e 2005.

O mapa 3.3 revela-nos os índices regionais de emprego dos trabalhadores nesta faixa etária nas regiões NUT II. Um grupo de regiões com elevados índices de emprego pode ser identificado no centro da União (inclui as regiões do sul de Alemanha e as regiões ocidentais da República checa).

NUT II NORTE

A taxa de emprego da população entre os 55 e os 64 anos fica, como podemos ver no mapa 3.3 (a castanho escuro), ligeiramente aquém do objectivo, definido em Estocolmo, de ter 50% desta população a trabalhar. Mas a tendência é no entanto positiva, uma vez que para o ano de referência a região Norte apresentava valores entre os 47% e os 50%, o que se aproxima muito do objectivo pretendido. Se observarmos demoradamente o mapa, podemos ver Portugal e a região Norte a contrariar claramente a tendência do Sul e do Leste.

MAPA 3.3: Taxa de emprego por grupo etário 55-64 por NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Muitas regiões na União, nomeadamente na Estónia, no Reino Unido, na Irlanda e em Portugal apresentam também elevados níveis de emprego para trabalhadores mais velhos, quando comparadas com outras regiões da UE-27.

Não existem grandes discrepâncias regionais dentro de cada país relativamente aos índices de emprego para os trabalhadores mais velhos. As excepções no período considerado foram a Eslováquia e a Roménia, onde certas regiões registaram comportamentos muito diferentes das restantes. Na Eslováquia, o índice de emprego para trabalhadores mais velhos era em 2005 de 52,2 % na região de kraj de Bratislavský, mas permaneceu inferior a 30% em todas as outras regiões do país. Na Roménia, o Nordeste e as regiões de Sud-Vest Oltenia ficaram acima dos 50 %, mas todas as outras regiões registraram valores significativamente inferiores.

A participação dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho foi significativamente mais alta nos países da EFTA que na UE-27. Cada região registrou taxas de emprego superiores a 60 %. A Islândia alcançou os impressionantes 84,3 % para esta faixa etária.

A diminuição do fosso entre homens e mulheres

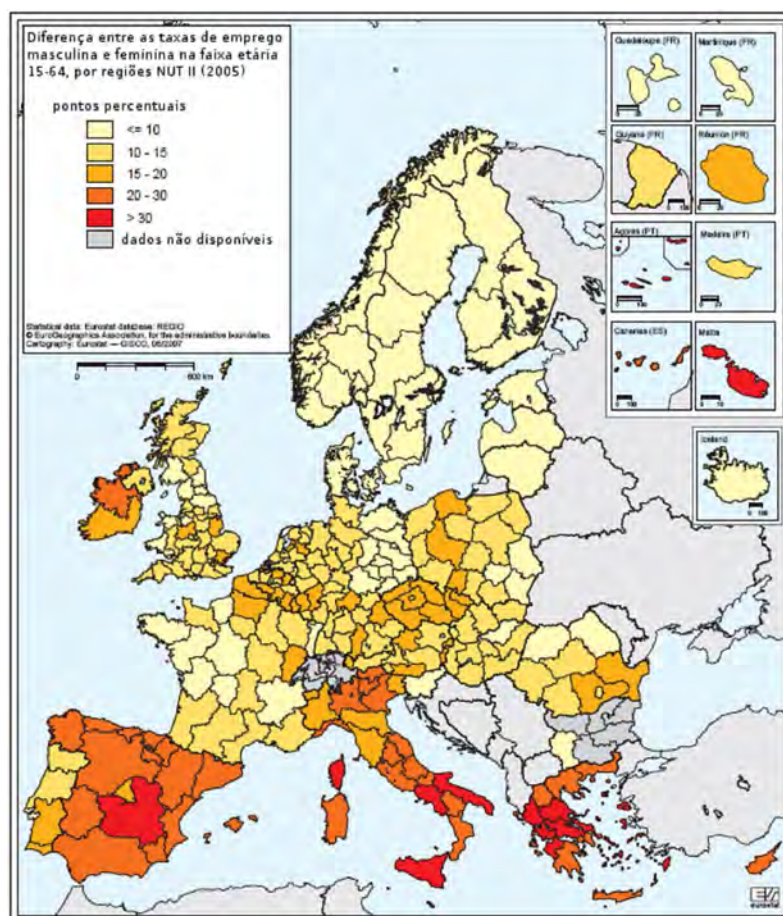
A diferença entre a participação masculina e feminina no mercado de trabalho tem estado a diminuir de uma forma consistente nos últimos cinco anos. A diferença baixou dos 16,6% em 2001 para 14,7% em 2005. Mesmo assim, o objectivo definido em Estocolmo apontava para um máximo de 10% da diferença entre a taxa de emprego masculina e feminina. Oito dos EM da UE-27 diminuíram a diferença ao máximo proposto pelo Conselho de Lisboa: a Bulgária, a Dinamarca, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Eslovénia, a Finlândia e a Suécia. Oito EM apresentam uma diferença entre os 10% e os 15%, apresentando uma tendência de aproximação: Bélgica, Alemanha, França, Hungria, Holanda, Áustria, Portugal e Reino Unido.

A diferença entre a participação masculina e feminina no mercado de trabalho (em %) é ilustrada em mapa 3.4. Podemos ver que os países do sul apresentam uma diferença maior que os países do norte. O sul de Itália, quase todas as regiões da Grécia, Malta e no centro e sul de Espanha tiveram diferenças significativamente maiores que o resto das regiões da UE-27.

Não existiram grandes discrepâncias entre regiões dentro de cada país. Duas excepções no entanto: Açores (Portugal), com uma diferença de 30,8%, e a Córsega (França), com 30,2 pontos. Ambas as regiões são ilhas e mostraram diferenças muito superiores em 2005 que o continente ou outras ilhas pertencendo ao mesmo EM.

A diferença de taxas de emprego entre homens e mulheres está a diminuir — não a um ritmo tão rápido que se possam atingir em 2010 os objectivos de Lisboa, mas está a diminuir. As regiões que sempre tiveram diferenças mais altas atingiram resultados positivos na participação feminina no mercado de trabalho nos últimos cinco anos. Os países da EFTA não mostraram grandes diferenças em termos de taxas de emprego masculino e feminino, com a excepção da Suíça, que teve uma diferença de 13,8%. A Islândia e todas as regiões da Noruega permaneceram abaixo dos 8%.

MAPA 3.4: Diferença entre as taxas de emprego masculinas e femininas na faixa etária 15-64, por região NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

NUT II NORTE

A região Norte, também no caso da desigualdade de género em termos de emprego, regista valores tendencialmente positivos, convergentes com o objectivo de um máximo de 10% na diferença entre as taxas de emprego masculino e feminino. Podemos ver no mapa que a região apresentava em 2005 um valor entre os 10% e os 15%, valor portanto aproximado do objectivo pretendido.

Desemprego

A taxa de desemprego na UE-27 era de 9,0 % em 2005, quebrando a tendência negativa dos últimos cinco anos. A taxa de desemprego das mulheres (9,8 %) era mais alta que dos homens (8,3 %), mas a diferença diminuiu neste período. Em termos de desemprego, existiam grandes diferenças entre os EM. Alguns países apresentavam taxas de desemprego abaixo dos 5 %, como a Irlanda (4,3 %) ou o Reino Unido (4,7 %), e outros acima dos 15 %, como a Eslováquia (16,3 %) e a Polónia (17,7 %). Mas enquanto que a Eslováquia mostrou uma tendência positiva nos últimos cinco anos, com a sua taxa de desemprego a cair 3,0% neste período, a Polónia não atingiu resultados tão positivos.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Nos últimos cinco anos a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido mantiveram os níveis de desemprego estáveis abaixo dos 6 %. Os maiores aumentos nas taxas de desemprego foram observados em Portugal (3,6%) e na Alemanha (3,3%), devido principalmente ao desemprego jovem. A Bulgária melhorou consideravelmente, com uma diminuição de 10,2% do desemprego nos últimos cinco anos, permanecendo em 10,1 % em 2005.

Elevados níveis de desemprego está principalmente concentrado nas regiões do norte: regiões da Polónia, Alemanha de leste e no leste da Eslováquia (ver mapa 3.5). Os departamentos ultramarinos (França), Extremadura (Espanha) e Sicília (Itália) apresentam igualmente altas taxas de desemprego.

NUT II NORTE

A região Norte (a amarelo claro no mapa 3.5) apresentava em 2005 uma taxa de desemprego dentro da média da UE (9%). Como podemos constatar, todas as regiões portuguesas partilham aproximadamente o mesmo nível de desemprego, que neste ano era aproximadamente de 7% em Portugal (no intervalo entre os 5% e os 10% do mapa 3.5).

Em termos de variação da taxa de desemprego por região, entre 2001 e 2005 (ver mapa 3.6), podemos constatar o aumento que se verificou na região Norte de Portugal (a vermelho). Assim, a taxa de desemprego na região Norte conheceu no período 2001-2005 um crescimento superior a 5%, sendo a região portuguesa que maior aumento registou em termos de desemprego. De facto, e analisando com atenção o mapa, vemos que apenas uma região em toda a UE acompanhou a região Norte neste aumento significativo de desemprego.

Por outro lado, e como podemos verificar no quadro N, no período 2005 a 2008 não se registou um acréscimo significativo na população desempregada no Norte do país. Tal facto pode ficar a dever-se a muitos factores, dentre os quais a saída de parte da população entretanto desempregada para outras regiões do país ou mesmo para o estrangeiro, ou ainda simplesmente por não se inscreverem nos centros de emprego locais.

Quadro O: População desempregada (N.º), por local de residência e sexo (2005 e 2008)

Local de residência	1.º Trimestre de 2008			1.º Trimestre de 2005		
	Sexo					
	HM	H	M	HM	H	M
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	427,0	192,6	234,4	412,6	192,7	219,9
Norte	170,9	80,1	90,8	170,3	78,7	91,6

Fonte: INE

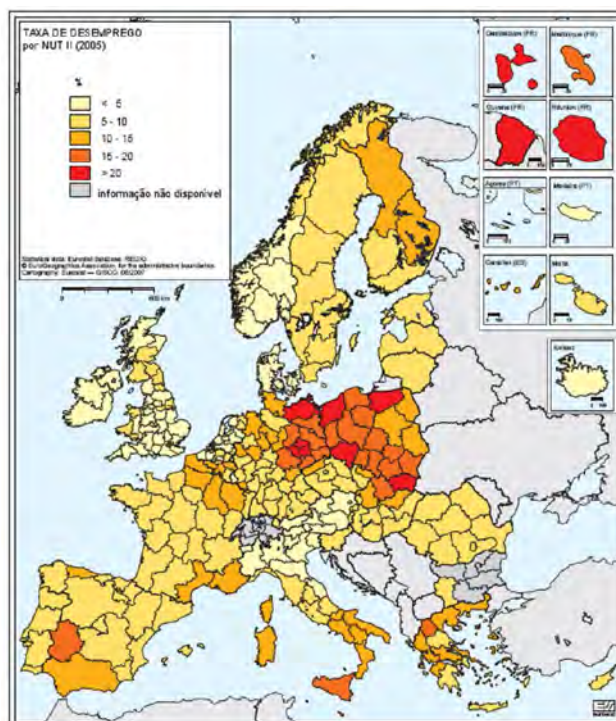
Quadro P: Taxa de desemprego por Local de residência e Sexo (2005 e 2008)

Local de residência	1.º Trimestre de 2008			1.º Trimestre de 2005		
	Sexo					
	HM	H	M	HM	H	M
	%					
Portugal	7,6	6,4	8,9	7,5	6,5	8,6
Continente	7,7	6,5	9,0	7,6	6,7	8,7
Norte	8,6	7,5	9,9	8,7	7,5	10,2

Fonte: INE

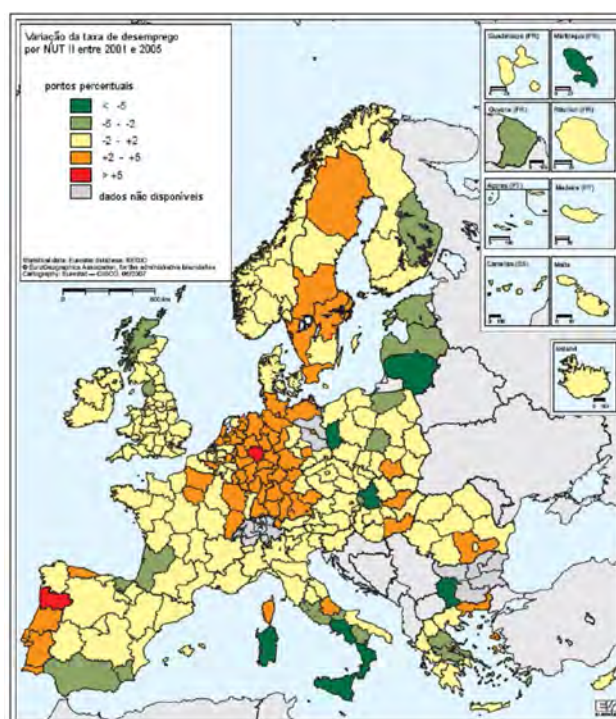
A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

MAPA 3.5: taxa de desemprego, por NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

Mapa 4.6: Variação da taxa de desemprego por NUT II entre 2001 e 2005



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

A variação nas taxas regionais de desemprego é ilustrada no mapa 3.6. O mapa mostra-nos claramente que o aumento do desemprego se situa principalmente nas regiões da Alemanha, em Portugal e na Suécia. As maiores diminuições do desemprego ocorreram no sul de Espanha, no sul de Itália, na Estónia, na Letónia e na Lituânia.

Nos últimos cinco anos a diferença de género em termos de taxas de desemprego na UE-27 diminuiu de 1,9% a 1,4%, porque o desemprego masculino cresceu mais rápido que o desemprego feminino. Isto aconteceu em mais de metade das regiões NUT II, particularmente nas regiões italianas de Calabria, Sicília e Molise, onde caiu mais de 4%. Em duas regiões alemãs, Dessau e Halle, a diferença foi mesmo invertida: as taxas de desemprego feminino caíram bastante, de modo que o desemprego feminino é agora mais baixo que o masculino nestas duas regiões. Nalgumas regiões a diferença aumentou entre 2001 e 2005, uma tendência particularmente marcante nas regiões espanholas de Ceuta e Melilla e nas regiões gregas de Voreio, Aigaio e Ionia Nisia.

Aproximadamente 70 % das regiões na UE-27 viram as suas taxas de desemprego dos jovens aumentar nos últimos cinco anos. Os maiores aumentos foram observados nas regiões espanholas de Ceuta e Melilla e na região francesa de Córsega, com um aumento de mais de 25% neste período. Outras regiões conseguiram melhorar significativamente as taxas de desemprego jovem, por exemplo a Bulgária, a Letónia e a região italiana de Campania que diminuiu as suas taxas em mais de 15% nos últimos cinco anos.

O desemprego de longa duração é a forma mais grave de desemprego, com consequências significativas para as pessoas que o sofrem. Em 2005, 46 % dos desempregados tinham procurado emprego durante um ano (ou mais). Na UE-27 a relação entre desemprego de longa duração e o desemprego total (de curta e de longa duração) teve uma ligeira tendência positiva nos últimos cinco anos.

Em 2005, na Bélgica, na Estónia, na Polónia e na Eslováquia, mais de metade dos desempregados tinha estado à procura de emprego há mais de um ano, e este número tem estado a crescer nos últimos cinco anos. Na Espanha, na Suécia e no Reino Unido, menos de 30 % das pessoas à procura de emprego tinham esperado mais de um ano até o encontrar e houve uma melhoria significativa em termos de desemprego de longa duração nos últimos cinco anos.

O desemprego de longa duração é particularmente alto nas regiões ultramarinas francesas e em todas as regiões da Eslováquia, com a excepção de Bratislavský kraj, onde mais de 70 % dos desempregados têm procurado emprego nos 12 últimos meses (ou mais).

Conclusão

Os resultados mostram que mais deve ser feito atingir os objectivos de emprego definidos pelo Conselho de Lisboa para 2010. Alguns resultados encorajadores foram atingidos em termos de participação no mercado de trabalho das mulheres e dos trabalhadores mais velhos, mas insuficientes de modo a atingir os objectivos da estratégia de Lisboa.

Analisar o mercado de trabalho ao nível regional é útil para identificar as regiões abaixo da média. Mostra-nos que existem disparidades no mercado de trabalho a nível regional que devem ser mitigadas. As disparidades existem também entre as diferentes regiões dentro do mesmo país, o que vai contra a coesão social desejada. Como conclusão final, podemos dizer que o desempenho do mercado de trabalho tem sido no geral positivo, mas existe ainda um longo caminho a percorrer.

Sabemos que em Portugal, na região Norte e mais concretamente no Minho Lima, o problema do desemprego não se tem colocado com tanta gravidade como noutras regiões e sub-regiões

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

da UE. No entanto, desde há uns anos que o fenómeno do desemprego tem vindo a ganhar terreno e constitui hoje uma das principais preocupações para os responsáveis políticos nacionais. Analisando os dados do capítulo II, vemos que a região Norte apresentava, em 2005, valores favoráveis em termos de taxa de emprego quando comparada com a média da União Europeia, o mesmo acontecendo com a sub-região do Minho Lima. No entanto, devemos ter em atenção que, ainda que o nível de desemprego seja em termos comparativos, favorável face a outras regiões e sub-regiões da UE, existe claramente um problema de baixos salários, de baixa produtividade, de sub-emprego e de trabalho precário no Minho Lima. Portanto, para sermos rigorosos na análise, não resumamos a questão laboral ao nível de emprego/desemprego, e tenhamos em consideração a amplitude de aspectos que revestem o mercado de trabalho.

Em termos de emprego feminino, sabemos que todas as regiões portuguesas acompanham e convergem com a média comunitária, sendo este um indicador claramente positivo para a sub-região. Como resultado, existe na região Norte e no Minho Lima uma diferença entre as taxas de emprego masculino e feminino convergente com os objectivos da UE, isto é, dentro do intervalo previsto de um máximo de 10% (a região Norte apresentava um pouco acima deste valor, mas só o facto de contrariar a tendência dos países do sul já de si é um facto positivo – ver mapa 3.4).

Relativamente à taxa de emprego de pessoas mais velhas (55-64 anos), podemos ver que, para o ano 2005, a região Norte e o Minho Lima convergiam positivamente com a média da UE, com um valor na ordem dos 47%.

Quadro Q: População média anual residente, por grupo etário (por ciclos de vida) (2005)

Grupo etário (por ciclos de vida)	Local de residência	
Total	Portugal	10549423,5
	Norte	3732550,5
	Minho Lima	252104,5
15 a 24 anos	Portugal	1310308,5
	Norte	499554,0
	Minho Lima	33080,0
25 a 64 anos	Portugal	5792961,5
	Norte	2062684,5
	Minho Lima	131829,5

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

A taxa de emprego no Minho Lima foi em 2005 de 69,4% ($114500/164909 \times 100$), valor superior ao intervalo para a região Norte e que coloca a sub-região a “verde” no mapa da UE neste domínio.

Em termos de desemprego, a taxa na região Norte e está dentro do valor médio da UE, mas com uma certa tendência ascendente, devido a todo um processo de adaptação que está em curso nas indústrias tradicionais. No Minho Lima tínhamos em 2005 uma taxa de desemprego que se situava no intervalo entre os 5% e os 10% (mais precisamente 8,7%) e temos em 2008 uma taxa de desemprego de 8,6%, o que nos faz pensar numa certa estabilidade do desemprego na sub-região. Porém, esta estabilidade pode ficar a dever-se a um conjunto de factores que não podemos neste momento analisar, mas que estarão ligados, entre outros, á emigração (nomeadamente para a vizinha Galiza) e ao facto de os desempregados não se registarem nos centros de emprego (note-se que os valores do INE apresentados provêm das inscrições nos centros locais de emprego, isto é, reflectem não todos os desempregados, mas apenas os desempregados que se registaram nos centros de emprego). Mas outros factores podem contribuir para um certo “desvio” dos valores reais de desemprego.

CAPITULO IV: PRODUTIVIDADE

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Introdução

Vamos agora analisar as tendências em termos de produtividade do trabalho na UE a nível regional. Esta análise diverge deliberadamente dos habituais estudos de desenvolvimento económico regional que abordam o produto interno bruto (PIB) por habitante. Em vez disso, nesta nossa análise o PIB regional é considerado na sua relação com o número de pessoas empregadas nessa mesma região.

Sabemos que a análise do PIB por habitante tem algumas limitações: o numerador refere-se ao valor dos bens e serviços produzidos numa determinada região, correspondendo o denominador à população residente, o que significa que nem todas estas pessoas participaram no processo de produção da região. Em regiões com fluxos consideráveis de entradas e saídas de trabalhadores, como as regiões de Londres, do Luxemburgo e de Hamburgo, esta distinção ainda se torna mais necessária. O número de pessoas que entra diariamente nestas regiões para trabalhar aumenta a produção a um nível que não poderia ser atingida apenas pela população residente. Como resultado, o PIB per capita nestas regiões realmente não pode ser comparado com o PIB per capita das regiões de origem dos trabalhadores.

Por outro lado, na análise da produtividade do trabalho, a produção regional está relacionada com o factor trabalho, eliminando assim o problema da distorção devida à entrada/saída de trabalho exterior.

Vamos tentar encontrar as diferenças de produtividade regional do trabalho entre a indústria de transformação e o sector dos serviços.

Diferenças consideráveis em termos de produtividade regional do trabalho

O mapa 4.1 mostra-nos, por um lado, uma grande diferença da produtividade do trabalho entre a Europa central (Inglaterra, os países do Benelux, França, Alemanha ocidental, norte Itália) e a os 12 novos Estados Membros.

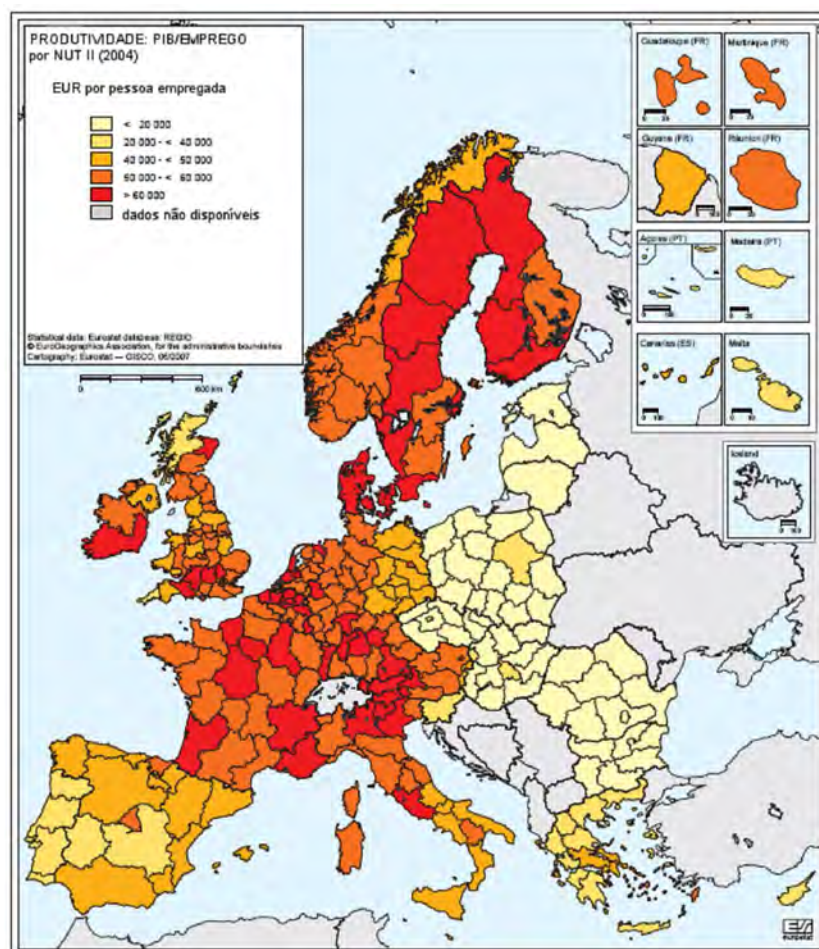
Ao passo que no Luxemburgo, Île-de-France (a região de Paris), Irlanda e Bruxelas foram gerados em 2004 mais de 80000 EUR por pessoa empregada, em todas as regiões da Bulgária e todas as regiões da Roménia (excepto Bucareste) os valores correspondentes eram inferiores a 10000 EUR por pessoa empregada. Em 2004, em quase todas as regiões dos novos EM, a produtividade do trabalho foi muito baixa, inferior a 20 000 EUR por pessoa empregada, excepto no Chipre, em Malta, na Eslovénia e nas regiões capitais da República checa (Praga), Eslováquia (Bratislava), Hungria (Közép- Magyarország) e Polónia (Mazowieckie).

Torna-se nítido um padrão tanto para os EM com alta produtividade do trabalho como para os países com baixa produtividade. Na região capital, a produtividade do trabalho é geralmente mais alta que nas outras regiões do país.

Nos Estados Membros mais antigos da UE, apenas nas seguintes regiões a produtividade do trabalho, em 2004, era inferior a 40 000 EUR por pessoa empregada: todas as regiões de Portugal, Castilla-La Mancha e Extremadura (Espanha), Cornwall e nas Ilhas de Scilly e Highlands and Islands (Reino Unido).

Podemos verificar que na Alemanha existe uma clara divisão entre o leste (baixa produtividade) e o ocidente (alta produtividade de trabalho) e um grande contraste na Itália (alta produtividade de trabalho no norte e baixa produtividade no sul).

Mapa 4.1: Produtividade do trabalho (PIB/EMPREGO) por NUT II (2004)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

NUT II NORTE

Analisando a produtividade regional em Portugal, verificamos que, além das regiões NUTS II de Lisboa, da RAM e do Algarve, também o Alentejo supera a média nacional (29,2 milhares de Euros), dada alguma concentração de indústrias capital-intensivas no seu litoral. Pelo contrário, abaixo daquele valor, surgem a RAA, o Norte e o Centro, com índices, respectivamente, de 99, 82 e 80.

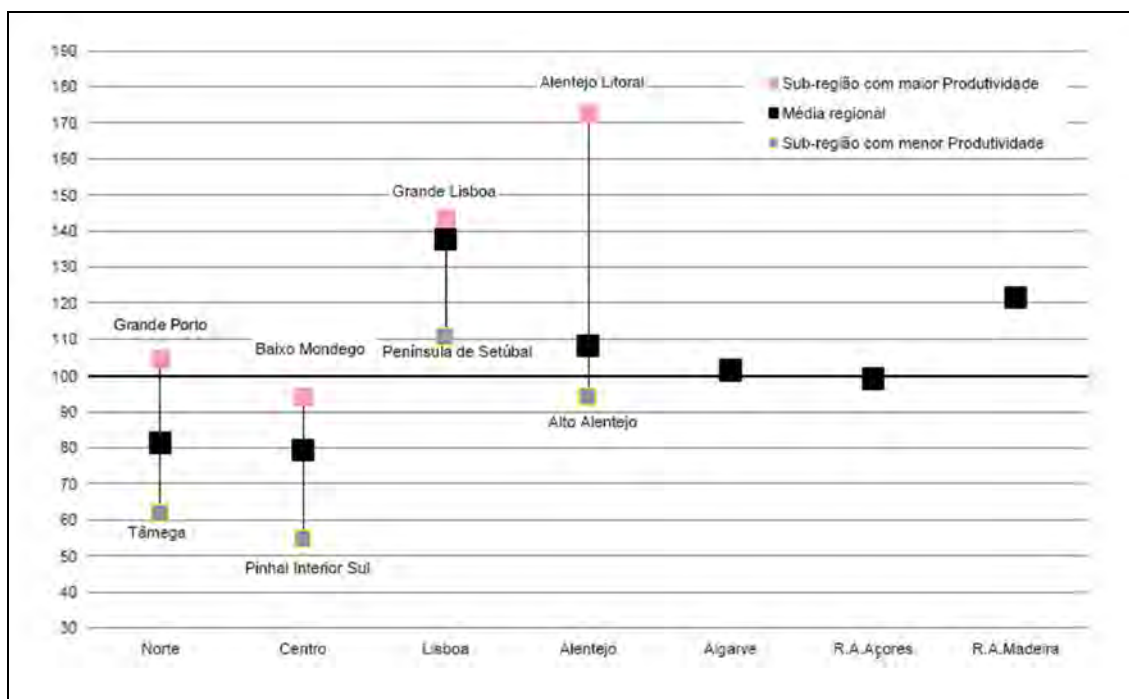
Os valores oscilam entre o Grande Porto (104) e o Tâmega (62) (NUT II Norte) entre o Baixo Mondego (94) e Pinhal Interior Sul (55) (NUT II Centro), entre a Grande Lisboa (143) e a Península de Setúbal (111) (NUT II Lisboa) e entre o Alentejo Litoral (173) e o Alto Alentejo (94) (Alentejo) relativamente à média nacional (ver quadro O).

Nota: O valor de referência é 100 (valor base de média nacional). Assim, quando dizemos que o Minho Lima tinha em 2005 um valor de 66, isto significa que a sua produtividade era de 66% da média nacional.

Nota: A produtividade é avaliada pela relação entre o PIB (ou o VAB) e o emprego que lhe está subjacente.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Figura 2: índices de disparidade da produtividade (2005)



Fonte: INE – Contas Regionais 2005

Quadro R: PIB per capita, Produtividade e respectivos índices de disparidade regional (2005)

Regiões	PIB pc			Produtividade		
	10 ³ Euros	Índice (1)	Índice (2)	10 ³ Euros	Índice (1)	Índice (2)
PORTUGAL	14,1	100		29,2	100	
Norte	11,2	79	100	23,9	82	100
Minho-Lima	8,7	62	78	19,2	66	81
Cávado	10,8	77	97	21,9	75	92
Ave	10,5	74	94	21,2	73	89
Grande Porto	14,1	100	126	30,5	104	128
Tâmega	7,8	55	70	18,1	62	76
Entre Douro e Vouga	11,5	82	103	23,5	80	99
Douro	9,4	67	84	19,6	67	82
Alto Trás-os-Montes	9,6	68	86	19,9	68	83

Índice (1): PT=100
Índice (2): Região NUT II=100

Fonte: INE – Contas Regionais 2005

No âmbito da União Europeia, apresenta-se a comparação relativamente à média do PIB por habitante da actual União Europeia a 27 países (UE 27) e também por referência à União Europeia a 15 países (UE 15) anterior aos últimos dois processos de alargamento.

É possível observar que, em 2005, apenas Lisboa superava a média europeia do PIB per capita, no caso da UE 27 (em 6%), e praticamente a igualava, no que se refere à UE 15. Seguiam-se a Região Autónoma da Madeira, o Algarve, o Alentejo, a Região Autónoma dos Açores, o Centro e o Norte, com PIB por habitante respectivamente 5%, 20%, 30%, 33%, 36% e 40% abaixo da média da UE 27, apresentando o conjunto do país um valor 25% inferior à média da UE.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

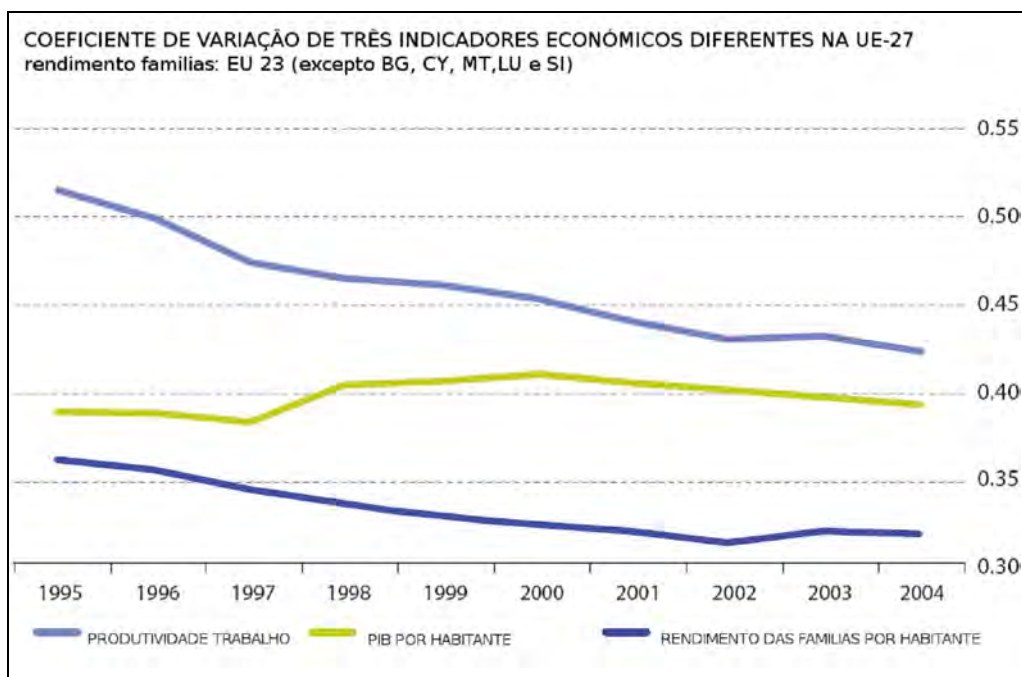
Taxas de crescimento da produtividade divergentes levam a uma maior convergência

Se nós considerarmos as taxas de crescimento da produtividade regional do trabalho de 1999 a 2004, o que imediatamente nos chama a atenção são as taxas de crescimento nos 12 novos Estados Membros, bem acima da média da UE, isto é, as regiões cuja produtividade é particularmente baixa apresentam as maiores taxas de crescimento. Isto é confirmado por um coeficiente de correlação de $-0,68$ entre a produtividade do trabalho em 1999 e as taxas de crescimento para 1999 – 2004.

Acontece assim um processo gradual de convergência da produtividade regional do trabalho na UE. Se observarmos a mudança no coeficiente de variação da produtividade do trabalho entre 1995 e 2004 (a medida relativa normal de dispersão), confirmamos que o coeficiente de variação caiu de $0,51$ para $0,42$ neste período.

Por outro lado, como podemos ver na figura 3, o PIB per capita teve o mesmo valor de $0,39$ em 2004 e em 1995 e a sua variação foi muito reduzida.

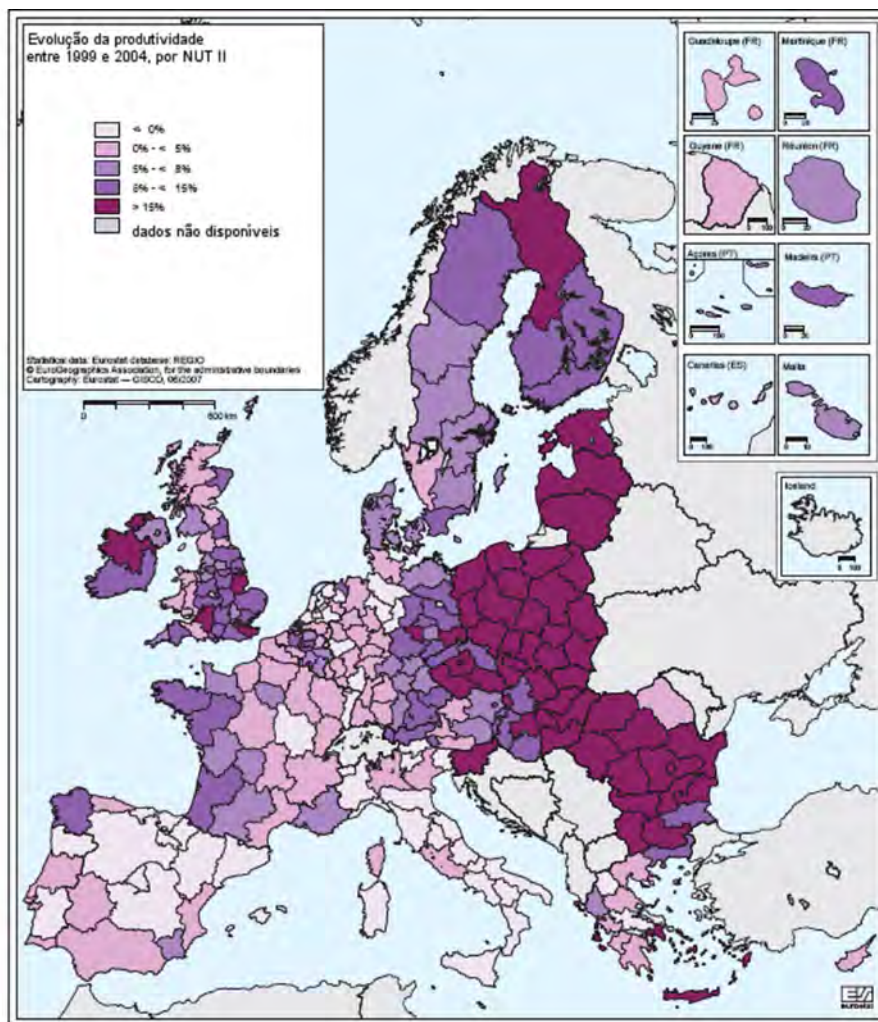
Figura 3: variação do PIB pc, produtividade e rendimento das famílias (1995-2004)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Mapa 4.2: Evolução da produtividade entre 1999 e 2004, por NUT II



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

No mapa 4.2 podemos ver as taxas de crescimento da produtividade do trabalho nas regiões da UE: a produtividade do trabalho aumentou particularmente (mais de 50 %) em todas regiões de Roménia (excepto Nord-Est) e nas regiões polacas de Małopolskie, Podkarpackie, Świętokrzyskie e Opolskie.

A maioria das regiões que apresentam uma produtividade decrescente situam-se em Itália e na Espanha, mas existem também algumas regiões na Holanda e na Alemanha.

Na figura 4 podemos ver o valor médio da produtividade em cada uma das regiões portuguesas no período 1995 a 2001.

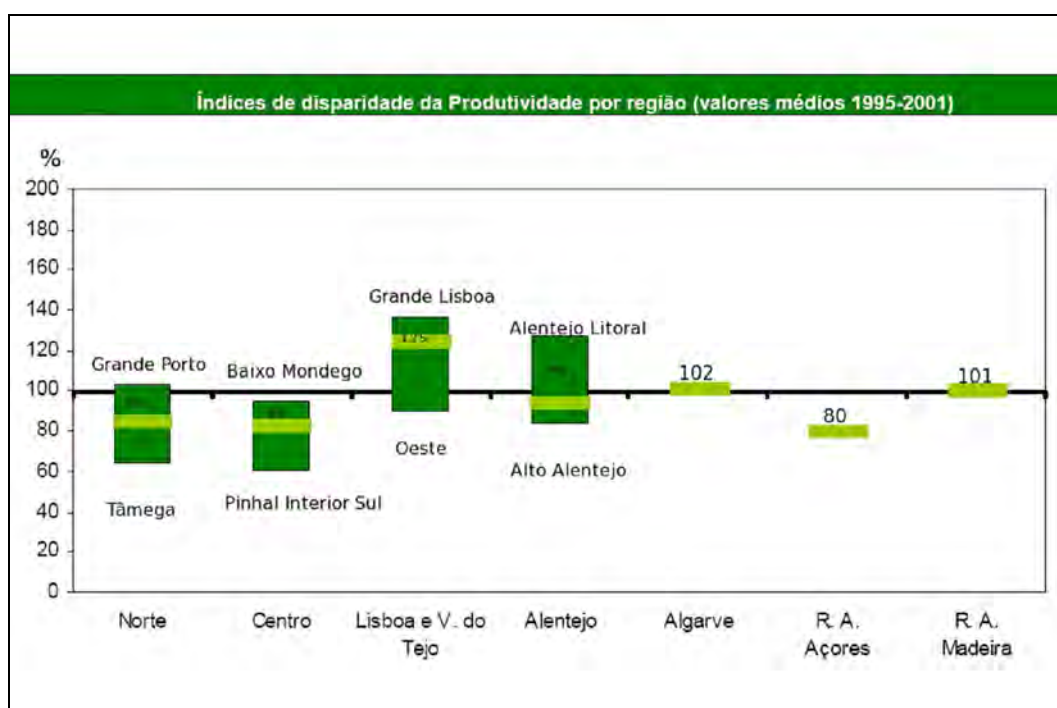
A Grande Lisboa assume claramente a liderança do "ranking" da produtividade, seguida pelo Alentejo Litoral, o Grande Porto, Algarve e Madeira. O Baixo Mondego e os Açores assumem valores inferiores à média.

As NUT III que, no período em análise, apresentavam valores mais baixos em termos de produtividade foram o Tâmega (Norte), o Pinhal Interior Sul (Centro), o Oeste (Lisboa e Vale do Tejo) e o Alto Alentejo (Alentejo).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Nota: é muito importante na análise do rendimento ter em atenção a produtividade laboral. De facto, se fizermos as correlações entre os níveis de produtividade e de rendimento percebemos que as regiões de maior rendimento correspondem invariavelmente às regiões de maior produtividade. Assim, na definição das políticas públicas esta correlação deve naturalmente estar sempre presente e deverá ser feito permanentemente um esforço de elevação da produtividade do trabalho nas regiões que registam um pior desempenho neste domínio, de forma a que se possa obter o correspondente aumento de rendimento. Este aumento de produtividade passa, naturalmente, por uma maior formação académica e profissional dos trabalhadores, e por todo um conjunto de medidas políticas que não nos cabe agora aqui desenvolver.

Figura 4: Índices de disparidade da produtividade por região (1995-2001)



Fonte: INE: contas regionais 1995-2001

A produtividade do trabalho na indústria de transformação e no sector dos serviços

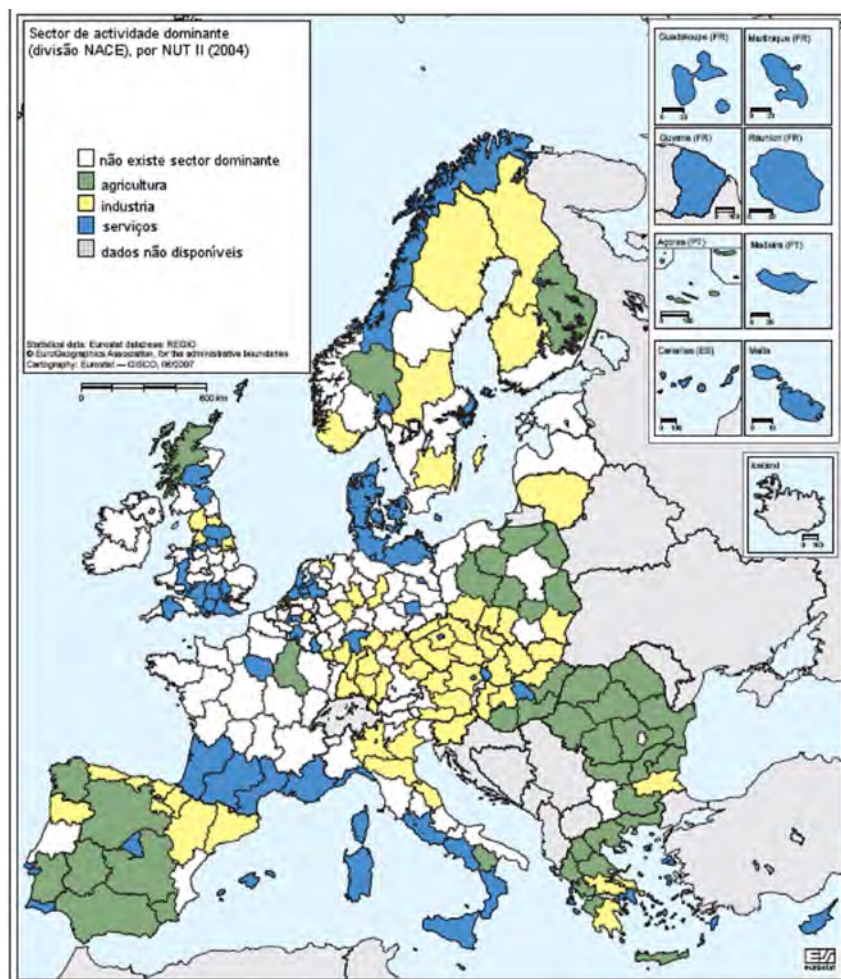
Vamos agora considerar os sectores económicos mais importantes, nomeadamente a agricultura, a indústria de transformação e os serviços.

Sector predominante nas regiões

De forma a conseguir determinar qual ou quais os sectores predominantes de uma região, foi calculado o contributo de cada sector para o PIB, de forma a identificar regiões com contributos bem acima da média num dos três sectores. As regiões onde a produção agrícola predomina surgem a verde, as regiões com uma predominância da indústria de transformação surgem a amarelo e as regiões dominadas pelo sector dos serviços surgem a azul. Em muitas regiões não é perceptível a predominância de um determinado sector; estes surgem a branco.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Mapa 4.3: Sector de actividade predominante nas regiões da UE, por NUT II (2004)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

O mapa 4.3 mostra-nos que a actividade agrícola predomina no centro e no sul de Espanha, no sul da Hungria, na Roménia, na maioria das regiões da Bulgária, no centro e no leste da Polónia, no leste da Finlândia, no norte da Escócia e no Alentejo (sul de Portugal).

A indústria transformadora predomina no norte de Espanha, no norte de Itália, na região de Baden-Württemberg (Alemanha), Sachsen (Alemanha), em todas as regiões da República checa excepto Praga, na Áustria, no sul da Polónia, na Lituânia, no norte e centro da Suécia e no norte da Finlândia e no norte de Portugal.

O sector dos serviços é predominante em todas as capitais dos EM, na Dinamarca, no norte Alemanha, em muitas regiões holandesas e no sul de Inglaterra (provavelmente serviços ligados à área dos seguros e outros serviços financeiros).

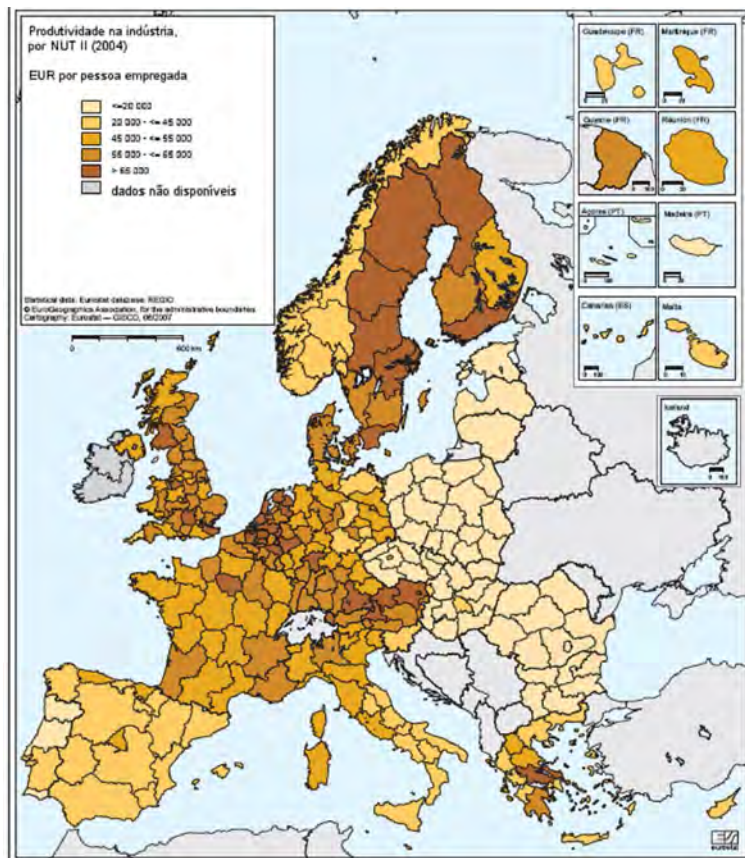
A predominância do sector de serviços é mostrada a azul para as regiões onde o turismo é a actividade dominante: o sul de França, sul de Portugal, sul de Itália, as Ilhas gregas, as ilhas ultramarinas da França, as Canárias, Chipre e Malta.

Relativamente à produtividade do trabalho na indústria transformadora., podemos ver no mapa 4.4, para o ano de 2004, que a produtividade do trabalho neste sector é particularmente alta no norte da Suécia, no norte da Finlândia, em várias regiões holandesas, no norte da Bélgica, no sul da Alemanha e na Áustria. A produtividade do trabalho na Indústria

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

transformadora é bastante moderada em Portugal, em quase todas as regiões da Espanha, no sul da Itália, no leste da Alemanha e na Noruega.

Mapa 4.4: produtividade na indústria, por NUT II (2004)



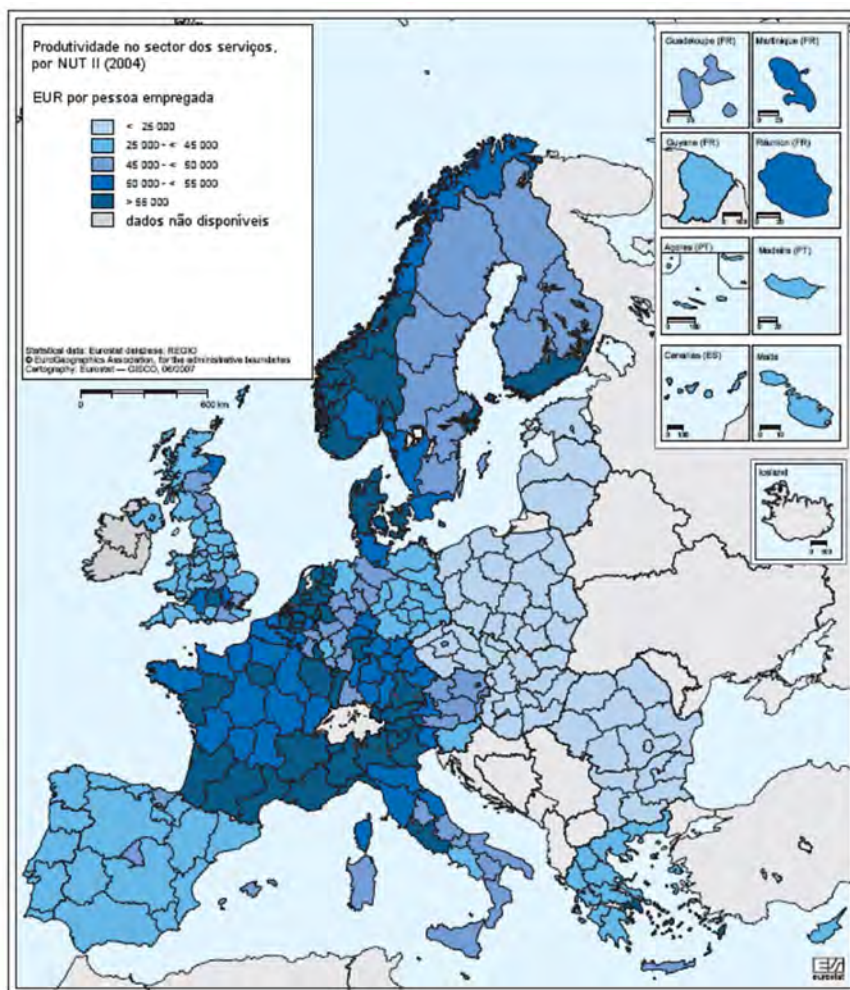
Fonte: *Eurostat regional yearbook 2007*

No mapa 4.4 podemos ver que a produtividade do trabalho na indústria transformadora é muito baixa em todas as regiões dos 12 novos Estados Membros. Uma produtividade laboral tão baixa como a registada nos novos EM só se verifica no norte e no sul de Portugal.

A situação é no entanto diferente em termos de produtividade no sector dos serviços. As regiões francesas, especialmente no sul, as regiões do norte e centro de Itália, as regiões do sudoeste da Alemanha, dos Países Baixos, no sul da Finlândia e no sul da Noruega mostram uma produtividade de trabalho particularmente alta. Como referido, nestas regiões regista-se uma mistura de serviços turísticos e de serviços financeiros.

Contrariamente, todas as regiões dos novos Estados Membros revelam uma produtividade laboral particularmente baixa neste sector dos serviços.

Mapa 4.5: Produtividade no sector dos serviços, por NUT II (2004)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

Conclusão

Como vimos, o fosso entre as regiões da UE em termos de produtividade laboral é ainda muito grande, embora este indicador económico de extrema importância esteja a aumentar muito mais depressa nos países que têm registado um nível baixo de produtividade que nas regiões mais produtivas, sendo que a convergência entre as regiões aumenta gradualmente.

A produtividade do trabalho na indústria transformadora e no sector dos serviços mostra-nos novamente uma clara divisão entre as regiões de leste e as regiões mais ocidentais. As regiões onde a principal actividade económica se enquadra num destes sectores não mostram necessariamente uma produtividade de trabalho particularmente mais alta nesse sector.

Assim, vemos como podem ser utilizados indicadores muito interessantes para a análise económica para além do PIB per capita, a partir da estatística regional do Eurostat. É expectável que os leitores se sintam motivados a utilizar a base de dados do Eurostat e a executar os seus próprios cálculos e a realizar uma análise de uma determinada região.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O leitor certamente já notou que existe no nosso documento um encadeamento deliberado de indicadores. Assim, foram seleccionados os indicadores que, na minha opinião, mais contribuem para o desenvolvimento económico e social de um determinado território: a educação, o emprego, a produtividade, o rendimento, o desenvolvimento científico e tecnológico e, no caso particular do Minho Lima, o turismo. Este encadeamento de indicadores tem uma lógica e uma interdependência entre si: o rendimento depende da produtividade e do emprego, que por sua vez dependem da educação e da formação.

Numa análise como a que pretendemos desenvolver, nunca poderemos esquecer esta interdependência absolutamente crucial para o desenvolvimento económico e social de um território.

Em primeiro lugar, por produtividade designamos o resultado real do trabalho, ou seja, o produto real que resulta do emprego. Na sua fórmula económica, a produtividade calcula-se da seguinte forma: PIB / EMPREGO, ou seja, a riqueza total (ou o produto total) a dividir pelo nº de pessoas empregadas.

Quadro S: Produto Interno Bruto (PIB) por região NUTS I, II e III (milhões €) (2000-2005)

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Continente	116 435	123 242	128 603	131 643	136 921	141 575
Norte	35 226	37 609	38 836	39 061	40 421	41 804
Minho Lima	1 806	1 928	2 015	2 065	2 130	2 201

Fonte: INE, CREG (Contas Regionais 2005)

Quadro T: População empregada por NUT III (2005)

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Continente	4.803,8	4.895,0	4.923,6	4.892,7	4.884,6	4.868,5
Norte	1.757,7	1.794,9	1.781,3	1.762,5	1.761,4	1.752,3
Minho Lima	112,4	114,8	114,7	115,0	115,1	114,5

Fonte: INE, CREG (Contas Regionais 2005)

Pela análise dos quadros podemos verificar a produtividade do Minho Lima para o ano 2005. Assim, para um PIB de 2.201 milhões €, a sub-região registava uma população empregada de 114.500 pessoas. Temos, feita a divisão do PIB regional pelo nº de pessoas empregadas, um valor de cerca de 19.922€ per capita, isto é, cada trabalhador no Minho Lima produz menos de 20.000€, valor manifestamente baixo quando comparado com a média nacional e ainda mais quando comparado com a média da UE. Note que estes são necessariamente valores aproximados.

Assim, a produtividade no Minho Lima é baixa quando comparada com a média europeia, e até com a média nacional, como podemos ver no capítulo IV. Como vemos no mapa 4.1, a região Norte apresentava em 2005 uma produtividade compreendida entre os 20.000 e os 40.000 euros, (mais precisamente 23.856€), bastante abaixo da média da UE. Apenas o leste e o sul europeu registavam valores iguais ou inferiores.

Como já vimos, a produtividade regional confronta o PIB gerado na região e o emprego (o número de empregados desse território económico) e influencia decisivamente o nível de rendimento de diferentes regiões.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

As produtividades mais elevadas verificam-se no litoral e no sul de Portugal. A produtividade do trabalho, reflecte, por um lado, a eficiência promovida regionalmente nas várias unidades económicas, e por outro, a especialização sectorial de cada região, na medida em que há sectores de actividade mais propícios a produtividades mais elevadas, produzindo maior valor acrescentado. A produtividade depende das produtividades de diferentes ramos, reflectindo regionalmente diferentes níveis de eficiência.

Evolução da produtividade no Minho Lima

A produtividade no Minho Lima era, em 2000, de cerca de 16.000€ (mais precisamente 16.067€) e em 2005 era de 19.922€. Assim, podemos ver que a produtividade teve, naturalmente, uma evolução positiva, mas muito aquém do necessário.

Quadro U: VAB por região NUTS I, II e III, segundo a classificação de actividades A3 (milhões €) (2005)

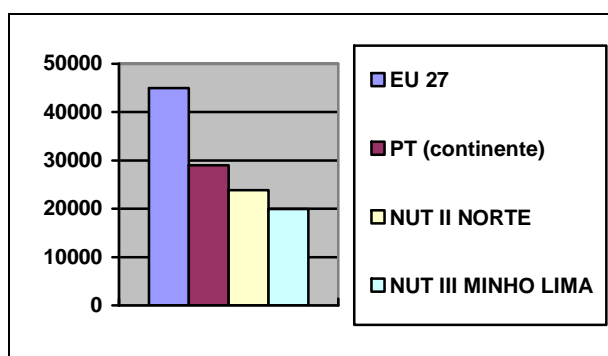
Regiões	TOTAL	A3 - CAE Rev.2		
		1	2	3
Continente	121 866	3 237	30 415	88 214
Norte	35 984	796	11 896	23 293
Minho Lima	1 895	60	585	1 250

Fonte: INE, CREG (Contas Regionais 2005)

Os ramos de actividade que no Minho Lima mais contribuem para o Valor Acrescentado* (representando cerca de 5% da região Norte), são os serviços (1 250 milhões €), seguidos da indústria (incluindo energia e construção), com 585 milhões € e da agricultura, pesca e silvicultura, com 60 milhões € (valores de 2005).

Concluimos portanto que esta sub-região demonstra um nível de eficiência inferior à média nacional e muito inferior á média da UE, com especializações económicas concentradas em sectores de baixa produtividade.

Figura 10: Níveis de produtividade em euros na UE 27, Portugal, NUT II Norte e NUT III Minho Lima (2005)



Fonte: INE (Contas Regionais, 2005)

* Valor acrescentado bruto (VAB) é o resultado final da actividade produtiva no decurso de um determinado período. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes.

De acordo com o POC (Plano Oficial Contabilidade):

VAB = + Vendas (POC 71) + Prestações de serviços (POC 72) + Proveitos suplementares (POC 73) + Trabalhos para a própria empresa (POC 75) - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (POC 61) - Fornecimentos e serviços externos (POC 62) - Outros custos e perdas operacionais (POC 65).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Para uma produtividade média de cerca de 45000€ na UE 27, nós tínhamos, para esse mesmo ano de 2005, uma média de 30000€ no continente, um valor de cerca de 23000€ na NUT II Norte e aproximadamente 20000€ na NUT II Minho Lima. Assim, podemos verificar que em 2005 a NUT Minho Lima tinha cerca de 44% da produtividade da UE 27.

Alguns dados económicos / financeiros do tecido empresarial do Minho Lima

Quadro V: Margem de segurança das empresas por localização geográfica (2005)

Localização geográfica	
Portugal	0,16
Norte	0,12
Minho Lima	0,09

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

A margem de segurança (MS) das empresas na sub-região do Minho Lima (0,09) é inferior á MS nacional (0,16) e inferior á MS da região Norte (0,12). Isto significa que, comparativamente, as empresas no Minho Lima funcionam mais próximo do ponto crítico (0), e consequentemente com maior risco económico de entrar em prejuízo. De facto, quanto mais baixo a MS, maior o risco de prejuízos e de eventual falência do negócio.

Quadro X: Produtividade aparente do trabalho nas empresas (2005)

Localização geográfica	€
Portugal	4,57
Norte	4,42
Minho Lima	4,12

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Produtividade aparente do trabalho: contribuição do factor trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço.

Quadro Z: Rendibilidade operacional das vendas das empresas (2005)

Localização geográfica	%
Portugal	9,15
Norte	6,33
Minho Lima	5,60

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

* A margem de segurança (MS) exprime o distanciamento relativo do nível de actividade alcançado pela empresa relativamente ao ponto crítico.

$$\text{Margem de Segurança (MS)} = \frac{\text{Vendas}}{V_0} - 1$$

Possibilita a determinação de um valor que evidencia a segurança que existe para a empresa de trabalhar acima de um rendibilidade de exploração nula (no caso da margem de segurança ser positiva).

Quanto mais baixa for a margem de segurança, maior será o risco económico, visto a empresa funcionar muito próximo do ponto crítico, podendo a qualquer momento entrar na zona de prejuízos.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Rendibilidade operacional das vendas: é um indicador económico-financeiro que mede a capacidade da empresa para gerar resultados a partir das vendas e das prestações de serviços.

Quadro A.A: Taxa de margem bruta de exploração das empresas (2005)

Localização geográfica	%
Portugal	16,46
Norte	12,70
Minho Lima	11,02

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Taxa de margem bruta de exploração: percentagem das vendas que fica à disposição da empresa para cobrir as despesas financeiras, efectuar as dotações para amortizações e provisões, pagar os impostos sobre os lucros e remunerar os capitais próprios.

Quadro B.B: Taxa de valor acrescentado bruto das empresas (2005)

Localização geográfica	%
Portugal	48,13
Norte	48,11
Minho Lima	47,61

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Taxa de valor acrescentado bruto: determina a natureza da actividade da empresa através do peso do valor acrescentado bruto em cada unidade produzida.

O nosso objectivo não é a análise detalhada do tecido empresarial do Minho Lima, mas achamos importante referir estes factos económico-financeiros das empresas da sub-região uma vez que demonstram a sua real situação. Assim, e muito rapidamente, podemos concluir pela observação dos quadros que em todos estes indicadores os valores para o Minho Lima são sempre inferiores tanto relativamente á região NUT II Norte como a Portugal. Assim se explicam os baixos rendimentos dos trabalhadores e a margem de segurança tão baixa das empresas da sub-região.

CAPITULO V: RENDIMENTO

Introdução

Grandes disparidades regionais em termos de rendimento

As disparidades regionais dentro da UE cresceram substancialmente com a entrada dos novos Estados Membros (10 em 2004 e mais dois em 2007). O PIB por habitante é particularmente baixo nos novos Estados Membros, onde na maioria das regiões está 50 % abaixo da média da UE. Muitas regiões da Grécia, do sul de Itália e de Portugal (nomeadamente a região NUT II Norte) estão igualmente abaixo dos 75 % da média da UE (a vermelho mais claro no mapa 5.1). Nos restantes países da UE as regiões tendem a ter um PIB por habitante próximo ou superior à média (rosa/verde). As regiões que incluem a capital do país tendem a ter um PIB por habitante significativamente mais alto (caso da região de Lisboa que inclui a capital portuguesa). O PIB por habitante mais alto nas regiões onde se localizam as capitais dos países deve-se geralmente a níveis mais altos de produtividade nestas regiões.

NUT II Norte

Podemos observar no mapa 5.1 a grande disparidade de rendimento *per capita* entre as regiões que constituem a UE. A NUT II Norte apresenta em 2004 um valor de PIB *per capita* bastante inferior à média da União, situando-se num intervalo entre os 50% e os 75% da média da UE 27 (100). Este valor é francamente preocupante, tendo em atenção que Portugal já integra a UE desde 1986 (há mais de 20 anos portanto), tendo já sido financiado por 3 quadros comunitários de apoio (QCA I, II e III).

Como veremos adiante, é precisamente pelo facto de Portugal persistir num rendimento por habitante tão inferior à média da União que a maioria das regiões portuguesas (note-se que o país está praticamente todo a vermelho, com as excepções de Lisboa, Algarve e Madeira), continuam, infelizmente, a integrar o grupo de regiões “de convergência”. Ao contrário do que muitas pessoas em Portugal poderão pensar, o facto de Portugal receber continuamente financiamento do Fundo de Coesão é uma má notícia para o país e para os portugueses, uma vez que apenas reflecte o persistente atraso do país relativamente a outras regiões e Estados Membros da União.

Um exemplo flagrante deste facto é a Irlanda, que neste momento (e como podemos ver no mapa 5.1, a verde) já ultrapassou em muito a média de rendimento da UE, já não integrando portanto o grupo de regiões de convergência (felizmente para eles, irlandeses) e não recebendo, em consequência, financiamento para a convergência mas antes para a competitividade e emprego (ver mapa 5.2). Interessa reflectir no facto de que a Irlanda, a par de Portugal, Espanha e Grécia, constituíam em meados da década de 80 o grupo de países mais “atrasados” da União Europeia. A Irlanda conseguiu nitidamente dar o salto. O mesmo não aconteceu com os outros países, nomeadamente com Portugal (eventualmente o país em pior situação deste grupo e o que menos terá aproveitado os fundos estruturais, a julgar pelos fracos resultados obtidos).

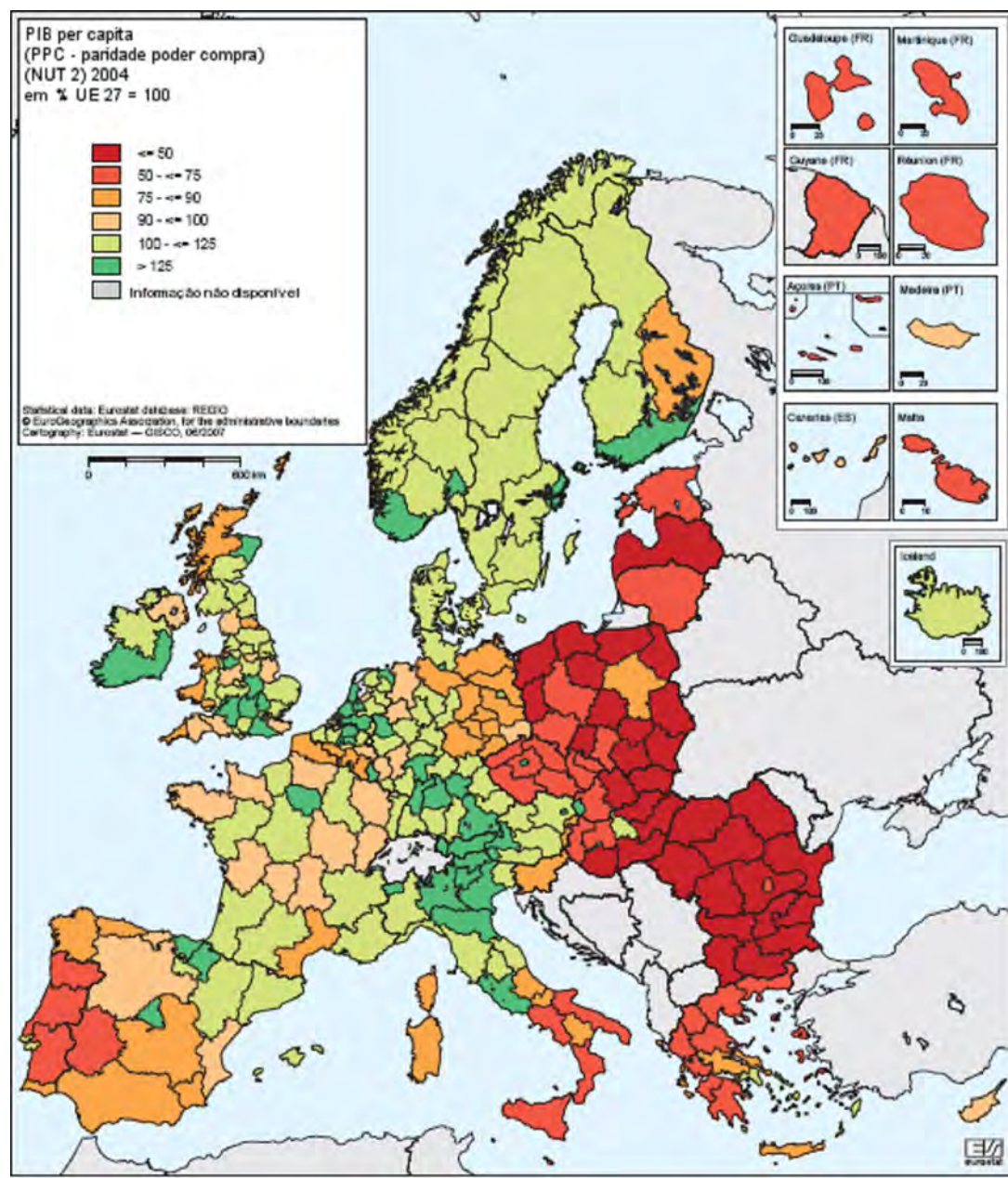
Prosseguindo na análise do mapa 5.1, podemos verificar que todo o Leste europeu se encontra abaixo do rendimento médio da UE. Ora esta situação é facilmente compreensível, uma vez que a transição para a democracia e para a economia de mercado apenas aconteceu recentemente. Naturalmente que a política de coesão da UE irá se irá deslocar para estes países de Leste, de forma a reforçar as suas estruturas económicas, sociais e políticas.

Assim, e como recorrentemente temos ouvido, o QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), cujo valor ascende aos 21 mil milhões de euros para o período 2007-2013, poderá eventualmente ser o último quadro de financiamento ao abrigo da política de coesão da União Europeia para Portugal. É portanto imperativa a correcta afectação destes fundos estruturais até 2013, não apenas porque poderão ser os últimos nestes moldes e montantes, mas porque

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

será cada vez mais difícil explicar aos outros (e a nós mesmos) porque razão, apesar de tanto investimento e dinheiro gasto, os resultados não aparecem.

MAPA 5.1: PIB per capita



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

A política de coesão 2007 – 2013

A política de coesão para o período 2007 – 2013 tem três objectivos principais: **convergência**, **competitividade regional / emprego** e **cooperação territorial**. O primeiro objectivo, a **convergência**, destina-se a reduzir estas enormes disparidades no desenvolvimento económico regional dentro da UE.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

As regiões de "convergência" são as regiões cujo PIB por habitante, medido em paridade de poder de compra (PPC) durante o período 2000 – 02 é inferior a 75 % do PIB médio da UE-25 durante este mesmo período. Há 84 destas regiões com uma população total de 154 milhões habitantes, em 17 Estados Membros. Estas regiões estão marcadas a vermelho no mapa 5.2. Na sequência dos recentes alargamentos, o PIB médio da UE por habitante caiu perto de 12 %. A média da UE-25 que foi usado para estes cálculos era 8 % mais baixo que a média da UE-15. Isto implicou que um número de regiões que receberam financiamento para o "objectivo 1" (convergência) deixaram de ser elegíveis face aos novos critérios de convergência (o novo objectivo 1) nesta fase da política de coesão, apesar de objectivamente nestas regiões as circunstâncias de desenvolvimento económico e social não se terem alterado.

A estas 16 regiões, com um total de 16,4 milhões de habitantes, foi atribuído financiamento de transição e constituem agora regiões em "phasing out" (a cor-de-rosa no mapa 5.2).

A quantia disponível para o cumprimento do objectivo de convergência é de 282,8 biliões de euros (entenda-se 282,8 mil milhões de euros), representando 81,5 % do orçamento total para a política de coesão. É repartido da seguinte forma: 199,3 bilião de euros para as regiões de convergência, 14 biliões reservados para as regiões em "phasing out" e 69,5 biliões de euros para o Fundo de Coesão, sendo que esta última tranche se destinará aos restantes 15 Estados Membro.

Os estados membros com um rendimento nacional bruto (PNB) por cabeça, medido em paridade de poder de compra durante o período 2001 – 03 inferior a 90 % do PNB médio da UE-25 (todos os 12 novos Estados Membros, **Portugal** e a Grécia) são elegíveis para o Fundo de Coesão e ainda a Espanha numa fase transitória porque apesar do seu recente progresso continua a ser elegível (permaneceu a 90 % do PNB médio da UE-15).

As regiões não elegíveis para financiamento através da política de convergência, em 19 Estados Membros, são elegíveis para a **competitividade regional e emprego**, que prevê o fortalecimento da competitividade, da atractividade e do emprego, através de uma abordagem dual. Primeiro, através de programas de desenvolvimento que ajudarão as regiões a antecipar e a promover a mudança económica pela inovação e pela promoção da sociedade do conhecimento, da iniciativa, da protecção do ambiente e da melhoria das acessibilidades. Segundo, mais e melhores empregos serão apoiados através da adaptação da mão-de-obra e pelo investimento em recursos humanos. Na UE-27, um total de 168 regiões será elegível, representando 314 milhões de habitantes.

Destas, 13 regiões com um total de 19 milhões de habitantes constituem as chamadas regiões em "phasing in" e receberão financiamento especial, devido ao seu anterior estatuto de regiões de convergência, ou de "objectivo 1" (a escuro azul no mapa 5.2). A quantia de 55 biliões de euros — dos quais 11,4 biliões de euros se destinam às regiões em "phasing in" — representa perto de 16 % do orçamento total para a política de coesão.

O terceiro objectivo da política de coesão, a **cooperação territorial**, irá fortalecer a cooperação transnacional, através de iniciativas locais e regionais conjuntas, da cooperação no desenvolvimento territorial integrado e da cooperação transfronteiriça, inter-regional e pela troca de experiências. Cerca de 181,7 milhões de pessoas (37,5 % da população total da UE) vive junto a fronteiras e todas regiões de UE e todos os seus cidadãos são abrangidos por uma das 13 áreas transnacionais de cooperação.

Estão disponíveis para este objectivo 8,7 biliões de euros (2,5 % do orçamento total da política de coesão) distribuídos da seguinte forma: 6,44 biliões para cooperação transfronteiriça, 1,83

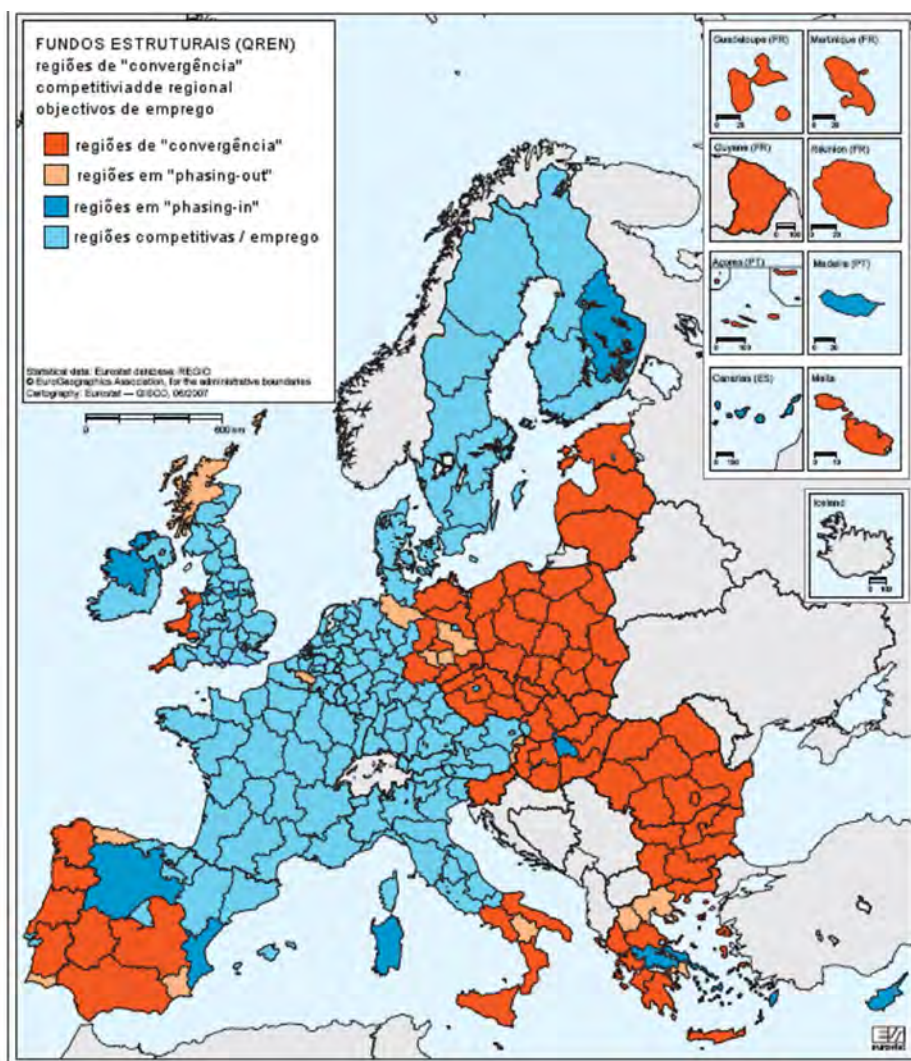
A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

bilhões de euros para a cooperação transnacional e 445 milhões de euros para a cooperação inter-regional.

NUT II Norte

A NUT II Norte, assim como a NUT II Centro, a NUT II Alentejo e os Açores constituem as regiões portuguesas da chamada “convergência” (a vermelho, no mapa 5.2). Como vimos anteriormente, estas regiões são elegíveis para efeitos de financiamento estrutural pelo fundo de coesão em virtude da sua debilidade económica e social. É precisamente este atraso económico e social que propicia o baixo nível de rendimento. A baixa escolaridade e qualificação, que resulta invariavelmente na baixa produtividade e no baixo valor acrescentado do trabalho realizado explicam esta disparidade face a outras regiões da UE. A aposta tem forçosamente que passar pela qualificação da população portuguesa, nomeadamente nestas regiões de convergência, e abandonar o modelo de desenvolvimento seguido até aqui, que não tem resolvido o problema de fundo da falta de competitividade e de inovação da economia nacional.

MAPA 5.2: FUNDOS ESTRUTURAIS (FUNDO DE COESÃO)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O crescimento do PIB nas regiões da UE

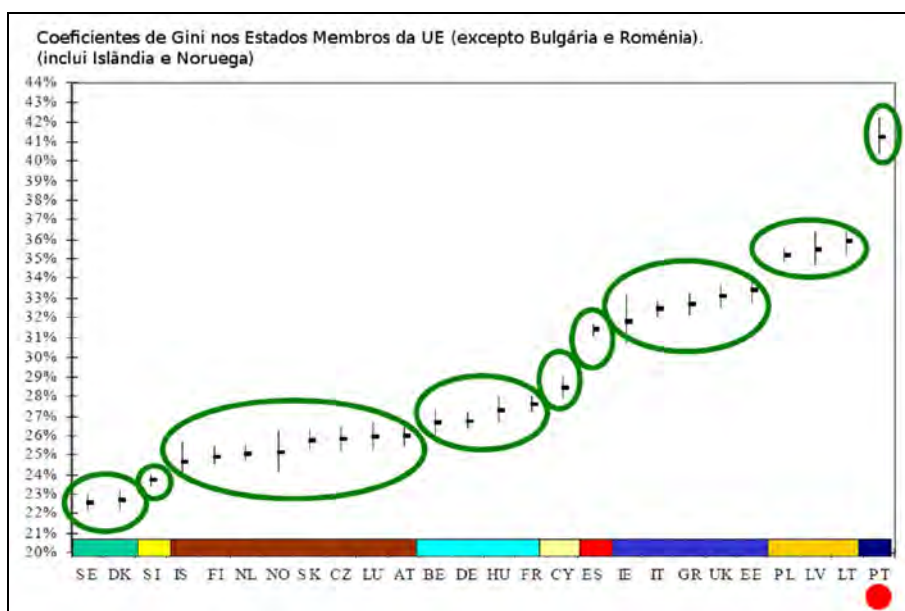
No período 1995 – 2004 (ver mapa 5.3), verificamos taxas de crescimento muito altas do PIB per capita fora do centro da União Europeia. O crescimento foi particularmente alto na Irlanda e nos três Estados Bálticos, com um crescimento do PIB médio anual real acima dos 6 %, o que significa que o PIB cresceu mais de 70 % nesse período. Nos novos Estados Membros, algumas regiões polacas, eslovacas, húngaras, eslovenas e cipriotas apresentaram no período de referência taxas de crescimento muito altas. Na República checa, na Roménia e na Bulgária, o crescimento do PIB per capita concentrou-se sobretudo nas regiões capitais.

Nos dois Estados Membros que integraram a UE em 2007 (Bulgária e Roménia), desde o ano 2000 que as taxas de crescimento nas regiões romenas têm sido superiores a 4 % ao ano; na Bulgária o crescimento também recuperou, mas mais lentamente e localizado na região da capital. Nos países Nórdicos, a região de Estocolmo e a região de Helsínquia (Etelä-Suomi) atingiu um forte crescimento neste período.

No sul, várias regiões gregas e espanholas também atingiram elevadas taxas de crescimento e as regiões portuguesas, com a exceção da NUT II Norte, cresceram mais que a média.

Em contrapartida, em certas regiões italianas, na maioria das regiões francesas e na Alemanha o crescimento foi baixo, e no caso de Berlim e Champanhe-Ardenne foi inclusivamente negativo. Em França, quatro regiões cresceram 3 % ou mais. O crescimento nos países do Benelux variou. O Luxemburgo alcançou uma taxa de crescimento de 4,6 %. Na Bélgica, os índices mais altos foram atingidos nas duas províncias de Bruxelas (mais de 3 %), e na Holanda as três regiões que registaram maior crescimento (3 %) foram Amesterdão, Utrecht e Flevoland. No Reino Unido, o crescimento concentrou-se no sul de Inglaterra, com um crescimento particularmente alto em Londres;

Figura 5: Coeficientes de GINI nos EM da UE (mais Islândia e Noruega) 2006



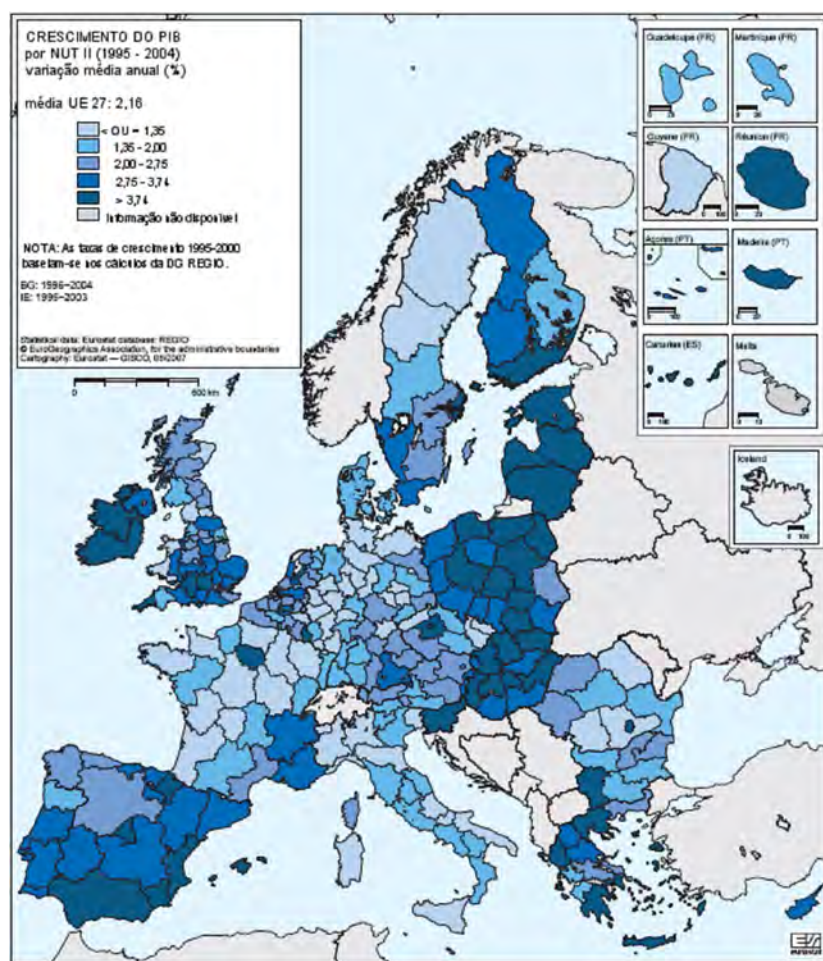
Fonte:

Social Situation Observatory - Social inclusion and Income distribution Annual Monitoring Report 2007 (European Commission)

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O que significa este padrão de taxas de crescimento para a UE? Mostra que as regiões com um PIB por habitante baixo nos novos Estados Membros, na Espanha e na Grécia estão a recuperar rapidamente. Esta tendência é confirmada por uma análise estatística que mostra que quer o **coeficiente de GINI (*)** quer o coeficiente de variação (ambos ponderados pela população) revela uma convergência regional com o nível médio da UE.

MAPA 2.3: Crescimento do PIB per capita por regiões (NUT II)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

NUT II Norte

Podemos verificar pela análise do mapa 2.3 que a NUT II Norte foi a região portuguesa que menos cresceu no período 1995-2004 (em azul claro, que corresponde a valores entre os 1,35% e os 2,00 % em média anual). Todas as restantes regiões portuguesas cresceram acima destes valores, incluindo as regiões autónomas dos Açores e Madeira (a azul mais escuro, com valores superiores a 2,75% de crescimento anual médio).

(*) **Coeficiente de GINI:** o coeficiente de GINI é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano GINI. É geralmente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de rendimento, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Consiste num número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de rendimento (onde todos têm o mesmo rendimento) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem todo o rendimento, e as demais nada têm). O coeficiente de GINI é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100). O coeficiente de GINI pode também ser utilizado para medir a desigualdade de riqueza (requer no entanto que ninguém tenha uma riqueza líquida negativa).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Assim, podemos concluir que, num período relativamente próspero e dinâmico da economia nacional, a região Norte se atrasou relativamente às restantes regiões do país, o que inviabilizou o aumento, ainda que relativo, do rendimento e do poder de compra dos seus habitantes. Neste período, a região Norte cresceu abaixo da média comunitária (que se situou nos 2,16%), vendo frustrados os seus objectivos de convergência com os padrões da UE.

A UE converge, mas o que acontece dentro de cada Estado Membro?

Através dos mapas 2.4 e 2.5 podemos analisar, a nível nacional, as mudanças na população e no rendimento por habitante, nas sub-regiões da UE (NUT III).

Para um maior detalhe das mudanças dentro dos Estados Membros, reduzimos a região (NUT II) às suas sub-regiões (NUT III). O indicador **“Variação na distribuição da população por sub-regiões”** (mapa 2.4) pode parecer complexo, mas permite a comparação das variações dentro dos países que apresentam tendências nacionais muito diferentes em termos de variações da população.

Este indicador revela a variação da população regional face à população nacional. Por exemplo, se uma região tivesse 10 % da população nacional em 1995 e 10,5 % em 2004, o indicador da parte regional da população nacional seria de 5 %. Se a população do país crescesse ou permanecesse estável no mesmo período, a população total da região também teria aumentado.

No entanto, alguns países assistiram a um declínio de população neste período, pelo que nem todas as regiões com um aumento de população nacional aumentarão a sua população total. Por exemplo, na Bulgária, apenas duas regiões registaram um aumento da sua população entre 1995 e 2004, ainda que em oito regiões tenha existido um aumento da sua parte regional.

Registam-se claras mudanças geográficas em diversos Estados Membros da UE. Na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido a população deslocou-se para sul. Na Itália, a população deslocou-se para Norte. Na França e em Portugal a população deslocou-se para o litoral. Em Espanha, a população também se deslocou para o litoral, mas para o litoral mediterrânico, não para o litoral Atlântico, como na França. Na Polónia e na Alemanha, a população deslocou-se para oeste e sul.

Outra tendência clara é a concentração da população na capital (ou na região adjacente). As regiões que incluem Estocolmo, Helsínquia, Sofia, Madrid e Londres viram aumentar neste período a sua parte no aumento nacional de população em mais de 5 %. As regiões circundantes de Dublin, Riga, Berlim, Praga, Budapeste, e Bratislava aumentaram a sua parte na população nacional, mas a capital (cidade) via a sua população diminuir. Isto é uma clara indicação da sub urbanização destas capitais. Noutras capitais doutros Estados Membros, as sub-regiões (NUT 3) são grandes demais para permitir a distinção entre a cidade e as suas áreas adjacentes. A sub urbanização pode portanto também estar a acontecer noutras capitais, mas esta análise não o permite detectar.

As variações da parte regional do rendimento no PIB nacional tendem a seguir as mudanças regionais da população, mas esta coincidência não é, no entanto, exacta. Na Finlândia, na Suécia e no Reino Unido, o PIB desloca-se, com a população, para sul. Na França, em Portugal e em Espanha, a mudança de população para o litoral arrasta consigo o rendimento. No entanto,

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

na Alemanha, na Polónia e na Itália, as variações geográficas do rendimento não acompanham claramente as deslocações de população.

Mas a forte tendência é para a concentração do rendimento nas regiões capitais, eventualmente mais forte que a tendência do rendimento para acompanhar os movimentos das populações. A maioria das capitais aumentou sua parte no PIB nacional, sendo que as únicas excepções são Berlim, Dublin, Paris e Viena. A tendência é particularmente forte na Finlândia, na Suécia e nos três Estados Bálticos, mas também na Bulgária, na República checa, na Polónia, na Roménia e na Hungria.

NUT II Norte

População

No mapa 2.4, que nos revela a variação na distribuição da população por sub-regiões referente no período 1995-2004, podemos verificar que a população na região Norte se deslocou para o litoral, designadamente para as sub-regiões do Grande Porto, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga (sub-regiões “de destino”, a azul).

Podemos igualmente verificar que as sub-regiões do Minho Lima, do Douro e do Alto Trás – os – Montes perderam população neste período (sub-regiões “de partida”, a castanho). De notar particularmente o caso da sub-região do Douro, num castanho mais escuro que evidencia uma perda populacional considerável (igual ou superior a 10%). No Alto Trás – os – Montes a saída de população foi também sentida, ainda que inferior á registada no Douro, com valores compreendidos entre os 5% e os 10%. No Minho Lima a perda populacional foi menos grave.

Rendimento

Comparando os mapas 2.4 e 2.5, o principal objectivo é, como vimos anteriormente, analisar a relação entre a deslocação de população e o rendimento, isto é, verificar se a riqueza acompanha o movimento da população. De facto, normalmente, esta situação acontece.

Mas no caso da NUT II Norte, tal facto não sucede. Como podemos constatar, ao compararmos os mapas, a um crescimento populacional no litoral (Grande Porto, Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga) não corresponde com exactidão um aumento da riqueza, excepto no caso das sub-regiões do Tâmega (em azul mais escuro) e do Cávado (azul mais claro). Nas sub-regiões do Ave e do Entre Douro e Vouga a um aumento populacional não correspondeu um aumento de rendimento (em castanho claro). Mas o caso mais relevante em termos da análise é o da sub-região do Grande Porto, na qual a um aumento populacional correspondeu uma grande diminuição de rendimento (a castanho mais escuro, com um perda de poder de compra de 10% ou até superior).

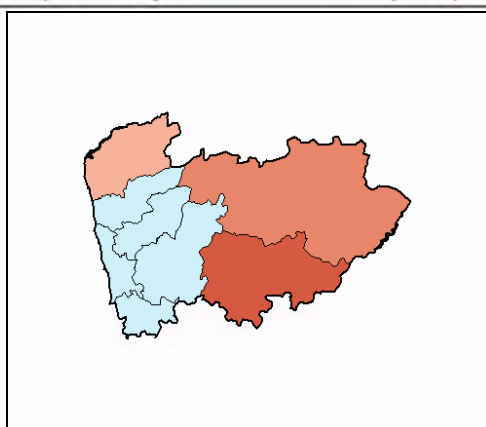
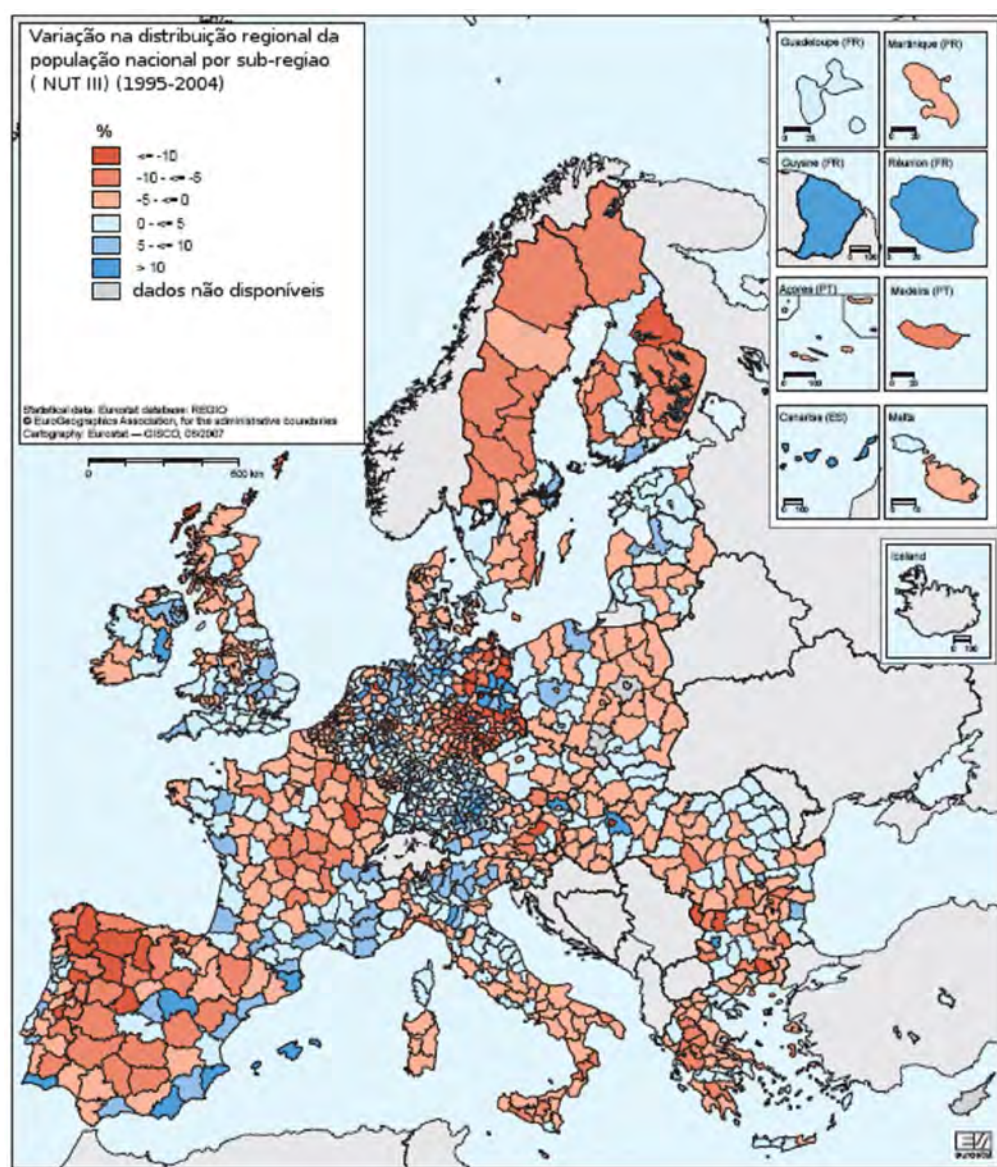
Queda do rendimento no litoral norte

Existiu no período considerado (1995-2004) uma queda de rendimento per capita no litoral norte. Posto de outra forma, o aumento da população (mais pessoas) originou uma diminuição do rendimento (menos dinheiro por pessoa). Isto significa que o aumento da riqueza produzida nestas sub-regiões em virtude do aumento da força de trabalho não foi suficiente para fazer aumentar o rendimento de cada habitante, tendo inclusivamente baixado. O mesmo nível de riqueza passou assim a ser distribuído por um número maior de pessoas, tendo como resultado uma diminuição do rendimento per capita.

NOTA: Apenas reflectimos sobre a região Norte. O leitor poderá naturalmente analisar a realidade nas restantes regiões portuguesas.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

MAPA 2.4: Variação na distribuição da população por sub-regiões (NUT III) (1995-2004)

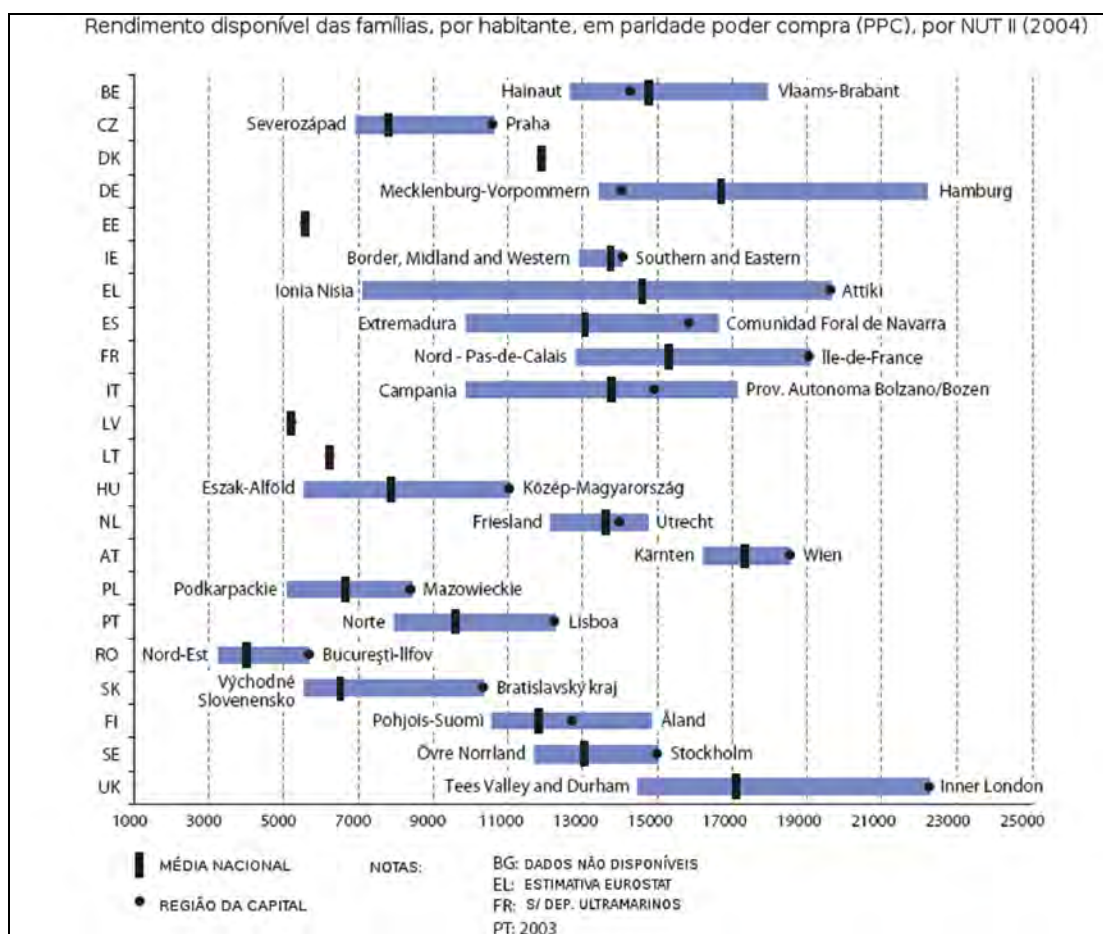


NUT II NORTE (pormenor do mapa 2.4)

FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

FIGURA 6: Rendimento disponível das famílias, por habitante, em PPC, por NUT II (2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

Conclusão

A recente entrada de 12 Estados Membros levou a um aumento dramático da disparidade regional em termos de rendimento por habitante na UE. A política de coesão irá a partir de agora incidir mais fortemente em regiões com um PIB por habitante abaixo dos 75 % da média da UE, e fomentar a convergência das regiões dentro da União, continuando naturalmente a investir na competitividade das outras regiões e continuando a apoiar a cooperação territorial. Nalguns Estados Membros, a população tem-se deslocado; o rendimento acompanha geralmente estes movimentos da população. A tendência mais dominante é, no entanto, a deslocação da população e especialmente do rendimento para as regiões capitais dos Estados Membros.

CAPITULO VI: CONTAS REGIONAIS DAS FAMÍLIAS

Medir a riqueza

Um dos principais objectivos da estatística regional é medir a riqueza das regiões. Medir a riqueza regional é particularmente importante quando se pretendem definir medidas políticas de apoio às regiões mais atrasadas. O indicador mais frequente para medir a riqueza de uma região é o produto interno bruto regional (PIB). O PIB normalmente é expresso em padrões de poder de compra (PPS) por habitante, de forma a podermos comparar os dados entre regiões de diferentes dimensões e poder de compra (o PIB é o valor total de mercadoria e serviços produzidos numa determinada região pelas pessoas empregadas nessa região, menos o consumo intermédio). No entanto, devido a um enorme fluxo inter-regional de riqueza e às intervenções do Estado, o PIB criado numa dada região não coincide com o rendimento efectivamente disponível dos habitantes dessa região.

Uma desvantagem deste indicador (PIB por habitante) na aferição da riqueza criada é que o valor correspondente ao PIB regional é dividido pela população residente na região. Esta inconsistência é relevante quando existem fluxos de trabalhadores— isto é, o número de pessoas que trabalham numa região não coincide com o número de habitantes. O exemplo mais óbvio é Londres, região do Reino Unido que tem o rendimento per capita mais alto na UE. Não significa de modo algum que o nível de rendimento dos habitantes da mesma região corresponda a este valor tão elevado, o que acontece é que todos os dias milhares de trabalhadores viajam para Londres para trabalhar, mas efectivamente vivem em regiões vizinhas. Hamburgo, Viena, Luxemburgo e Praga são outros exemplos deste fenómeno.

Para além deste aspecto, existem outros factores que podem influenciar a distribuição regional do rendimento real e fazer com que não corresponda á distribuição do PIB, como sejam as rendas, juros ou dividendos recebidos pelos residentes de uma certa região mas pagos por residentes de outras regiões.

Rendimento das famílias

Em economias de mercado com mecanismos estatais de redistribuição do rendimento, é feita uma distinção entre as duas etapas de distribuição do rendimento.

A distribuição primária do rendimento mostra que o rendimento das famílias provém directamente de transacções de mercado, isto é, através da compra e venda de factores de produção e de mercadorias. Estes incluem particularmente os salários dos empregados, isto é, o rendimento da venda da força de trabalho como factor de produção. As famílias podem também receber rendimento em activos, particularmente juros, dividendos e alugueres. Existe também o rendimento do próprio emprego. O balanço de todas estas transacções constitui a o rendimento primário das famílias.

O rendimento primário é o ponto de partida para a distribuição secundária do rendimento, que mostra os efeitos do mecanismo de redistribuição do Estado. Todos os benefícios e transferências sociais (transferências monetárias) que não sejam em espécie são agora adicionadas ao rendimento primário. As famílias têm de pagar impostos (de rendimento e riqueza) e pagar as suas contribuições sociais. O montante restante depois destas transacções é chamado rendimento disponível das famílias.

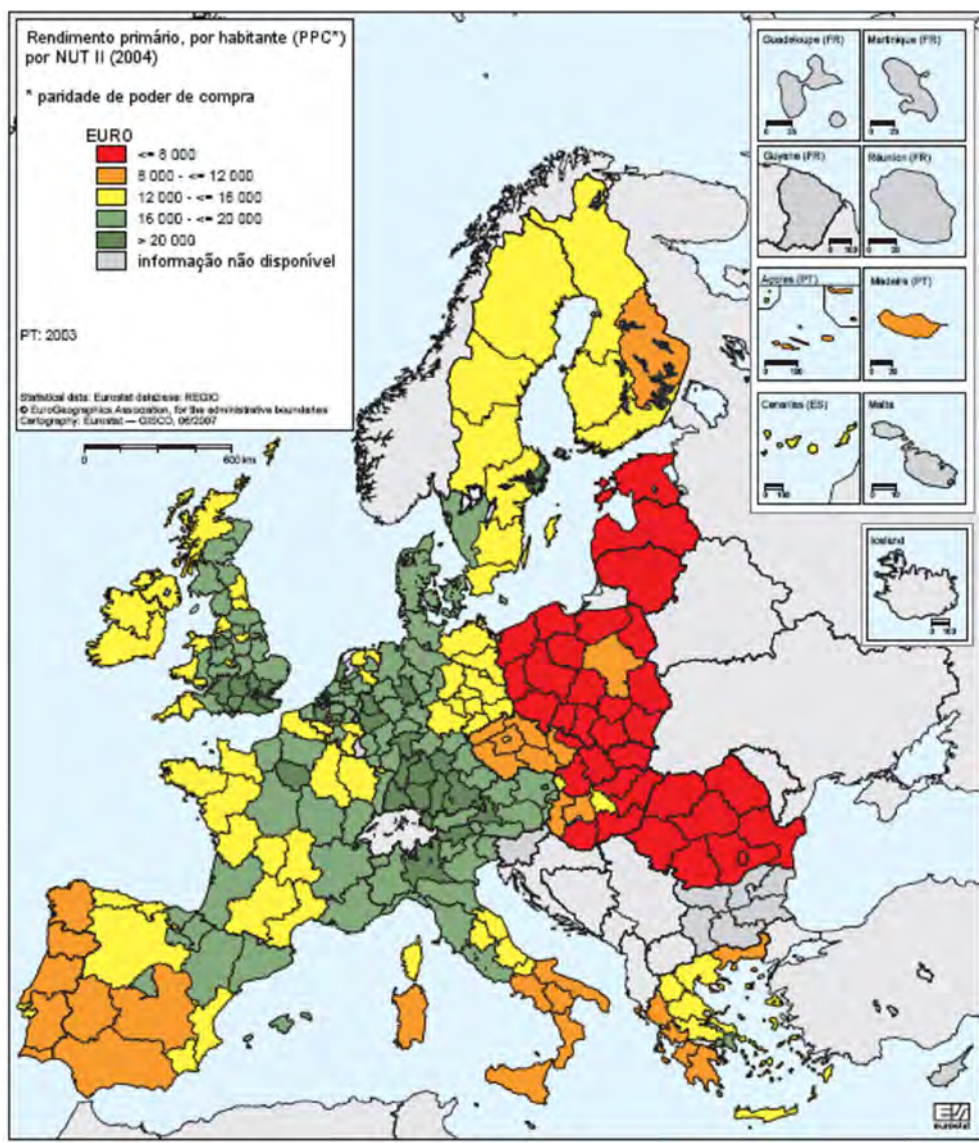
O PIB regional geralmente é expresso em padrões de poder de compra (PPS) de modo a que possam ser feitas comparações significativas. O mesmo processo deve ser aplicado aos parâmetros do rendimento familiar. Estes são assim convertidos em padrões específicos de poder de compra para despesa final de consumo (PPCS - padrões de consumo de poder de compra).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

PPCS 2004

O mapa 6.1 exibe o rendimento primário nas regiões NUT II de 22 Estados Membros da UE. A riqueza é evidente no sul da Inglaterra, em Paris e na Alsácia (França), norte da Itália, Viena (Áustria), Madrid, nas regiões do País Basco e na Comunidade Foral de Navarra (Espanha), na Flandres (Bélgica), na Holanda, em Estocolmo (Suécia) e Nordrhein-Westfalen, Hessen, Baden-Württemberg e Bayern (Alemanha).

MAPA 6.1: Rendimento primário, por habitante (PPC) por NUT II (2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

Nos novos Estados Membros, só as regiões das capitais têm níveis de rendimento relativamente altos, particularmente Praga, Bratislava, Közép-Magyarország (Budapeste) e Mazowieckie (Varsóvia). Estas, juntamente com todas as regiões checas e duas outras regiões húngaras, são as únicas onde o rendimento primário das famílias é superior a metade da média da UE.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

A região da capital romena tem um rendimento de cerca de 45 % da média da UE. De assinalar que as regiões periféricas de alguns novos Estados Membros apresentam mesmo valores inferiores à média nacional, já muito baixa.

Os valores regionais variam de 2 696 PPCS por habitante no nordeste da Roménia a 29 411 PPCS na região de Londres (Reino Unido). As 10 regiões com o mais alto rendimento por habitante incluem cinco regiões no Reino Unido, três na Alemanha, um na França e um na Bélgica.

Esta concentração de regiões de maiores rendimentos no Reino Unido e na Alemanha é também evidente quando a análise se estende às 30 regiões de maior rendimento: este grupo contém 11 alemãs, 9 regiões do Reino Unido, juntamente com três na Bélgica, outras três na Áustria, uma na França, uma na Itália, uma nos Países Baixos e uma na Suécia.

Não será surpresa o facto de se localizarem nos novos Membro Estados todas as 30 regiões com rendimentos mais baixos; esta lista contém 13 das 16 regiões polacas, todas as oito regiões romenas, quatro na Hungria, duas na Eslováquia, Estónia, Letónia e Lituânia. Com o alargamento da União Europeia, o fosso entre as regiões da UE com os rendimentos primários mais altos e mais baixos era de 10,9. Cinco anos antes, em 1999, este factor para os mesmos 22 países, era de 11,2.

NUT II Norte

No mapa 3.1 vemos que o rendimento primário na região Norte se situava em entre os 8000 e os 12000 euros anuais, em 2003 (a castanho). A maioria das regiões dos novos Estados Membros apresenta valores inferiores a 8000 euros de rendimento primário por ano. Este rendimento primário revela, por um lado, o atraso económico nacional face às regiões mais competitivas da UE, e, por outro, a baixa produtividade e o consequente baixo nível de riqueza produzida e distribuída das regiões portuguesas. Apenas a região da Grande Lisboa apresenta um valor compreendido entre os 12000 e os 16000 euros anuais, ainda assim longe do rendimento de muitas das regiões do norte e do centro da UE.

Quadro C.C: Rendimento Primário e Rendimento Disponível das Famílias, por região (2005)

Regiões	Rendimento Primário			Rendimento Disponível		
	Total	<i>per capita</i>	Índice Portugal=100	Total	<i>per capita</i>	Índice Portugal=100
	10 ⁶ Euros	Euros	%	10 ⁶ Euros	Euros	%
Norte	30.360	8.134	81	30.301	8.118	84
Centro	20.632	8.671	86	21.127	8.879	91
Lisboa	38.879	14.036	139	34.815	12.569	129
Alentejo	6.733	8.780	87	6.942	9.053	93
Algarve	4.545	10.974	109	4.325	10.442	108
R. A. Açores	2.333	9.651	96	2.264	9.366	96
R. A. Madeira	2.630	10.747	107	2.525	10.318	106
Extra-regio	143	-	-	105	-	-
Total	106.255	10.072	100	102.404	9.707	100
Min-Max	-	5.903	59	-	4.451	46

Fonte: INE – Contas regionais 2000

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Quadro D.D: evolução real do PIB Regional (estimativa 1995-2000)

Evolução real do PIB por região (estimativa) Período: 1995 a 2000 Unidade: taxa de crescimento n/n-1 (%) Regiões: NUTS II					
	1996	1997	1998	1999	2000
PIBR - taxas de crescimento					
Norte	3,4	2,4	3,4	3,4	1,6
Centro	4,6	3,1	3,5	4,2	4,2
Lisboa e Vale do Tejo	3,4	5,2	6,1	3,8	3,6
Alentejo	5,3	4,1	0,2	3,6	0,9
Algarve	1,5	3,8	3,7	4,3	8,0
R. A. Açores	3,1	0,0	3,3	4,9	5,2
R. A. Madeira	1,4	7,3	8,0	4,4	11,4
Total	3,5	4,0	4,6	3,8	3,4

Fonte: INE – Contas regionais 2000

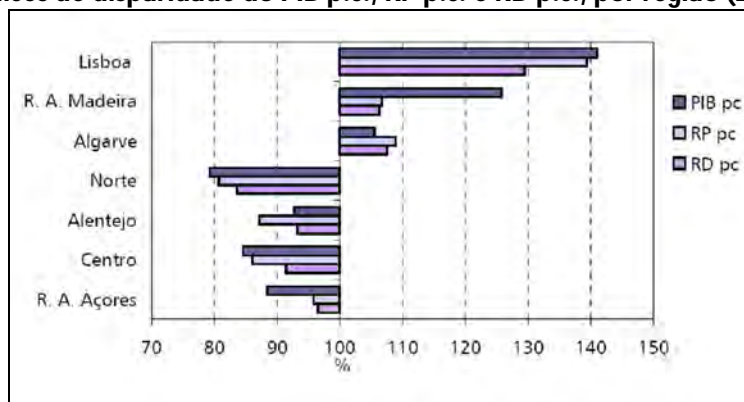
Quadro E.E: variação anual (em %) do PIB, do rendimento primário e do rendimento disponível das famílias portuguesas (2005)

Regiões	Variação Anual (%)		
	Rendimento Primário	Rendimento Disponível	PIB
Norte	3,1	2,9	3,4
Centro	3,6	3,0	2,5
Lisboa	6,4	5,5	3,6
Alentejo	1,2	1,1	3,3
Algarve	4,5	3,7	5,4
R. A. Açores	4,5	4,6	4,5
R. A. Madeira	5,3	3,2	4,6
Total	4,4	3,7	3,5

Fonte: INE – Contas regionais 2005

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Quadro F.F: índices de disparidade do PIB p.c., RP p.c. e RD p.c., por região (2005)



Fonte: INE – Contas regionais 2005

Em 2005, o Rendimento Primário e o Rendimento Disponível das Famílias cresceram em termos nominais a um ritmo ligeiramente superior ao do PIB do país. A nível regional, destaca-se Lisboa que tendo registado um crescimento do PIB moderado, próximo do valor nacional, (3,6%), apresentou nesse período, a maior taxa de crescimento do Rendimento Primário (6,4%), bem como do Rendimento Disponível (5,5%), nitidamente acima do crescimento nacional ocorrido nestes dois indicadores, 4,4% e 3,7%, respectivamente. Das restantes regiões, o Alentejo destacava-se das demais, por apresentar o mais baixo crescimento nominal tanto do Rendimento Primário, 1,2%, como do Rendimento Disponível, 1,1%.

Em termos de índices, verifica-se que as regiões de Lisboa, RAM e Algarve apresentaram, em 2005, níveis por habitante superiores à média nacional para os três indicadores: Lisboa apresentou índices de 141, 139 e 129, respectivamente para o PIB p.c., RP p.c. e RD p.c.; a RAM e o Algarve registaram índices inferiores para os mesmos indicadores, na ordem de 126, 107 e 106 para a RAM e 106, 109 e 108 para a região do Algarve.

Nas restantes regiões observam-se índices inferiores a 100 nos três indicadores, apresentando a RAA índices próximos do valor nacional em relação ao Rendimento Primário e Rendimento Disponível por habitante e o Alentejo e o Centro situação semelhante no que se refere ao RD por habitante. A região Norte, cujo PIB p.c. se situou 21% abaixo do valor nacional, apresentou igualmente o menor índice de RP p.c. e RD p.c., respectivamente, 81 e 84.

Os resultados demonstram que as assimetrias regionais são mais significativas relativamente ao PIB por habitante do que ao RP e RD, per capita. Efectivamente, a diferença entre a região que gerou maior e menor produto per capita é significativamente superior ao fosso entre a região com maior e menor nível de vida das famílias, com base no RD por habitante (regiões de Lisboa e Norte, em qualquer dos casos).

Em 2005, a distribuição secundária do rendimento, em grande medida associada às transferências sociais provenientes das administrações públicas, beneficiou em termos relativos as famílias das regiões do Alentejo e do Centro. Com efeito, essas famílias viram o Rendimento Disponível por habitante superar o rendimento gerado pela sua participação no processo produtivo e pelos saldos dos rendimentos de propriedade. Nas regiões de Lisboa, do Algarve e Autónomas dos Açores e da Madeira o RD ficou abaixo do RP, e a região Norte manteve praticamente um RD por habitante idêntico ao RP por habitante (8 118€ face a 8 134€).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

NOTA: o rendimento primário e o rendimento disponível das famílias, referem-se, respectivamente, aos saldos da Conta de Afectação do Rendimento Primário e da Conta de Distribuição Secundária do Rendimento.

Rendimento disponível

Uma comparação do rendimento primário com o rendimento disponível (mapa 3.2) mostra a influência niveladora da intervenção do Estado. Esta intervenção estatal aumenta o nível relativo de rendimento em algumas regiões da Itália e da Espanha, no oeste e no norte do Reino Unido e em partes da Alemanha oriental e da Grécia. Efeitos semelhantes podem ser observados para os novos Estados Membro, particularmente na Hungria, na Eslováquia e na Polónia.

No entanto, a estabilização dos níveis de rendimento nos novos Estados Membros foi geralmente menos pronunciado que na UE-15. Apesar da redistribuição do Estado e de outras transferências, as regiões das capitais mantêm a sua posição proeminente em termos de rendimento disponível mais alto.

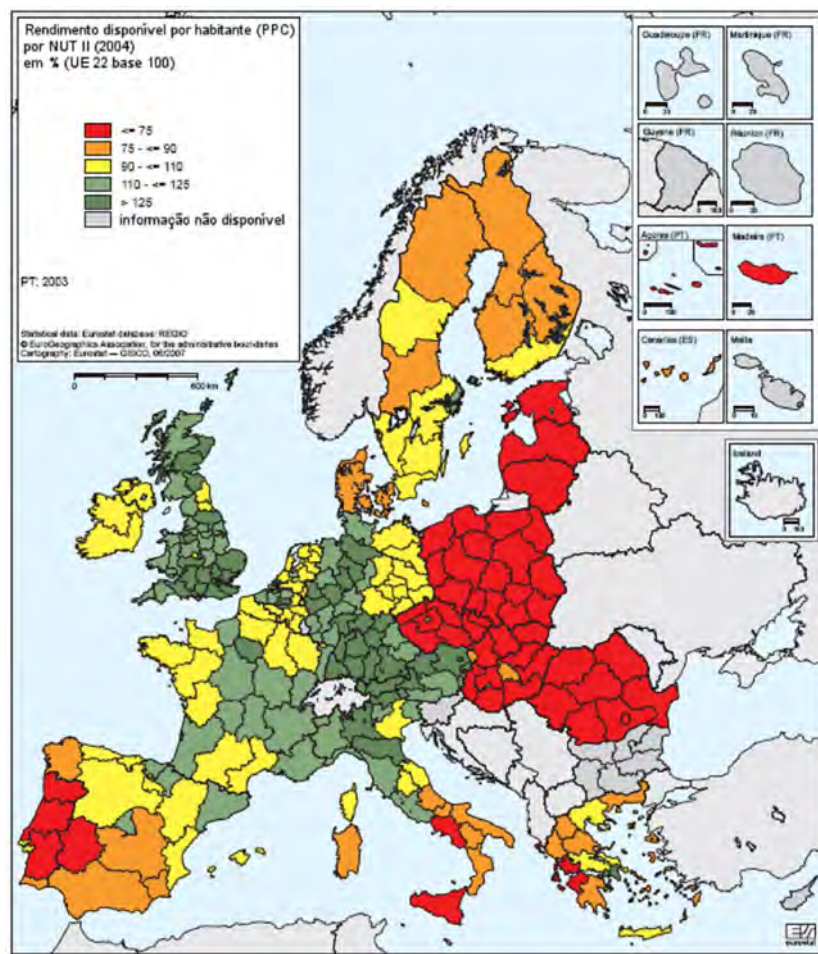
Das 10 regiões com o mais alto rendimento disponível por habitante, cinco são no Reino Unido, três na Alemanha, um na França e um na Grécia. A região da capital grega Attiki ocupou o grupo das primeiras 10 regiões, enquanto a região Belga de Vlaams-Brabant desceu — um reflexo do efeito de nivelamento da intervenção do Estado no rendimento, que é menos pronunciado na Grécia que na Bélgica. Em 11 038 PPCS por habitante, Közép-Magyarország (Budapest) é a região com o rendimento disponível mais alto nos novos Estados Membros, a primeira vez que ultrapassou a região de Praga, que liderou esta classificação para os novos Estados Membros até 2003.

Quando a classificação é estendida às 30 regiões de maior rendimento, o domínio alemão e britânico é claro: esta lista contém um total de 11 regiões do Reino Unido (mais duas que nas 30 para o rendimento primário) e 12 regiões alemãs (mais uma que para o rendimento primário). A lista inclui ainda quatro regiões na Áustria, uma na Bélgica, uma na Grécia e uma na França.

Nas 30 regiões da UE com piores registos em termos de distribuição secundária do rendimento, estão incluídas 13 regiões polacas, todas as oito regiões romenas, três na Hungria, três na Eslováquia, e uma em cada um dos três Estados Bálticos. A única mudança desta classificação relativamente à distribuição do rendimento primário está na ordem.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

MAPA 6.2: Rendimento disponível por habitante (PPC) por NUT II (2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

Os valores regionais variam de 3 263 PPCS por habitante no nordeste da Roménia a 22 405 PPCS na região de Londres. A intervenção estatal reduz a diferença entre o valor regional mais alto e o mais baixo dos 22 países (um factor ao redor de 10,9 a 6,9).

Ao contrário do que sucede com o rendimento primário, existe com o rendimento disponível uma clara tendência para uma diminuição das diferenças regionais: entre 1999 e 2004 a disparidade entre o valor mais alto e o valor mais baixo caiu de 8,3 para 6,9.

Podemos concluir que não houve nenhuma convergência regional visível do rendimento primário das famílias desde 1999. A diminuição da diferença regional de rendimento neste período acontece devido à intervenção estatal.

NUT II Norte

Em termos de rendimento disponível, a região Norte encontra-se abaixo dos 75% da média da UE a 22 (a vermelho no mapa 3.2). As regiões nacionais que escapam a este cenário são o Algarve (com valores entre os 75% e os 90%, a castanho) e a Grande Lisboa (com um valor entre os 90% e os 110%, a amarelo). De notar que os valores referentes a Portugal são do ano 2003.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

A diferença regional de rendimento disponível dentro de cada Estado Membro individualmente considerado é naturalmente inferior à diferença regional da UE no seu todo, mas varia consideravelmente de um país para outro.

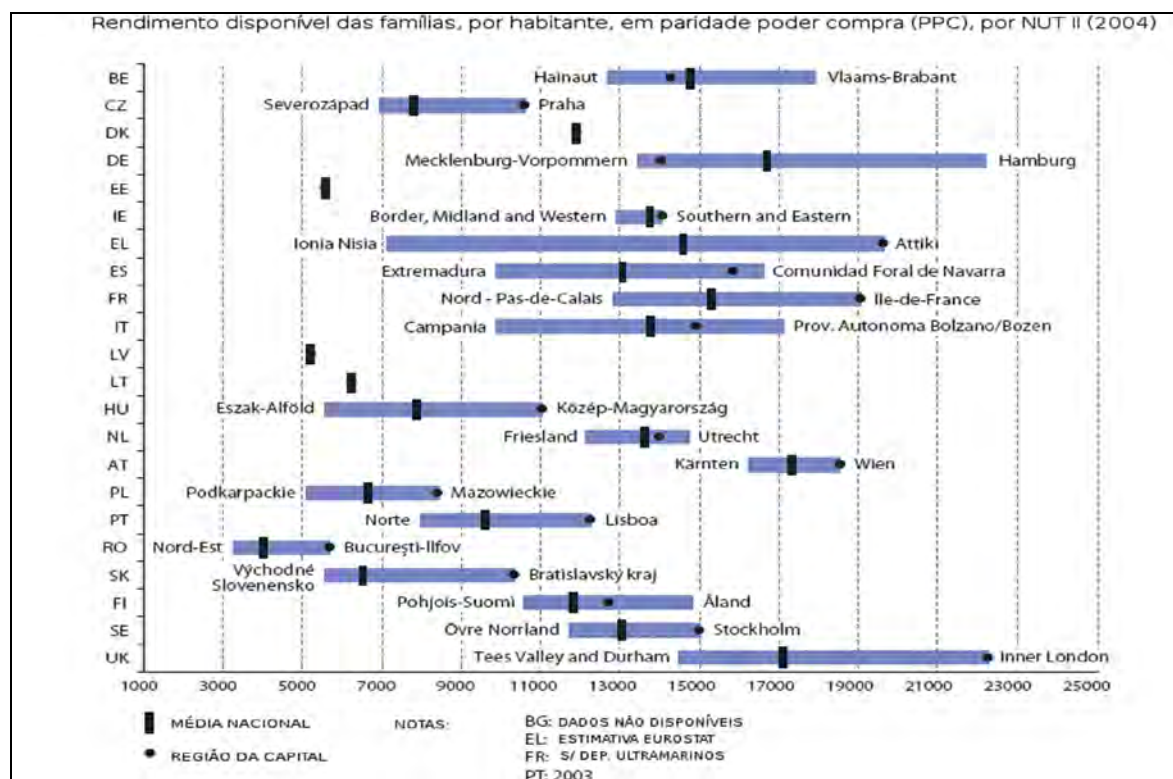
A figura mostra a diferença de rendimento disponível por habitante entre as regiões, com o valor mais alto e o valor mais baixo para cada país. A disparidade regional mais alta acontece na Grécia (com um factor de 2,75). Isto significa que o rendimento disponível por habitante na região de Attiki é mais que duas vezes e meia que em Ionia Nisia.

Entre os cinco países com as disparidades de rendimento regional mais elevadas, a Itália é, ao lado da Hungria, da Eslováquia e da Roménia, o segundo Estado Membro da UE-15 com maiores desigualdades regionais; nestes quatro países, os valores regionais mais altos excedem o mais baixo em pelo menos 73 %.

A República checa tem a mais baixa disparidade de rendimento regional dos novos Estados Membro (53 %), o que a aproxima muito da situação na Alemanha, na Espanha, na Polónia e no Reino Unido. As disparidades de rendimento regional mais baixas acontecem na Irlanda, na Áustria, nos Países Baixos e na Suécia, onde os valores máximos excedem os valores mínimos entre os 9 % e os 28 %.

A seguinte figura mostra-nos que as capitais de 12 dos 18 países têm os valores mais altos de rendimento. Este grupo inclui todos os novos Estados Membro de maior dimensão. O domínio económico das regiões que incluem as capitais é também evidente quando os seus valores de rendimento são comparados com as médias nacionais. Em quatro países (Grécia, Hungria, Roménia e Eslováquia), as capitais excedem os valores nacionais em mais de um terço. Apenas em dois países (Bélgica e Alemanha) os valores da região da capital são inferiores às médias nacionais.

FIGURA 7: Rendimento disponível das famílias, por habitante, em PPC, por NUT II (2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

NUT II Norte

Na figura acima podemos verificar a disparidade de rendimento regional nos Estados Membros da UE. No caso português, podemos ver que a região Norte é a região de menor rendimento por habitante, ficando como podemos observar atrás da média nacional, contrastando com a região da capital (Lisboa), que apresenta o maior rendimento.

Para avaliar a situação económica de uma região em particular, é importante saber não apenas o nível de rendimento primário e o nível de rendimento disponível mas também a relação entre estes dois indicadores. O mapa 3.3 ilustra esta relação, e dá-nos uma ideia dos efeitos das transferências financeiras do Estado para as regiões. O rendimento médio disponível a nível regional em 22 Estados Membros é de 88,1 % de rendimento primário; os Estados Membros da UE-15 geralmente situam-se abaixo deste valor, mas os novos Estados Membros situam-se acima.

As substanciais diferenças entre as regiões dos Estados Membros são evidentes. O rendimento disponível nas capitais e noutras regiões prósperas da UE-15 é geralmente inferior a 80 % do rendimento primário. As percentagens correspondentes mais altas (ou seja, onde a percentagem de rendimento disponível ultrapassa os 80% do rendimento primário) acontecem em regiões menos desenvolvidas, particularmente na periferia sul da UE, no oeste do Reino Unido e na Alemanha de leste, fruto das transferências do estado.

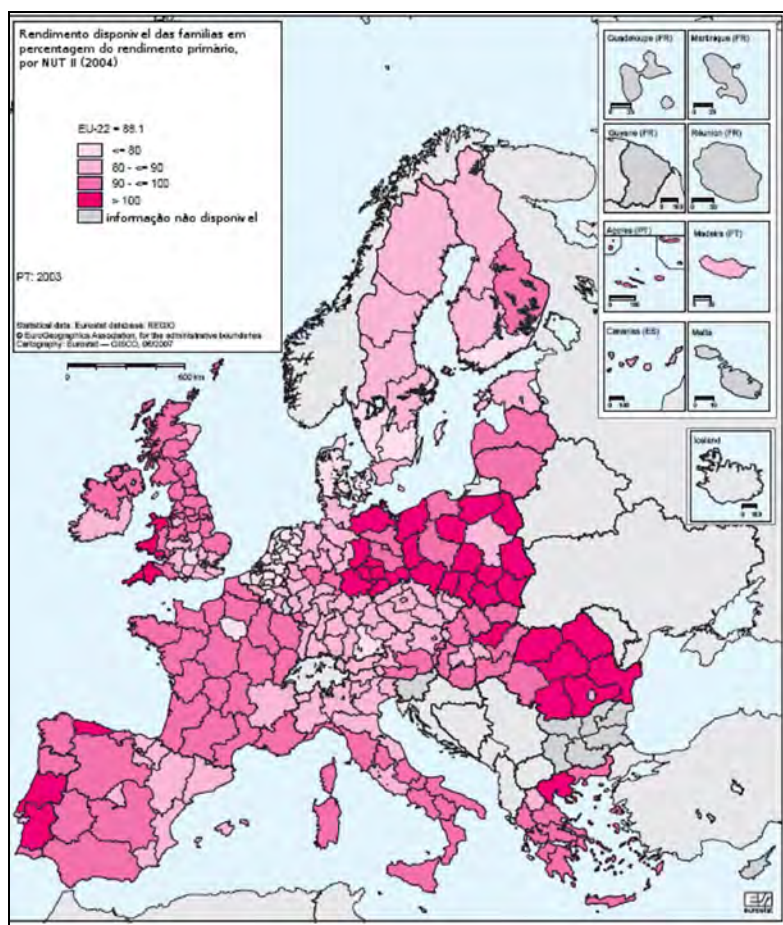
As diferenças na redistribuição regional da riqueza são geralmente menos significativas nos novos Estados Membros que na UE-15. Para as regiões das capitais os valores estão entre os 80 % e os 90%. Isto mostra-nos que os rendimentos nestas regiões exigem, comparativamente com as outras regiões, muito menos apoios estatais e transferências sociais. A diferença entre a região da capital e o resto do país é particularmente grande na Roménia (20 pontos percentuais).

Nos 22 Estados Membros da UE que analisamos, existe um total de 37 regiões em que o rendimento disponível excede o rendimento primário. Esta situação verifica-se principalmente na Polónia, onde, em 16 regiões, apenas as regiões de Varsóvia, Gdansk e Poznan assumem valores inferiores a 100 % e na Roménia, onde seis das oito regiões se situam acima dos 100 %. Na UE-15, os casos mais flagrantes são as oito regiões do leste da Alemanha e quatro no Reino Unido.

Mas ao interpretar estes resultados, devemos ter em conta que não são apenas as transferências financeiras e os subsídios sociais do Estado que originam o excedente do rendimento disponível sobre o rendimento primário. Outras transferências, por exemplo as transferências financeiras de pessoas que temporariamente estão a trabalhar noutras regiões podem ter um efeito relevante. O mapa 3.3 mostra-nos claramente que isto é frequente no caso de regiões menos desenvolvidas.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

MAPA 3.3: Rendimento disponível das famílias em % do rendimento primário, por NUT II (2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

Desenvolvimento dinâmico na orla da União

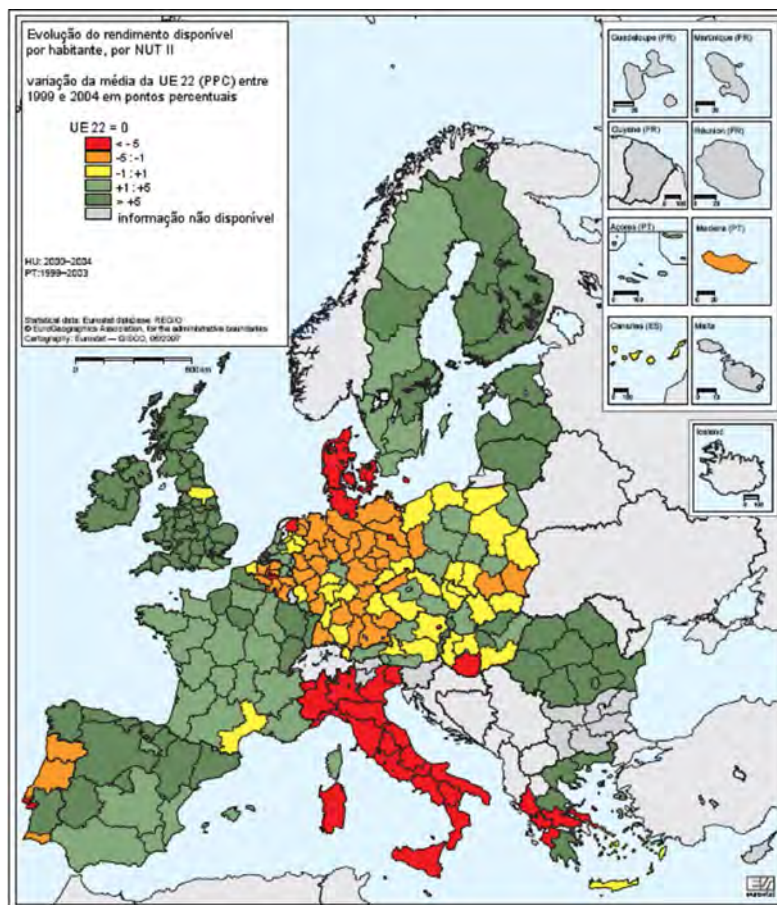
Podemos agora tentar fazer uma comparação das tendências de médio prazo das regiões com a média da UE-22. O mapa 3.4, recorrendo a uma comparação de cinco anos, dá-nos uma perspectiva da evolução entre 1999 e 2004 do rendimento disponível por habitante (em PPCS) tendo em consideração a média dos 22 Estados Membros.

O mapa mostra-nos que as tendências relativas em termos de rendimento tanto na UE-15 como em alguns dos novos Estados Membros estão longe de ser uniformes. Mostra-nos, antes de mais, a dinâmica na orla da União Europeia; particularmente no caso da maioria das regiões do Reino Unido, da Espanha, da Roménia e dos Estados Bálticos.

Por outro lado, aparentemente existiram tendências de decréscimo de rendimento relativamente à média da UE na Alemanha, em Portugal e especialmente na Itália, onde mesmo regiões com níveis médios de rendimento foram afectadas. As perdas na Dinamarca (-5,8) e Viena (-9,2) são menos graves, uma vez que estas regiões detêm um nível de rendimento muito alto.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

MAPA 3.4: Evolução do rendimento disponível por habitante, por NUT II (1999-2004)



FONTE: Eurostat regional yearbook 2007

O nível de disparidade destas tendências varia dos 14,3 pontos percentuais positivos na Comunidade Foral de Navarra (Espanha) e em Hamburgo a 22,9 pontos percentuais negativos em Lombardia (Itália).

Apesar da clara evidência de um processo de recuperação de rendimento, a tendência positiva não foi uniforme em todos os novos Estados Membro. O rendimento em cinco das 16 regiões polacas não alcançou a média da UE até 1,8 %, quatro das oito regiões checas também estiveram abaixo da média e na Hungria a tendência ficou abaixo em duas das sete regiões. Os valores para a Roménia, por outro lado, são muito favoráveis. Com um aumento de + 11,6%, a região de Ilfov alcançou o quinto melhor aumento relativo de todas as regiões, tendo mesmo a região do nordeste (a região com o rendimento mais baixo de toda a UE) alcançado os 5,2% do nível médio de rendimento da UE. Apesar disto, e á excepção da Polónia, o problema estrutural permanece em todos os novos Estados Membros, e o fosso do rendimento entre a capital e as regiões mais pobres se alargou ainda mais.

Globalmente, a tendência entre 1999 e 2004 foi no sentido de um ligeiro nivelamento da face superior da faixa regional de distribuição de rendimento, especialmente devido às quebras de rendimento em regiões com níveis altos de riqueza. Simultaneamente, oito das 10 regiões de menor rendimento aproximaram-se da média da UE.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

NUT II Norte

No mapa 3.2 podemos ver a evolução do rendimento disponível por habitante, por região, no período 1999-2004. Da análise podemos concluir que a região Norte teve neste período um decréscimo de rendimento, o que é particularmente grave se tivermos em atenção que não partiu, como outras regiões da UE, de uma situação de médio/alto rendimento. Antes pelo contrário, a região Norte tem vindo a divergir da média de rendimento da UE e conheceu neste período um decréscimo de rendimento de entre -1% a -5% da média da UE a 22.

Resumo

A distribuição regional de rendimento difere da distribuição de PIB regional numa série de regiões NUT II. Isto acontece em resultado da intervenção do Estado através das transferências financeiras sociais e da cobrança de impostos directos, que estabiliza consideravelmente as disparidades entre as diferentes regiões. Nalguns casos, outras transferências financeiras e de rendimentos doutras regiões também podem ter um papel importante no apuramento do rendimento disponível.

Assim, a intervenção do Estado (e de outras formas de rendimento) resulta numa disparidade de rendimento disponível entre as regiões mais prósperas e as economicamente mais fracas num factor de aproximadamente 6,9, ao passo que os dois valores extremos de rendimento primário por habitante diferem por um factor até 10,9. O nivelamento de distribuição regional de rendimento desejada pela maioria dos países está portanto a ser alcançado.

O nível de rendimento nos novos Estados Membros continua longe da média da UE-15; apenas num pequeno número de regiões capitais dos novos Estados Membros os valores de rendimento são superiores a mais de dois terços da média da UE. Em termos de rendimento disponível por habitante, a região húngara de Közép Magyarország (Budapest) ultrapassou pela primeira vez em 2004 a região de Praga.

Uma análise do período quinquenal (1999 a 2004) mostra-nos que o rendimento nalgumas regiões dos novos Estados Membros estão lentamente a aproximar-se da média da UE. Nalgumas regiões polacas, checas e húngaras o rendimento inclusivamente baixou em comparação com a média da UE. A Roménia, por outro lado, parece claramente alcançar um nível de desenvolvimento que, felizmente, não se fica pela região da capital – Ilfov.

Contrastando com o rendimento primário, nota-se uma clara tendência de aproximação do rendimento disponível entre as regiões: entre 1999 e 2004, o factor entre o valor mais alto e o valor mais baixo caiu de 8,3 para 6,9.

Relativamente á disponibilidade de dados sobre o rendimento nas regiões da UE, a quantidade de informação e o período temporal a que se refere tem vindo gradualmente a melhorar. Quando se conseguir uma série estatística completa sobre o rendimento das famílias ao nível regional, a estatística sobre o rendimento pode ser levada em conta nos processos de decisão para as políticas regionais, juntamente com as estatísticas do PIB.

De uma fraca produtividade resulta invariavelmente um baixo rendimento. Este é um facto económico inquestionável e que tem de ser tomado permanentemente em consideração pelos responsáveis políticos e pelos promotores do desenvolvimento económico e social. Na análise do rendimento no Minho Lima, e depois de termos analisado os seus níveis de produtividade, apenas as pessoas muito distraídas poderão ficar surpreendidas pelos baixíssimos níveis de rendimento da população.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

De facto, se observarmos o mapa 5.1, no capítulo V, podemos ver que a região Norte apresenta uma percentagem de rendimento *per capita* no intervalo 50%-75% da média da UE. Novamente, á semelhança da produtividade, apenas o sul e o leste europeus (recentemente integrados) acompanham as regiões portuguesas. Todas as restantes regiões da UE registam valores de rendimento superiores. Mas vamos analisar com mais pormenor este indicador relativamente ao Minho Lima, que, em ultima análise, decide sobre a pobreza material da sua população.

Quadro G.G: População residente por local de residência, 2004

Local de residência	N.º
Portugal	10529255
Norte	3727310
Minho Lima	251937

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População, 2004

Quadro H.H: Produto interno bruto a preços correntes, em €, (2004)

Local de residência	Milhões de euros
Portugal	144128
Norte	40421
Minho Lima	2130

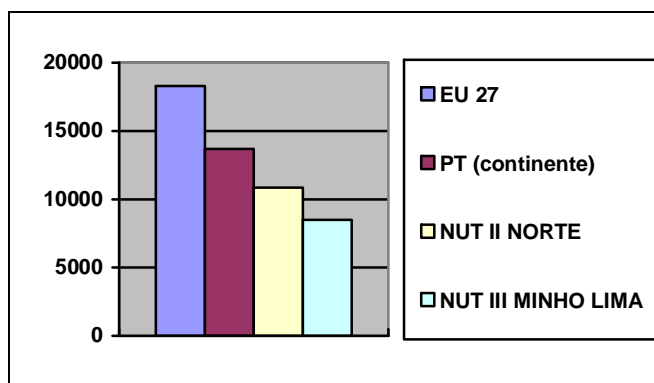
Fonte: INE, Contas Económicas Regionais 2004

O PIB *per capita* resulta da divisão da riqueza gerada num determinado território pela sua população total (PIB/POPULAÇÃO). Assim, sabendo que o PIB no Minho Lima foi de cerca de 2.130.000.000€ em 2004, e que a sua população era nesse ano de cerca de 252.000 pessoas, temos um PIB per capita na ordem dos 8.500€ por habitante, um valor extremamente baixo como podemos ver ao compararmos este valor com outras regiões europeias (figura 6).

O valor para Portugal foi nesse mesmo ano de 13688€ e para a NUT II Norte de 10844€. Podemos ver na figura 11 a ilustração destes valores e, entretanto, comparar com a figura 10 (produtividade) e observar as semelhanças.

O rendimento médio na UE 27 foi, em 2004, de cerca de 18300€.

Figura 11: Níveis de PIB per capita (PPS) em euros na UE 27, Portugal, NUT II Norte e NUT III Minho Lima (2005)



Fonte: INE, Contas Económicas Regionais 2004

Comparando as figuras 10 e 11, vemos claramente semelhanças. De fato, se sobreposermos as duas, a figura mantém o mesmo padrão, apenas alterando os valores. Assim, podemos facilmente concluir que, para além de outros factores, a produtividade é, de todos, o factor

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

que maior influência tem no rendimento. Temos portanto que em 2004 o PIB pc em PPC * foi em Portugal de cerca de 74,7% da média da UE 27, o PIB pc PPC foi na região Norte de cerca de 60% da média da UE27 e o PIB pc PPC foi, no Minho Lima, de cerca de 46% da média da UE 27. Desta forma, aquele que é porventura um dos principais objectivos, senão mesmo o principal, da nossa integração na UE, o aumento para altos níveis de rendimento por habitante, está longe de convergir com a média da UE. Mas a sub-região do Minho Lima não tem apenas de convergir com a média europeia; primeiro tem de convergir com a média nacional e, em 2004, a média da sub-região era de cerca de 67%, de acordo com o quadro BB, um valor que coloca o Minho Lima como uma das sub-regiões com menor rendimento per capita de Portugal.

Quadro I.I: Poder de compra por NUT III

NUT III	Indicador per capita	% poder de compra
Alentejo Central	81,61	1,34
Alentejo Litoral	77,89	0,73
Algarve	107,82	4,13
Alto Alentejo	75,28	0,89
Alto Trás-os-Montes	65,00	1,38
Ave	69,62	3,43
Baixo Alentejo	68,09	0,86
Baixo Mondego	99,06	3,21
Baixo Vouga	83,03	3,10
Beira Interior Norte	67,98	0,74
Beira Interior Sul	79,26	0,58
Cávado	75,03	2,86
Cova da Beira	72,97	0,65
Dão Lafões	68,27	1,88
Douro	64,72	1,36
Entre Douro e Vouga	72,33	1,94
Grande Lisboa	167,10	31,77
Grande Porto	117,35	14,22
Lezíria do Tejo	78,35	1,84
Médio Tejo	76,58	1,68
Minho Lima	67,10	1,61
Oeste	79,17	2,63
Península de Setúbal	101,52	7,18
Pinhal Interior Norte	60,52	0,80
Pinhal Interior Sul	54,00	0,23
Pinhal Litoral	84,79	2,08
Região Autónoma da Madeira	83,69	1,94
Região Autónoma dos Açores	73,33	1,68
Serra da Estrela	62,75	0,30
Tâmega	55,78	2,96

Fonte: estudo do poder de compra concelhio (INE 2004)

* O sistema de paridades de poder de compra anula as diferenças de preços entre os diferentes países ou regiões

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

A política de coesão tem três objectivos principais: **convergência**, **competitividade regional / emprego** e **cooperação territorial**.

O primeiro objectivo da política de coesão para o período 2007 – 2013 é a **convergência**, e destina-se a reduzir as enormes disparidades no desenvolvimento económico regional dentro da UE.

As regiões de "convergência" são as regiões cujo PIB por habitante, medido em paridade de poder de compra (PPC) durante o período 2000 – 02 é inferior a 75 % do PIB médio da UE-25 durante este mesmo período. Há 84 destas regiões com uma população total de 154 milhões habitantes, em 17 Estados Membros, e infelizmente de entre elas estão igualmente a região Norte e naturalmente a sub-região Minho Lima. Estas regiões estão marcadas a vermelho no mapa 5.2.

Quadro J.J: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, 2005

	Total	Nível de habilitações						
		Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1º ciclo do ensino básico	2º ciclo do ensino básico	3º ciclo do ensino básico	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura
Portugal	907,24	578,81	666,28	670,78	795,25	1.017,01	1.609,37	1.963,43
Continente	909,17	574,19	663,11	668,93	795,03	1.018,71	1.605,88	1.966,90
Norte	785,18	547,88	621,95	609,87	710,77	923,65	1.452,52	1.753,45
Minho Lima	698,04	513,76	600,39	577,49	635,15	781,99	1.199,08	1.526,27

INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

Quadro L.L: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o escalão de pessoal da empresa, 2005

	Total	Escalão de pessoal						
		1 - 9	10 - 19	20 - 49	50 - 99	100 - 249	250 - 499	500 e mais
Portugal	907,24	625,26	746,57	838,25	929,38	1.047,31	1.157,50	1.312,09
Continente	909,17	625,15	747,99	839,74	933,16	1.052,54	1.158,98	1.315,42
Norte	785,18	578,38	655,80	725,56	785,99	894,25	978,67	1.189,68
Minho Lima	698,04	542,70	609,87	652,58	728,08	861,97	855,43	1.043,06

INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

Quadro M.M: Indicadores de protecção social por município, 2006

	Valor médio anual das pensões				Valor médio do subsídio de desemprego		
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Homens	Mulheres
	€						
Portugal	4 011	4 044	4 664	2 314	3 392	3 809	3 059
Continente	4 032	4 043	4 685	2 323	3 402	3 822	3 069
Norte	3 782	3 857	4 398	2 205	3 369	3 712	3 095
Minho Lima	3 269	3 763	3 620	2 027	2 926	3 260	2 720

INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

TAXA DE POBREZA

A taxa de pobreza calcula-se multiplicando o rendimento mediano (não confundir com rendimento médio) num determinado ano por 60%.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

LINHA DE POBREZA

60% do rendimento mediano por adulto equivalente* = 4350€ / Ano

- Linha de pobreza individual: 363€ / mês
- Linha de pobreza familiar (casal c. 2 filhos): 761€ / mês

Pobreza material no Minho Lima

Se analisarmos os quadros CC, DD e EE, verificamos que tanto a nível das pensões como ao nível dos subsídios de desemprego os valores para o Minho Lima são bastante inferiores à média nacional. Assim, podemos concluir que um pensionista “médio” (*), assim como um desempregado “médio” (*) no Minho Lima recebem mensalmente um valor abaixo da linha de pobreza nacional, isto é, 272€/mês no caso do pensionista e 244€/mês no caso de um desempregado, valores tanto num caso como noutro abaixo dos 363€/mês, considerados como sendo o montante que define a linha de pobreza.

RSI – Rendimento Social de Inserção

Quadro N.N: Beneficiários do rendimento social de inserção por município, segundo o sexo e a idade, 2006

	Total	Sexo		Idade			
		Masculino	Feminino	Menos de 24 anos	25-39 anos	40-54 anos	55 e mais anos
Portugal	339 621	158 018	181 603	163 235	64 272	62 322	49 785
Norte	160 861	74 748	86 113	74 602	31 419	32 905	21 935
Minho Lima	6 554	2 867	3 687	2 771	1 024	1 342	1 417
Arcos Valdevez	883	383	500	298	115	186	284
Caminha	287	121	166	104	38	53	92
Melgaço	147	58	89	49	25	26	47
Monção	333	121	212	108	51	66	108
Paredes de Coura	310	131	179	99	24	82	105
Ponte da Barca	468	218	250	224	69	103	72
Ponte de Lima	1 105	472	633	479	166	212	248
Valença	356	166	190	169	51	73	63
Viana do Castelo	2 513	1 122	1 391	1 195	461	509	348
Vila Nova Cerveira	152	75	77	46	24	32	50

INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

O quadro permite-nos caracterizar os beneficiários do RSI no Minho Lima. Como podemos ver, em termos de género, os beneficiários são na sua maioria mulheres (3687). Relativamente à faixa etária, os jovens com menos de 24 anos são a maioria (2771); é a faixa etária dos 25 aos 39 anos que apresenta o menor número de beneficiários.

* Segundo Carlos Farinha Rodrigues, a definição de pobre vai muito além do rendimento per capita (indicador que ajuda a saber o grau de desenvolvimento de um país e que consiste na divisão da renda nacional pelo total da população). Assim, utiliza-se outro indicador relacionado com o número de adultos existentes numa casa – rendimento por adulto equivalente. “Um indivíduo é considerado pobre se vive numa família cujo rendimento por adulto equivalente é inferior a 60 por cento do valor mediano por adulto equivalente calculado para toda a população”.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

A pobreza e a exclusão social (a exclusão social motivada pela insuficiência ou inexistência de recursos materiais) no Minho Lima decorrem portanto de dois factores principais: da baixa produtividade laboral, que deriva de uma fraca qualificação académica e profissional da população empregada, e consequentemente, do baixo nível de rendimento do trabalho. Uma parte da população do Minho Lima enfrenta assim uma série de obstáculos a um maior nível de rendimento: por um lado, sendo uma população sem qualificação, apenas acede a trabalho desqualificado, naturalmente mal remunerado uma vez que não traz ao sistema de produção valor acrescentado; por outro lado, e neste ciclo vicioso, as indústrias e o aparelho produtivo local reflectem precisamente este enorme condicionalismo da falta de qualificação da população activa.

Temos assim uma situação em que uma parte significativa do emprego que existe na sub-região é emprego desqualificado, e cuja remuneração reflecte o baixo valor acrescentado que o trabalhador coloca no sistema produtivo.

São vários os factores que contribuem para o atraso económico, e consequentemente, social, do Minho Lima. No entanto referimos apenas três na nossa análise, determinantes para este facto: a baixa qualificação dos trabalhadores, a falta de inovação e de competitividade das empresas locais e os deficientes modelos de gestão estratégica dos operadores económicos (ver anexo “A dinâmica económica e social do Minho Lima”).

Fundos de coesão: os quadros comunitários de apoio e o actual QREN 2007-2013

Na figura 5.2 podemos ver, infelizmente, o Minho Lima a vermelho e concluir da sua necessidade do apoio dos fundos estruturais da UE. Estes fundos estruturais, como o nome indica, destinam-se a apoiar estruturalmente as regiões mais atrasadas da União. Podemos ver que praticamente todo o país está na mesma situação (á excepção de Lisboa, da Madeira e até certo ponto, do Algarve).

A evolução do PIB per capita no Minho Lima

Quadro O.O: Produto interno bruto a preços correntes por localização geográfica (2000 e 2005)

Localização geográfica	2005	2000
	€(milhões)	€(milhões)
Portugal	149123	122270
Norte	41804	35226
Minho Lima	2201	1806

Fonte: INE, Contas Económicas Regionais

(*) por pensionista ou desempregado “médio”, queremos referir um beneficiário que recebe um valor dentro da média da sub-região.

Quadro P.P: População residente, por local de residência (2000 e 2005)

Local de residência	Período de referência dos dados	
	2005	2000
	N.º	N.º
Portugal	10569592	10256658
Norte	3737791	3643795
Minho Lima	252272	247332

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Pela análise dos quadros GG e HH, podemos verificar que o PIB pc em 2000 era de 7302€ e que no ano 2005 o valor já correspondia a 8724€. Houve portanto um aumento do PIB per capita no quinquénio 2000-2005 em cerca de 1422€.

Distribuição regional do rendimento

A distribuição regional do rendimento disponível das famílias difere, em muitas regiões, da distribuição do PIB (regional). Isto acontece, entre outros factores, em resultado da intervenção do Estado através das transferências sociais (financeiras) e da cobrança de impostos directos, que estabiliza consideravelmente as disparidades entre as diferentes regiões. Nalguns casos, outras transferências financeiras e de rendimentos doutras regiões também podem ter um papel importante no apuramento do rendimento disponível.

CAPITULO VII: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Introdução

Os Conselho Europeus de Lisboa e de Barcelona destacaram o importante papel da investigação e desenvolvimento (I&D) e da inovação na UE. Um dos objectivos definidos pela União Europeia foi o de aumentar o investimento em investigação na UE dos cerca de 1.9% do PIB para próximo dos 3% em 2010. Baseado nisto, o Conselho Europeu decidiu, em Março de 2005, relançar a estratégia de Lisboa através da iniciativa crescimento e emprego.

O conhecimento e a inovação tornaram-se então uma das três principais áreas para o crescimento da nova parceria de Lisboa para o crescimento e emprego. A ciência, a tecnologia e a inovação foram colocadas no centro das políticas da UE, em termos de financiamento.

O conceito de uma área europeia de investigação, introduzido no ano 2000 como contributo da política de investigação para a estratégia de Lisboa, foi outra decisão bem sucedida para a elevação da pesquisa na agenda política da UE.

As estatísticas da ciência, da tecnologia e da inovação reflectem o recente desempenho da UE em I&D, na inovação, nas indústrias de alta tecnologia e dos serviços baseados no conhecimento, nas patentes e nos recursos humanos envolvidos na ciência e na tecnologia.

Este capítulo aborda alguns indicadores regionais sobre a pesquisa (investigação) e desenvolvimento, os recursos humanos envolvidos na ciência e na tecnologia, os pedidos de patente de altas tecnologias e o emprego no fabrico de alta tecnologia e nos serviços intensivos em conhecimento. Estes são apenas alguns dos indicadores regionais disponíveis no site do Eurostat sobre a ciência e a tecnologia.

Pesquisa e desenvolvimento

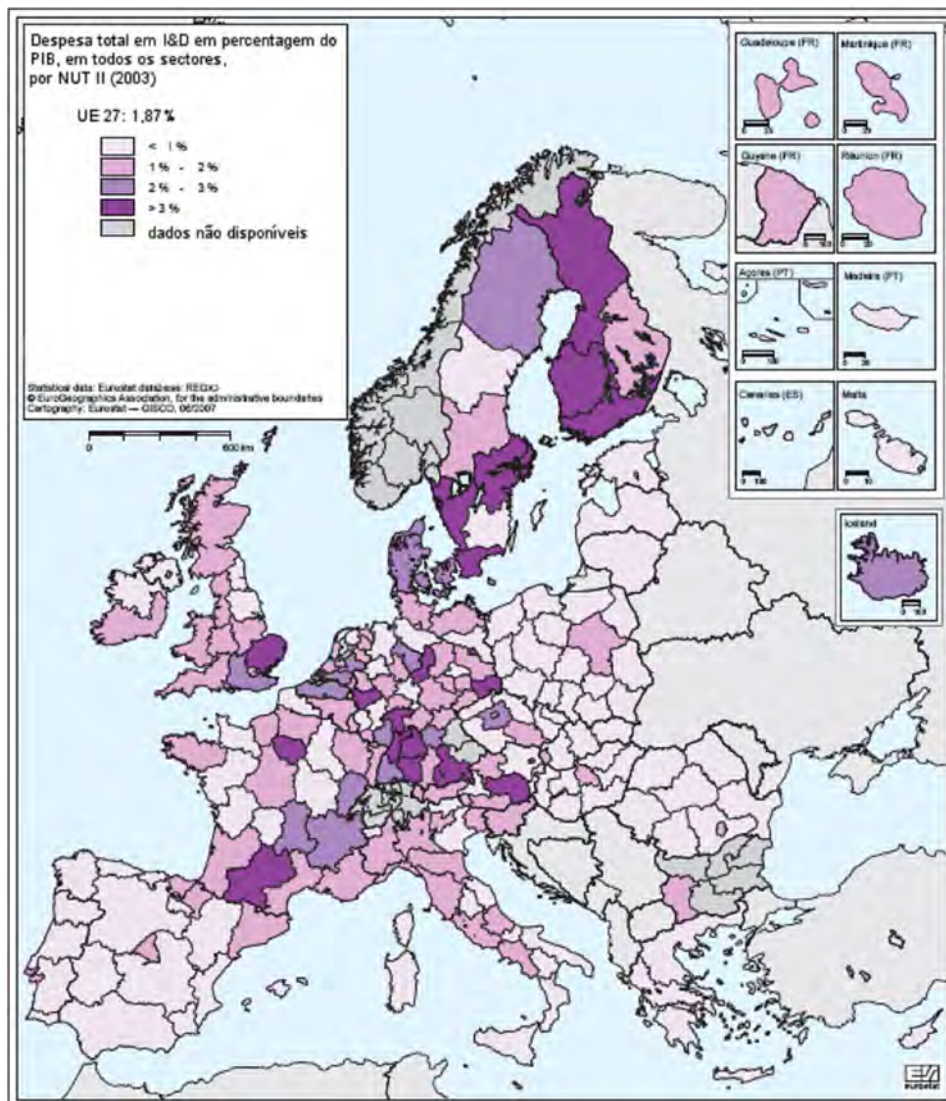
O mapa 7.1 mostra-nos a despesa em I&D em percentagem do PIB (intensidade de I&D) nas regiões da UE em 2003. Diversos núcleos de elevada intensidade em I&D podem ser identificados, principalmente nos países nórdicos, no Reino Unido, na Bélgica, na Holanda, na França, na Alemanha, na República checa e na Áustria. Um dos objectivos definidos pela cimeira de Lisboa em Março de 2000 seria conseguir para a UE uma intensidade de I&D (despesa em I&D relativamente ao PIB) de 3% em 2010. O mapa identifica as 21 regiões europeias que já conseguiram atingir esse objectivo. As regiões alemãs apresentam elevados níveis de I&D, sendo que nove delas já atingiram esta meta dos 3%, de entre elas a região de Braunschweig, a região com a maior intensidade de I&D, com 8.7 %.

As outras regiões que ultrapassaram o objectivo dos 3 % do PIB são suecas (quatro regiões em sete), finlandesas (três regiões em cinco), francesas e austríacas (duas regiões cada) e britânicas (uma região). Além das referidas 21 regiões, a despesa em I&D excedeu os 2 % do PIB noutras 17 regiões. A maioria destas regiões localizava-se, mais uma vez, na Alemanha (cinco), com outras quatro na França, duas na República checa e duas na Holanda e uma na Bélgica, uma na Dinamarca, uma na Suécia e uma no Reino Unido.

As regiões que registam uma intensidade de I&D mais baixa localizam-se principalmente na parte oriental e no sul da UE. Das 104 regiões da UE cuja intensidade de I&D não excede 1 %, 41 localizam-se nos novos Estados Membro da UE (dos alargamentos de 2004 e 2007). Incluem 15 regiões na Polónia, sete na Roménia, seis na Hungria, cinco na República checa e três na Eslováquia.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Mapa 7.1: Despesa total em I&D em % do PIB, por NUT II (2003)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

Os recursos humanos envolvidos em actividades de I&D são classificados em três categorias: Investigadores, técnicos e pessoal de apoio. O mapa 7.2 ilustra os investigadores relativamente ao emprego total na UE. Uma comparação com o mapa 7.1 dá-nos a sensação que os investigadores estão menos concentrados em núcleos comparativamente à despesa em I&D em % do PIB.

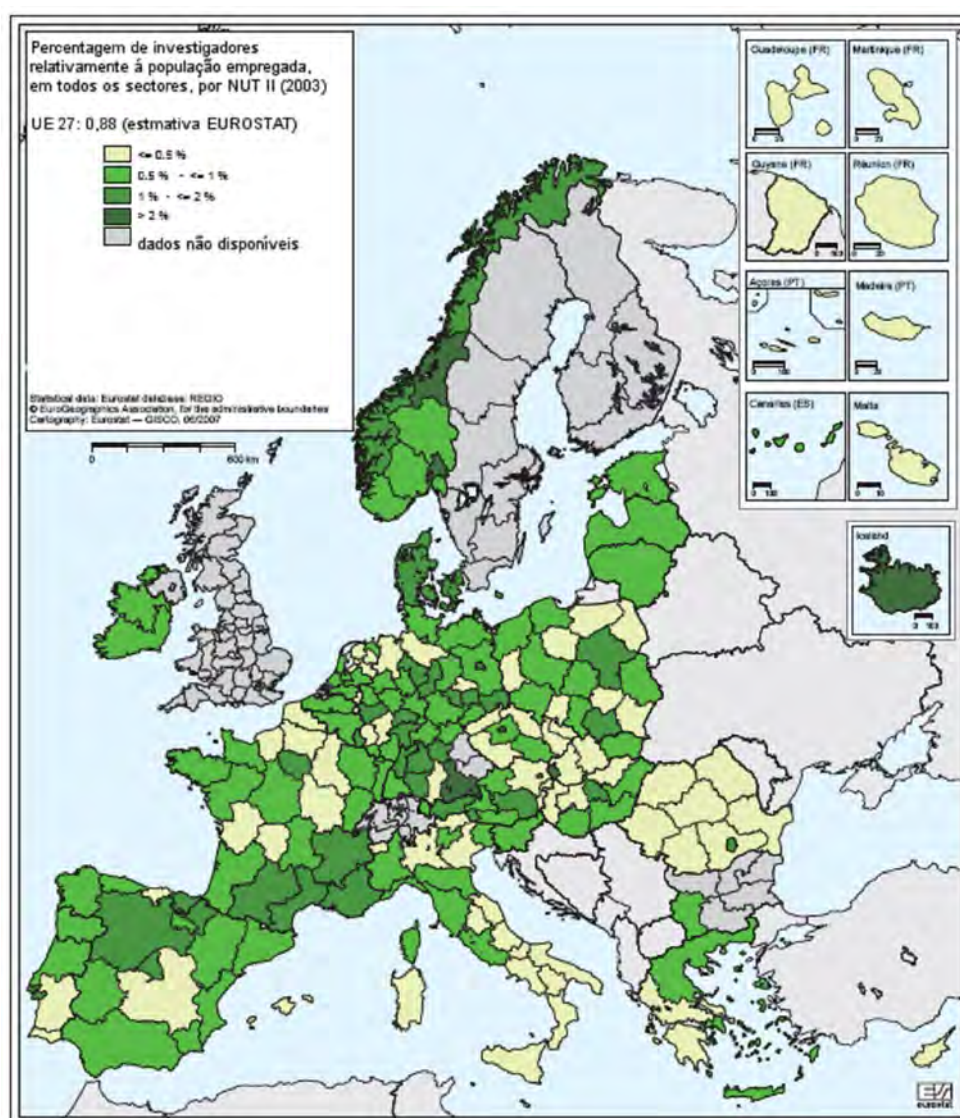
Em nove das 197 regiões com dados disponíveis, mais de 2 % de todas as pessoas empregadas são classificados de investigadores. Destas, a região norueguesa de Trøndelag tem a mais alta concentração de investigadores (2,95 %). Neste grupo surge uma outra região norueguesa, juntamente com duas regiões alemãs, uma outra na República checa, uma na Bélgica, uma na Eslováquia, uma na Áustria e outra na Islândia. As duas regiões com concentrações relativamente altas de investigadores e de despesa em I&D são Viena (Áustria) e Oberbayern (Alemanha).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Aprofundando a análise, se incluirmos as 34 regiões que têm uma concentração de investigadores entre 1 % e 2 %, adicionamos mais oito países à lista: Dinamarca, Espanha, França, Hungria, Luxemburgo, Polónia, Portugal e Roménia. Duas regiões com concentrações altas de investigadores são a região espanhola de Castilla y León e a região polaca de Małopolskie, ambas classificadas entre as regiões de baixa intensidade de I&D no mapa 7.1.

As regiões com baixas concentrações de investigadores (menos de 0,5 % do emprego total) são italianas (14 regiões), francesas (oito), polacas e romenas (sete cada), Alemanha e Holanda (seis cada), a República checa (cinco), Espanha e Portugal (quatro cada), Hungria (três), Eslováquia (dois), Áustria (dois), Chipre, Grécia e Malta (uma região cada).

Mapa 7.2: percentagem de investigadores relativamente à população empregada, por NUT II (2003)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

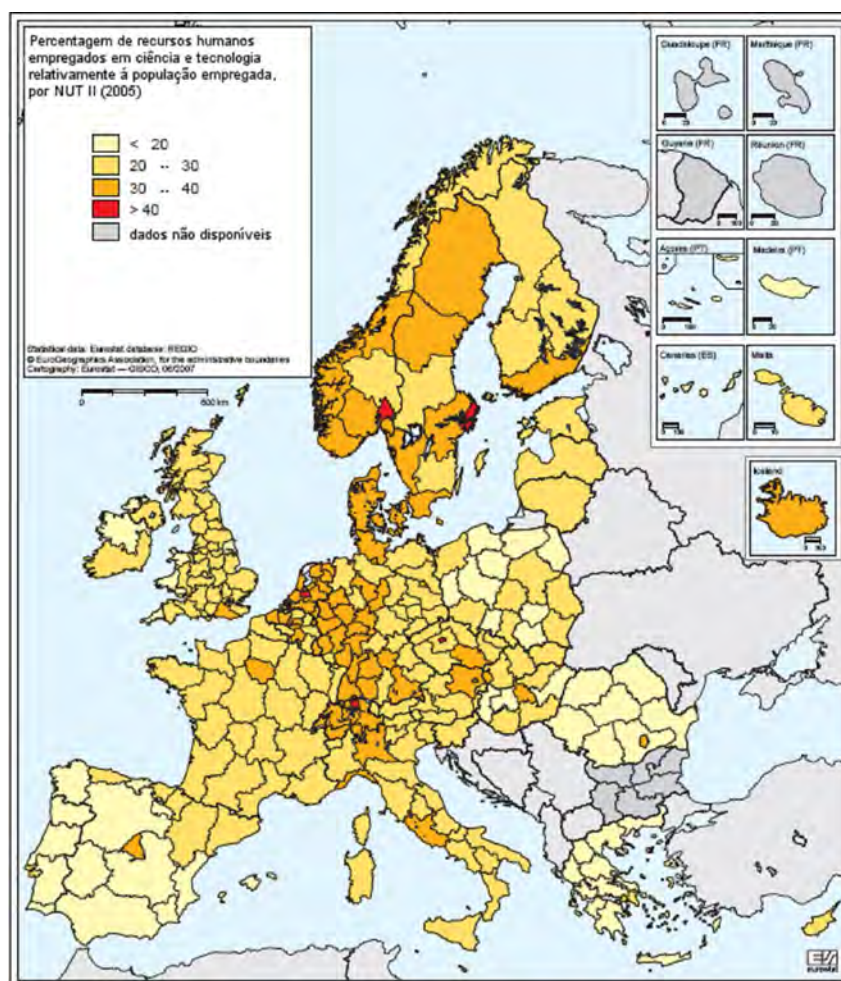
Recursos humanos empregados em ciência e tecnologia

Sem recursos humanos suficientes não poderá existir crescimento. A ciência e a tecnologia foram reconhecidas como áreas chave para o desenvolvimento europeu, pelo que é portanto extremamente importante para os estrategas políticos de nível regional (e também a nível nacional e da união) analisarem o “stock” de recursos humanos em ciência e tecnologia (RHCT).

HRST são portanto as pessoas que completaram a formação superior numa área científica ou em tecnologias e/ou que estão empregadas na área da ciência / tecnologia num cargo para qual é normalmente exigida formação superior.

Podemos verificar que, ao redor das capitais, há geralmente uma alta concentração de emprego altamente qualificado. Isto acontece porque as capitais são geralmente grandes cidades que contêm grandes grupos de pessoas altamente qualificadas. Este facto torna estas regiões atractivas para a instalação de novas empresas, devido á abundância de mão-de-obra qualificada. Ao mesmo tempo, as pessoas altamente qualificadas são atraídas para estas regiões devido ás maiores probabilidades de encontrarem um emprego qualificado compatível com as suas competências e devido ao grande número de empresas.

Mapa 7.3: % de recursos humanos empregados em ciência e tecnologia, relativamente á população empregada, por NUT II (2005)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Esta concentração urbana do emprego de recursos humanos em ciência e tecnologia pode ser vista no mapa 7.3. Esta concentração abrange uma área que vai da região italiana Liguria (no sul), através da Suíça, passando pelo ocidente e norte da Alemanha até aos países do Benelux. As regiões neste núcleo são densamente povoadas. As regiões do segundo núcleo encontram-se nos países escandinavos mas, exceptuando as capitais, estas regiões são relativamente pouco povoadas. A Escandinávia também regista regiões com elevados níveis de emprego em ciência e tecnologia — Estocolmo (Suécia) e Oslo og Akershus (Noruega). No entanto, o nível mais elevado regista-se em Praga, onde 47 % da mão-de-obra está empregada em ciência e tecnologia.

Indústrias de alta tecnologia e serviços intensivos em conhecimento

A estatística sobre as indústrias de alta tecnologia e os serviços intensivos em conhecimento incluem dados do emprego por sector. Baseado na relação entre a despesa em I&D e o PIB e a intensidade em I&D, os sectores podem ser subdivididos em subsectores mais específicos de forma a podermos analisar o emprego em ciência e tecnologia. Dois subsectores de grande importância para a ciência e a tecnologia são o fabrico de alta tecnologia e o fabrico de média tecnologia, apesar de explicar apenas 1,1 % e 5,5 %, respectivamente, do emprego na UE em 2005.

O fabrico de alta tecnologia inclui, por exemplo, o fabrico de computadores, televisões e instrumentos médicos, enquanto que o fabrico de média tecnologia inclui, por exemplo, a indústria química, de maquinaria e de equipamento de transporte.

Em termos de emprego na indústria de alta tecnologia, cinco em sete regiões da Hungria estão entre as principais regiões da Europa e duas delas, Közép-Dunántúl e Nyugat-Dunántúl, estão entre as três primeiras. Entre as 25 regiões de topo na indústria de alta tecnologia estão regiões da Irlanda e de Malta.

Doze das 25 regiões com a mais alta percentagem de emprego na indústria de média tecnologia são na Alemanha. De facto, é notável que as sete regiões do topo desta lista são alemãs.

Em 2005, cerca de 66 % do emprego na UE pertencia ao sector dos serviços. Para a nossa análise, é interessante observar que no subsector dos serviços intensivos em conhecimento (SIC), trabalham 32 % dos recursos humanos da UE. Os exemplos de SIC incluem transporte de água, transporte aéreo, correios e telecomunicações, mediação financeira e educação.

Ao todo, 60 % dos recursos humanos que trabalham em ciência e tecnologia (mapa 7.3) são empregados em serviços intensivos em conhecimento, que mostra padrões semelhantes com elevados níveis de SIC em capitais e regiões perto de capitais. Londres e Estocolmo estão entre as regiões do topo, com 57,4 % e 56,5 %, respectivamente, de emprego em serviços intensivos em conhecimento. Não obstante, as 10 regiões mais especializadas em SIC incluem três regiões densamente povoadas longe da capital: Aland (Finlândia), Övre Norrland (Suécia) e Trøndelag (Noruega).

Por outro lado, em todas as regiões da Suécia e da Noruega, mais de 40 % de todo o emprego está relacionado com serviços intensivos em conhecimento. Isto é igualmente o caso na Dinamarca, no Luxemburgo e na Islândia.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Patentes

As patentes reflectem a actividade inventiva e criadora de uma região ou país e a capacidade para converter conhecimento em potenciais ganhos económicos. Uma patente é um direito de propriedade intelectual para invenções técnicas. Uma patente concedida por uma entidade de registo de patentes nacional é válida apenas para um país e geralmente por 20 anos. Uma candidatura a patente no “gabinete” europeu de registo de patentes (EPO) pode ser válido em vários países, na maioria nos 32 que assinou a Convenção Europeia de Patentes.

Neste contexto, os indicadores baseados nas estatísticas sobre as candidaturas á obtenção de uma patente são usados para avaliar o desempenho inventivo e de inovação de um país ou região. A actual ênfase na inovação como uma fonte de competitividade industrial promoveu a o uso das patentes. As patentes são usadas não apenas para proteger os resultados da I&D, mas são igualmente úteis como uma fonte de informação técnica, que pode evitar o reinventar de ideias devido ao desconhecimento. O uso de patentes é relativamente limitado dentro da União Europeia. Isto pode ficar a dever-se a diversas razões, incluindo o custo relativo, a sobreposição dos procedimentos nacionais e europeus e a necessidade de tradução. Estes aspectos têm sido objecto de atenção por parte da Comissão Europeia, que durante anos tem procurado introduzir uma patente da Comunidade (a última tentativa foi feita em Janeiro de 2006).

O PATSTAT

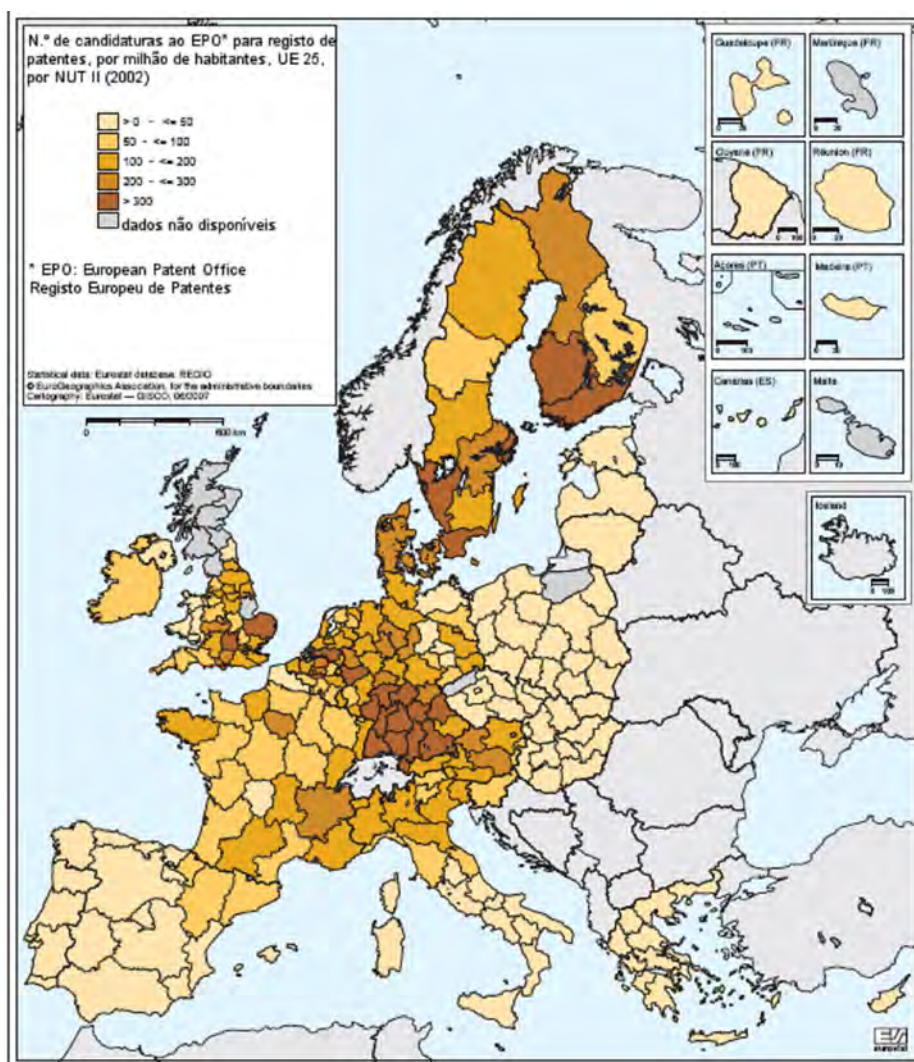
Desde 2004 que o grupo de trabalho interinstitucional da OCDE sobre as estatísticas de patentes tem estado a desenvolver uma base de dados estatística mundial das patentes (PATSTAT). O PATSTAT tem que ser entendido como uma única base de dados em estatística de patentes, detida pelo gabinete europeu de registo de patentes (EPO) e desenvolvido em cooperação com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO), a OCDE e o Eurostat. O PATSTAT deve satisfazer as necessidades estatísticas das várias organizações internacionais, que tirarão desta base de dados a informação para produzir a sua própria estatística. O PATSTAT entrou em funcionamento em 2006 e concentra dados brutos, deixando a produção de indicadores aos seus utilizadores, tal como a OCDE, o Eurostat e outros. O PATSTAT é actualizado duas vezes por ano (a 30 Março e a 30 Setembro) e disponibilizado aos utilizadores representados no grupo de trabalho. O objectivo é que o PATSTAT deve ser sustentável ao longo do tempo.

As patentes regionais

Na maioria dos EM a criação de patentes concentra-se em certas regiões. Muitas vezes as regiões mais activas na criação de patentes estão geograficamente juntas, formando grupos (“clusters”) económicos. Isto acontece, por exemplo, no sul da Alemanha, no sudeste de França e no noroeste de Itália. As regiões mais activas na criação de patentes são na Escandinávia e no centro da UE-27. O mapa 7.4 mostra-nos que em termos relativos, a região de Noord- Brabant (Holanda) liderava o ranking com 885 candidaturas a patentes por milhão de habitantes, seguido de sete regiões alemãs.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Mapa 7.4: nº de candidaturas ao EPO para registo de patentes, por milhão de habitantes, por NUT II (2002)



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

As duas regiões alemãs que detinham em 2002 maior número de patentes era Stuttgart com 736 aplicações patentes por milhão habitantes e Oberbayern com 669. A região classificada em nono lugar (Estocolmo, Suécia) teve menos de metade do total da região em primeiro lugar. Em termos absolutos, Île-de-France (França) foi a primeira classificada com 3 282 candidaturas a patentes, seguida por duas regiões alemãs (Stuttgart com 2 918 e Oberbayern com 2 769) que obtiveram assim o segundo e terceiro lugares em termos relativos. Em quinto lugar a região de Lombardia (Itália) registou 1 612 candidaturas a patentes, menos de metade dos 3 282 da região francesa de Île-de-France.

Uma análise regional das candidaturas a patentes pode revelar outros aspectos interessantes. Observando o número médio de candidaturas a patentes por região NUT II, e tendo em consideração que vários países mais pequenos contam apenas como uma NUT II, a Dinamarca foi a primeira classificada (1 167), seguida da Alemanha (598) e pela França (329). A Holanda (328), a Suécia (323) e a Finlândia (319) seguem de perto a França.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Por outro lado, os dados disponíveis sobre a principal região em cada país em termos de número total de candidaturas a patentes mostram que a região francesa de Île-de-France era líder. Stuttgart (Alemanha) surge em segundo lugar, seguido pelo Noord-Brabant (Holanda). Classificando as mesmas regiões pelo indicador “candidaturas a patentes por milhão de trabalhadores ao EPO, a região holandesa de Noord-Brabant lidera a classificação, seguida de Stuttgart e Estocolmo (Suécia) em terceiro.

Conclusão

Indicadores relevantes em termos de ciência, de tecnologia e de inovação são fundamentais para informar os **estrategas** sobre a situação das regiões europeias relativamente à missão de reforço do conhecimento e do crescimento, e de como a sua posição evolui. A estatística e os indicadores apresentados neste capítulo destacam o recente desempenho das regiões europeias em I&D, nas indústrias de alta tecnologia e nos serviços baseados no conhecimento, na criação de patentes, e nos recursos humanos a trabalhar em ciência e tecnologia. Os dados e os indicadores estão continuamente a evoluir de forma a cobrir mais amplamente a dimensão regional de todas estas áreas.

A ciência, a tecnologia e a inovação são actualmente alguns dos factores mais decisivos para o desenvolvimento de qualquer região. Sem estes três vectores na sua economia, qualquer região sofrerá invariavelmente de falta de competitividade nacional e/ou internacional. No mapa 7.1 podemos ver uma ilustração dos investimentos em I&D (investigação e desenvolvimento) em percentagem do PIB nas regiões da UE.

Quadro Q.Q: Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) (2003)

Localização geográfica	
Portugal	0,78
Norte	0,67

Fonte: Bial; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Como podemos ver no quadro II, a percentagem da despesa em I&D no PIB da região Norte é de 0,67%, muito abaixo da média da UE que se situava, para o mesmo ano, em 1,87%.

Quadro R.R: Proporção de pessoal em investigação e desenvolvimento (I&D) na população activa (%) (2003)

Localização geográfica	
Portugal	0,47
Norte	0,33

Fonte: INE - Bial; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Como vemos, a proporção de pessoal em investigação e desenvolvimento (I&D) na população activa, foi, em 2003, de 0,33% na região Norte. A estimativa do EUROSTAT para a média da UE neste ano de 2003 foi de 0,88%.

NOTA: No mapa 7.2 parece existir um lapso relativamente à cor verde atribuída à região Norte; atendendo ao facto que a cor verde classifica as regiões que apresentam um valor para este

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

indicador superior a 0,5%, e tendo a região Norte registado neste ano e de acordo com o INE um valor de 0,33%, não parece estar correcta a cor verde atribuída neste ano de 2003 à região Norte. A esta região corresponderia assim a cor mais clara da legenda.

Quadro S.S: Repartição da despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) a preços constantes, segundo a área científica ou tecnológica por NUTS II, 2005 (milhares de euros)

	Ciências exactas	Ciências naturais	Ciências de engenharia e tecnologia	Ciências da saúde	Ciências agrárias e veterinárias	Ciências sociais e humanas
Portugal	74 015	83 949	176 622	74 024	75 571	145 970
Continente	72 137	79 013	174 371	73 646	68 984	143 412
Norte	13 215	16 530	44 442	24 901	12 743	35 660
Centro	16 476	10 778	23 679	14 122	5 454	28 803
Lisboa	39 123	44 215	102 266	34 238	40 995	70 031
Alentejo	2 496	3 568	2 525	190	7 896	6 723
Algarve	827	3 922	1 459	194	1 895	2 196
R. A. Açores	836	3 628	1 290	84	1 603	2 067
R. A. Madeira	1 042	1 307	960	294	4 984	491

Fonte: INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

A despesa em I&D na região Norte incide principalmente na área das ciências ligadas à engenharia e tecnologia, como podemos ver no quadro acima, seguida da área ligada às ciências sociais e humanas. A área menos financiada corresponde às ciências veterinárias / agrárias.

Quadro T.T: Pessoas empregadas em Investigação e Desenvolvimento (I&D) (2005)

	Pessoal em I&D (Equivalente a Tempo Integral)				
	Total	Por sector de execução			
		Empresas	Estado	Ensino superior	Instituições privadas sem fins lucrativos
Portugal	25 728	6 133	4 533	11 680	3 381
Continente	25 089	6 082	4 336	11 410	3 261
Norte	6 418	1 743	414	3 115	1 145
Centro	4 659	1 291	333	2 488	547
Lisboa	12 622	2 776	3 361	4 945	1 540
Alentejo	957	237	205	492	24
Algarve	434	34	25	370	5
R. A. Açores	347	2	46	185	115
R. A. Madeira	291	50	151	86	5

INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

No quadro acima podemos ver o nº de pessoas empregadas em I&D nas regiões portuguesas. Para Portugal, podemos concluir que são as universidades (ensino superior) que regista um maior nº de pessoas empregadas em I&D. Naturalmente seguem-se as empresas como maiores empregadores em I&D e só depois o estado e as OSFL (Organizações Sem Fins Lucrativos). Na região Norte a realidade é semelhante, mas as OSFL contribuem com mais pessoas a trabalhar em I&D que o estado.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Quadro U.U: Indicadores de Investigação e Desenvolvimento (I&D) por NUTS II, 2004 e 2005

	Despesa em I&D no PIB	Despesa em I&D nas Empresas	Despesa em I&D no Estado	Pessoal em I&D na população activa	Despesa média em I&D por unidade
	2004	2005			
	%				Milhares de euros
Portugal	0,77	38,5	14,6	0,46	551,2
Continente	0,80	39,1	14,1	0,47	554,6
Norte	0,66	39,8	4,9	0,32	472,8
Centro	0,64	37,5	5,0	0,34	373,6
Lisboa	1,10	39,7	21,1	0,89	741,0
Alentejo	0,45	41,5	12,8	0,25	418,5
Algarve	0,23	4,0	9,6	0,21	366,5
R. A. Açores	0,41	1,4	21,5	0,31	377,2
R. A. Madeira	0,24	13,5	55,8	0,23	473,5

Fonte: INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

Podemos ver no quadro que, em termos comparativos com outras regiões, o Norte investiu em 2004/2005 0,66% do PIB, mais que todas as outras regiões, à excepção de Lisboa.

Quadro V.V: Indicadores da sociedade da informação, por NUTS II, 2006 (%)

	Agregados domésticos			Indivíduos	
	Posse de computador	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Utilização de computador	Utilização de Internet
Portugal	45,4	35,2	24,0	42,5	35,6
Continente	45,4	35,1	23,7	42,7	35,8
Norte	42,0	31,3	19,0	37,2	29,9
Centro	45,2	36,3	21,0	43,5	36,6
Lisboa	52,8	40,7	33,8	50,9	44,8
Alentejo	35,0	27,4	16,0	40,4	33,6
Algarve	41,7	34,3	21,8	37,2	29,4
R. A. Açores	45,5	37,8	27,5	34,7	28,1
R. A. Madeira	46,5	37,1	33,4	39,4	32,6

Fonte: INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006

No quadro acima podemos ver alguns indicadores da sociedade de informação portuguesa. Assim, podemos ver que a média na região II Norte é ligeiramente inferior à média nacional de 45,4% em termos de posse de computador. Também na ligação à Internet, a região Norte fica atrás, com um valor de 31,3% (baixa velocidade) e 19% (banda larga). As utilizações de computador (37,2%) e de Internet (29,9%) também são mais baixas no Norte quando comparadas com a média nacional.

CAPITULO VIII: TURISMO

Introdução

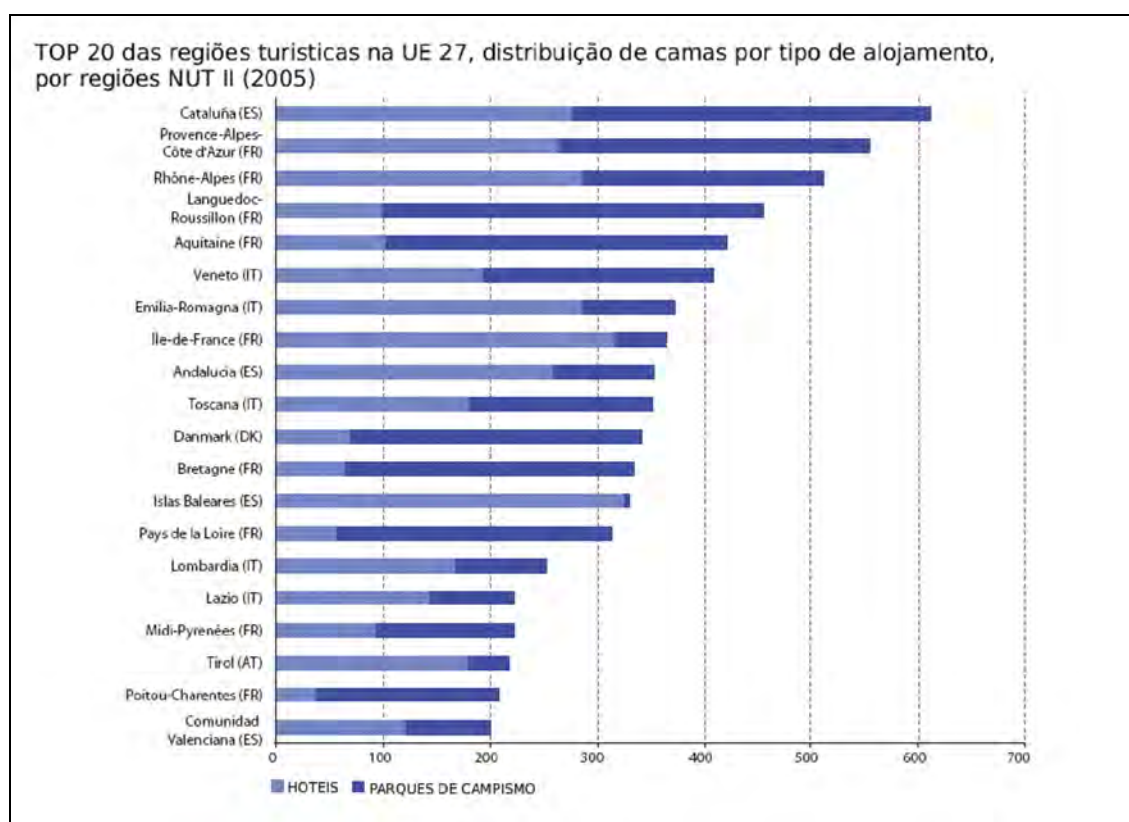
O turismo é uma actividade económica importante para o conjunto dos Estados Membros da União Europeia. No entanto, a importância económica do turismo difere entre as várias regiões da UE. Nas regiões rurais em particular, que são normalmente periféricas aos centros económicos dos respectivos países, o turismo é muitas vezes a principal fonte de rendimento e o factor económico mais importante para criar e manter um nível adequado de emprego.

O turismo é uma indústria que se cruza com outros sectores, sendo que todos eles oferecem os mais diversos serviços aos turistas e cujo desenvolvimento depende em grande medida da procura gerada por esses mesmos turistas (os principais exemplos são o alojamento, transportes e cafés/restaurantes). Nas regiões onde o turismo é forte, o sector retalhista também beneficia consideravelmente da procura por parte dos turistas. O mesmo se aplica a muitos outros serviços (culturais, de lazer e de recreio).

Capacidade de alojamento

A figura 8 mostra-nos as 20 regiões da UE-27 que apresentam maior capacidade de alojamento a nível de hotéis e parques de campismo. A capacidade de alojamento nos parques de campismo comparativamente aos hotéis é calculada pela multiplicação de lugares por quatro, partindo do princípio que pode permanecer em cada lugar uma média de quatro pessoas.

Figura 8: Top 20 das regiões turísticas na UE (CAMAS)



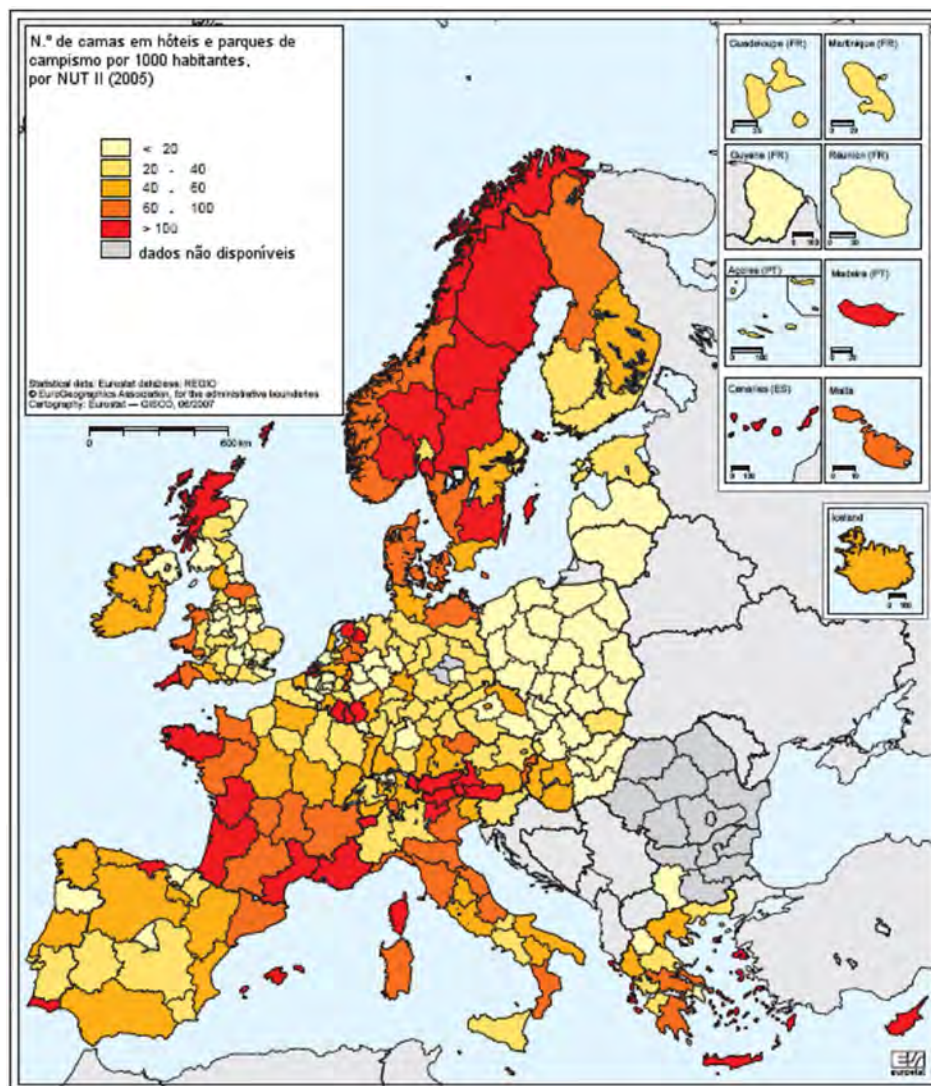
Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

A região da UE com maior capacidade de alojamento é a região espanhola da Catalunha, com 612000 camas, seguido pelas quatro regiões francesas de Provence-Alpes, Côte d'Azur (555 000 camas), Rhône-Alpes (511000), Languedoc-Roussillon (455000) e Aquitaine (422000), e as duas regiões italianas de Veneto (409 000) e Emilia-Romagna (373000). Dezoito das 20 regiões do "top" em termos de capacidade de alojamento são francesas, espanholas ou italianas, com apenas duas noutros EM— Dinamarca com 339000 camas, que, na totalidade, constitui uma região NUT 2, e o Tirol, na Áustria (218000 camas).

O mapa 8.1 mostra-nos o número de camas em hotéis e parques de campismo por 1 000 habitantes (densidade de camas) nos EM da UE. Esta relação com o número de habitantes indica-nos a importância relativa da capacidade de oferta turística per capita. Este indicador é portanto influenciado não apenas pelo número de camas disponíveis (alojamentos) mas também pela população residente. Podemos ver que a "densidade de camas" mais alta surgem principalmente nas regiões litorais e em certas ilhas, assim como nas regiões Alpinas e no Luxemburgo, juntamente com as suas duas regiões vizinhas a leste e oeste.

Mapa 8.1: nº de camas em hotéis e parques de campismo na UE



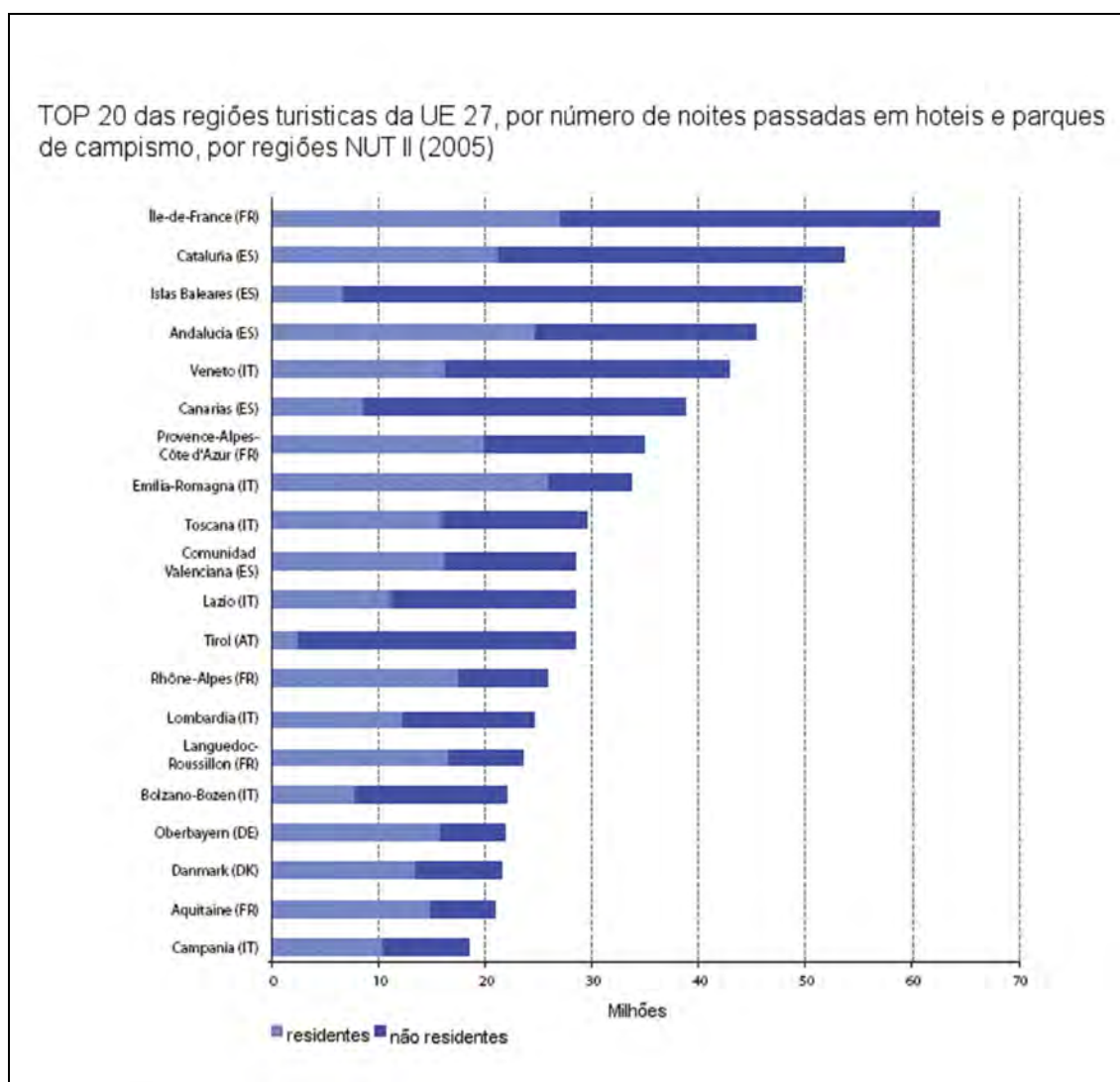
Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Dados sobre a capacidade de alojamento

Os dados sobre a capacidade de alojamento mostram-nos até que ponto a oferta de alojamento turístico de uma região realmente corresponde à procura. O número de estadias/noites passadas nos hotéis é normalmente usado como base para este cálculo. As 20 regiões (ver Figura 8) onde se registam mais estadias correspondem, naturalmente, às regiões com maior oferta turística. Com 6,3 milhões de estadias, Île-de-France está no topo da lista, seguido pelas três regiões espanholas da Catalunha (5,4 milhões), Ilhas Baleares (5,0 milhões) e Andaluzia (4,5 milhões). As 20 regiões que registam o maior número de noites concentram-se assim como podemos ver na Itália, em França e na Espanha. Apenas o Tirol (Áustria), Oberbayern (Alemanha) e Dinamarca surgem neste grupo apesar de não se situarem nestes três países.

Figura 9: Top 20 das regiões turísticas da UE (noites em hotéis e parques de campismo)

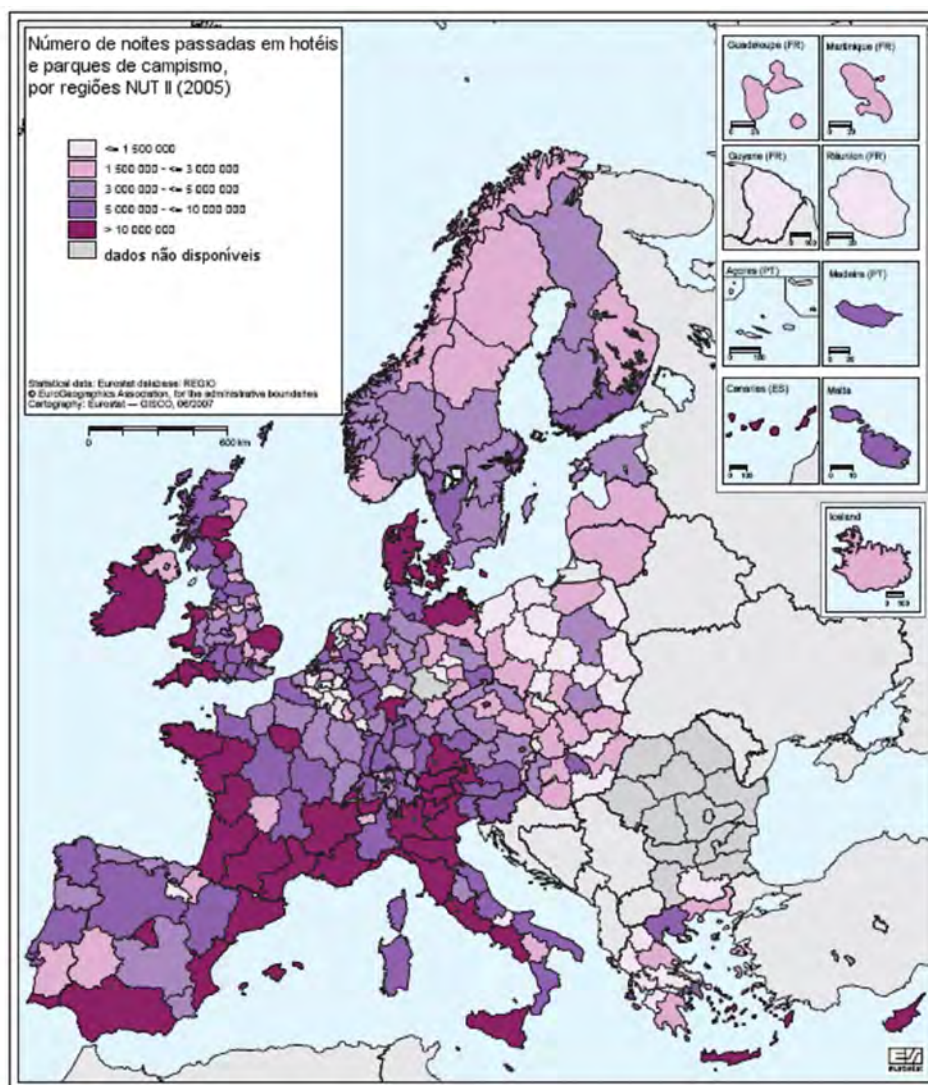


Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

O mapa dá-nos uma perspectiva geral do número de estadias/noites nos hotéis e nos parques de campismo na UE. O mapa mostra claramente que a maioria das áreas visitadas pelos turistas são as regiões litorais e as ilhas. Podemos também concluir pela análise do mapa que o turismo é muito mais importante no sul da Europa, particularmente nos países mediterrâneos, que no norte.

Mapa 8.2: Nº de noites passadas em hotéis e parques de campismo



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

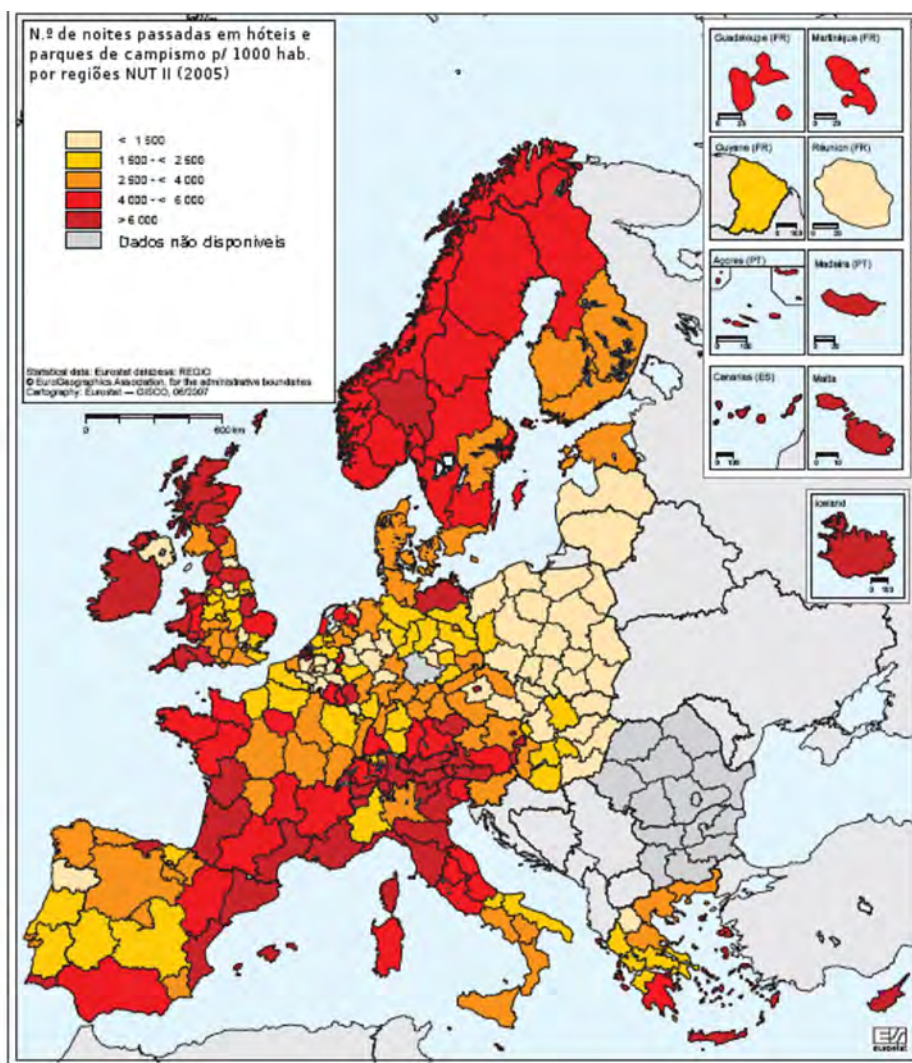
Intensidade turística

Comparando o número de noites com o número de habitantes obtemos a intensidade de turismo (mapa 8.3). Este mapa serve como um indicador da importância relativa do turismo numa determinada região. Este é geralmente um melhor indicador sobre a importância económica do turismo que o número absoluto noites passadas em hotéis ou parques de campismo. A importância considerável do turismo pode ser vista em muitas regiões litorais da Europa e nas ilhas, assim como para as regiões Alpinas da Áustria, Itália e Suíça. As ilhas

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Baleares espanholas, com 51 754 noites por 1 000 habitantes, têm a mais alta intensidade turística, seguidas pela região Alpina italiana Bolzano/Bozen (46 385 noites por 1 000 habitantes), a região grega de Notio Aigaio (42 126), o Tirol austriaco (41 073), o Algarve português (37 827) e a grega Ionia Nisia (32 100).

Mapa 8.3: Noites passadas em hotéis e parques de campismo



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

O desenvolvimento do turismo 2000 – 05

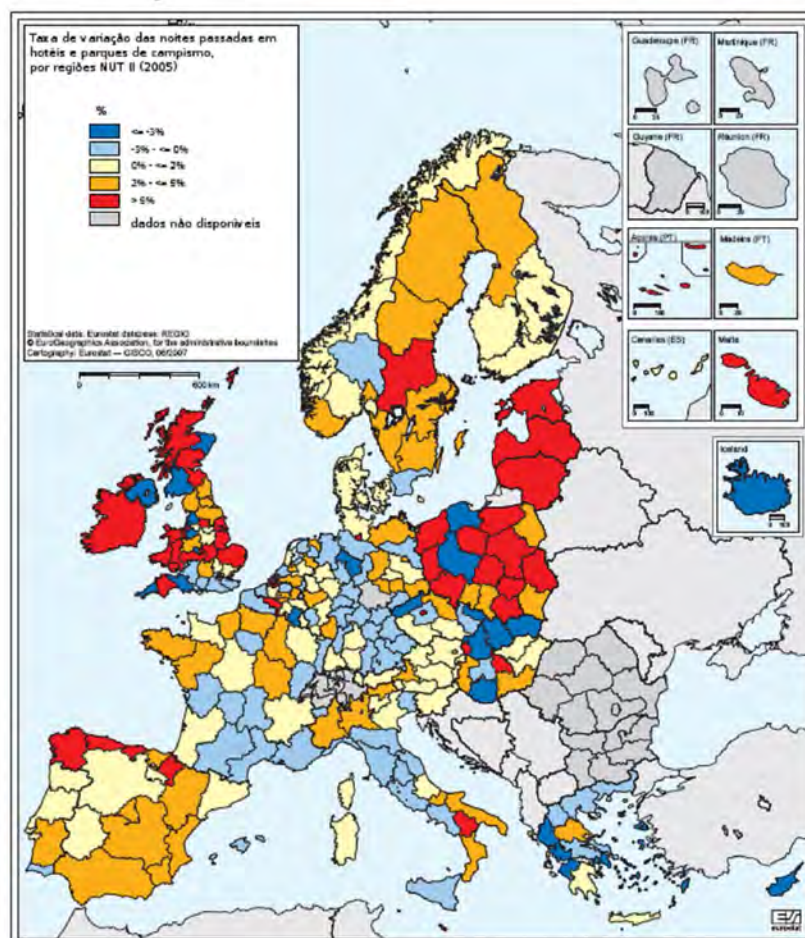
O turismo mostrou geralmente uma tendência positiva nos Estados Membros da UE entre 2000 e 2005. O número de noites em hotéis e em parques de campismo aumentou nos países da UE em média 0,9 % ao ano.

Os novos Estados Membros registaram um elevado crescimento turístico, relativamente ao número de noites, bem acima da média da União (mapa 10.4), particularmente os três Estados Bálticos, e dos quais a Lituânia é o melhor exemplo, uma vez que registava um crescimento de 18,7 %. No entanto, a Letónia e a Estónia, com taxas de crescimento de 12,2 % e 9,3 % respectivamente, ficaram igualmente bastante acima da média da UE. A maioria das regiões da

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Polónia, do norte de Espanha, da Irlanda, de Malta e a maioria das regiões de Reino Unido também viram o crescimento acima da média.

Mapa 8.4: taxa de variação das noites passadas em hotéis e parques de campismo



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

O turismo internacional

É interessante para a análise do desenvolvimento do turismo de uma região o turismo internacional, isto é, as visitas dos estrangeiros à região. A condição de estrangeiros, ou mais precisamente visitantes não-residente, é determinado nas estatísticas do turismo de acordo com o seu local de residência normal. A proporção de turistas estrangeiros é um indicador da atractividade e da competitividade internacional de uma região. Os turistas estrangeiros tendencialmente gastam mais dinheiro que os turistas residentes, e os rendimentos terão assim um impacto positivo na balança de pagamentos do país (pode por exemplo ajudar a compensar deficits no comércio externo). Em 2005, cerca de 41 % das estadias na UE eram de estrangeiros (não-residentes). As diferenças entre as regiões são interessantes. Em Malta, no Luxemburgo e em Chipre, mais de 90 % das estadias eram de estrangeiros (em países pequenos como estes, a alta proporção de turistas estrangeiros deve-se a factores estatísticos), e o mesmo acontecia em Praga, Kriti e no Tirol, enquanto que para certas regiões

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

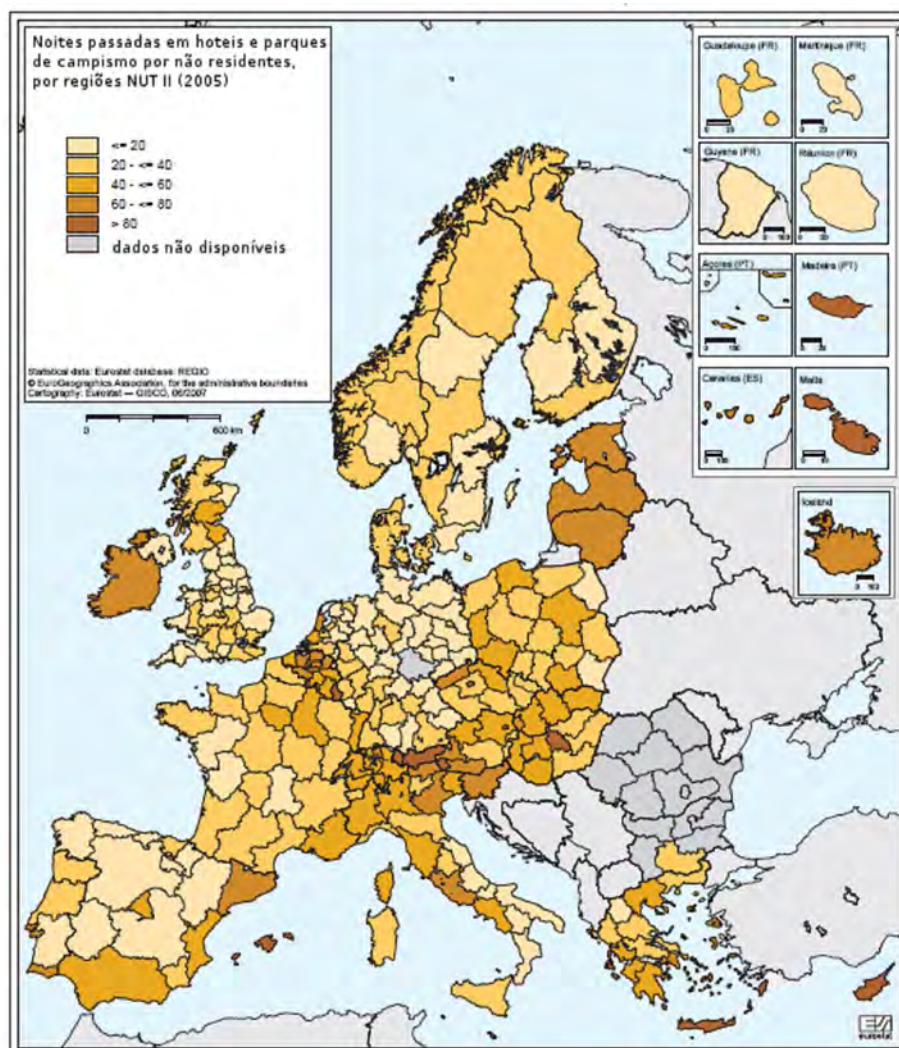
da Alemanha, do Reino Unido, da Holanda, da França e da Itália eram menos de 10 % (mapa 10.5).

Perspectivas de futuro do turismo na UE

De acordo com a Organização Mundial de Turismo, a Europa é o continente mais visitado no planeta. A diversidade de culturas e a variedade das paisagens são as principais razões para esta excepcional posição, e estes dois aspectos foram reforçados pela adesão dos 12 novos Estados Membros em 2004 e 2007. Estes novos Estados Membros estão a desenvolver muito rapidamente as suas infra-estruturas turísticas. Oferecem novos destinos, atraentes para os visitantes dos restantes Estados Membros e de países exteriores à UE.

Paralelamente, nas tradicionais regiões turísticas da Europa, o turismo permaneceu bastante estável. O desejo do público em viajar permanentemente não foi refreado por acontecimentos dramáticos (como os ataques terroristas). Podemos portanto esperar que o sector turístico na UE continuará a desenvolver-se favoravelmente nos próximos anos.

Mapa 8.5: Noites passadas em hotéis e parques de campismo



Fonte: Eurostat regional yearbook 2007

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Conclusão

A inclusão de um capítulo sobre o turismo neste estudo prende-se com a importância desta actividade estratégica para a sub-região do Minho Lima. De facto, e dadas as suas potencialidades em termos turísticos, esta actividade terá sempre de ser considerada estratégica em qualquer planeamento económico e social. Vemos seguidamente alguns dos principais indicadores relativos ao turismo no Minho Lima.

Quadro X.X: Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica e Tipo (estabelecimento hoteleiro) 2006

	Estabelecimentos hoteleiros (TOTAL)	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis Apartamentos	Aldeias Turísticas	Apartamentos Turísticos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	264037	127423	42159	6058	2273	2058	35215	12347	36504
Norte	35504	19306	12148	1431	594	606	1015	120	284
Minho Lima	3733	1498	1576	179	196	64	0	120	100

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

A taxa de acomodação turística (nº de camas por 1000 habitantes) no Minho Lima é francamente baixa quando comparada com a média nacional e sobretudo quando comparada com a média da UE. A média do Minho Lima neste ano de 2006 era de aproximadamente 15 camas por 1000 habitantes, um valor que coloca o Minho Lima num valor inferior às 20 camas por 1000 (ver mapa 8.1). A taxa de acomodação turística calcula-se da seguinte forma: $\text{nº de camas/população} \times 1000$.

Quadro Z.Z: Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica e Tipo (estabelecimento hoteleiro) 2006

	Estabelecimentos hoteleiros (TOTAL)	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis Apartamentos	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	37566461	20629295	3543884	758111	401647	268478	6109881	1713074	4142091
Norte	3844374	2551384	817554	127115	98688	115296	18253
Minho Lima	307235	172039	79858	...	30811	...	0	...	0

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Em termos de dormidas por 1000 habitantes, o valor para o Minho Lima é de 1219, inferior às 1500 no mapa 8.3. Este indicador calcula-se da seguinte forma: $\text{nº de dormidas/população} \times 1000$.

Quadro A.A.A: Proporção de hóspedes estrangeiros (%) por Localização geográfica (2006)

Localização geográfica	%
Portugal	52,6
Norte	35,2
Minho Lima	23,7

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Podemos ver no quadro A.A.A acima que a proporção de hóspedes estrangeiros no Minho Lima (23,7%) é francamente baixa quando comparada com a proporção no Norte (35,3%) e

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

ainda se torna mais relevante quando comparada com a média nacional (52,6%). Este indicador calcula-se da seguinte forma: nº de hóspedes com residência habitual no estrangeiro/ Total de hóspedes X 100

Quadro B.B.B: Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica e Tipo (estabelecimento hoteleiro) (2006)

	Estabelecimentos hoteleiros (TOTAL)	Hotéis	Pensões	Estalagens	Pousadas	Motéis	Hotéis Apartamentos	Aldeamentos Turísticos	Apartamentos Turísticos
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	40,8	45,1	24,9	34,7	49,4	36,0	49,0	41,8	35,3
Norte	30,1	36,0	19,5	25,0	45,8	48,5	20,6
Minho Lima	23,5	31,2	14,9	...	43,1	...	0,0	...	§

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria

Em termos de taxa líquida de ocupação de camas podemos novamente verificar um valor muito inferior no Minho Lima (23,5%) quando comparado com a média nacional (40,8) e até com a média da região Norte (30,1%). Esta taxa calcula-se da seguinte forma: nº de dormidas/ nº de camas existentes no período de referência X 100.

Face a estes valores, particularmente tendo em atenção a taxa líquida de ocupação de camas, devemos concluir que o principal problema do Minho Lima em termos turísticos é não apenas a falta de oferta de alojamento, mas sobretudo uma nítida dificuldade em captar e fixar os turistas durante um período de tempo mais ou menos dilatado (referimo-nos a dormidas). Este facto é expresso pelo valor acima registado em que apenas 23,5% das camas disponíveis são utilizadas. Uma outra conclusão que nós podemos retirar dos dados fornecidos pelo INE é que o Minho Lima apenas capta um valor residual de turistas estrangeiros, supostamente aqueles que terão uma maior disponibilidade para despesa durante os seus períodos de férias. No quadro A.A.A podemos ver que apenas 23,7% dos turistas no Minho Lima são estrangeiros. Assim, devemos concluir que os turistas no Minho Lima são sobretudo nacionais (uma vez que não são estrangeiros). Ora este facto, não sendo necessariamente uma situação preocupante, deve no entanto ser considerada muito seriamente na planificação futura do turismo da sub-região.

Podemos ainda ver que o número de dormidas no Minho Lima é muito baixo quando comparado com a média nacional e mesmo europeia, facto surpreendente dada a reconhecida e indesmentível beleza paisagística da sub-região e da sua riqueza patrimonial e cultural (ver quadro Z.Z e mapa 8.1).

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

FONTES:

- Eurostat regional yearbook 2007 (<http://ec.europa.eu/eurostat>)
Eurostat
- Contas regionais; Anuário Estatístico Regional
INE – Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt/>)
- Social inclusion and Income distribution Annual Monitoring Report 2007
(European Commission) - Social Situation Observatory
- Publicações diversas
CEVAL (Conselho Empresarial dos Vales do Lima e Minho)
- (A dinâmica da sub-região do Minho Lima ao nível económico e social)
REAPN Viana Castelo
- Carlos Farinha Rodrigues - Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Conclusões

Em jeito de balanço, e fazendo um breve resumo conclusivo dos principais indicadores do documento, que naturalmente se focaram na sub-região do Minho Lima, que é para todos os efeitos, o território no âmbito da intervenção de investigação do núcleo REAPN de Viana do Castelo. Destes indicadores, a ênfase recai nos que se configuram como os mais decisivos para o aumento do nível de competitividade da sub-região e consequente melhoria do nível de vida da população: a educação, o emprego, a produtividade, o rendimento, a ciência, tecnologia e inovação e por último o turismo, por ser um factor decisivo de desenvolvimento regional.

Podemos observar ao longo deste documento as diferenças, por vezes bastante evidentes, entre as diferentes regiões da UE. Um dos principais objectivos da União Europeia, a convergência das regiões mais atrasadas relativamente à média da UE, está, portanto, ainda longe de ser alcançado. Podemos constatar por uma simples observação dos mapas ao longo do documento o atraso social e económico das regiões periféricas da UE face às regiões no centro e norte da Europa. De facto, as regiões dos EM fundadores da UE, dos países nórdicos e Anglo-saxónicos revelam um nível de desenvolvimento consideravelmente superior quando comparadas com as regiões do sul da Europa, nomeadamente com as regiões portuguesas, espanholas, gregas, italianas (sul), e com as regiões do leste europeu, particularmente as regiões romenas, búlgaras, polacas, etc.

Todas as pessoas minimamente interessadas pelo desenvolvimento económico e social conhecem esta realidade e estas diferenças entre as regiões portuguesas e as regiões mais desenvolvidas da UE.

Pensamos que é extremamente importante observar a competitividade das regiões portuguesas no contexto europeu. No caso particular da região Norte, e, mais especificamente, no caso da sub-região do Minho Lima, esta preocupação deverá ser ainda maior, uma vez que toda a região Norte, Minho Lima incluído, tem perdido competitividade não apenas a nível europeu, mas até a nível nacional (ver anexo 1) e não tem convergido com a média da UE, objectivo fundamental das políticas de coesão. Assim, e de uma forma tão resumida quanto possível, podemos dizer que a sub-região do Minho Lima caminha lentamente (demasiado lentamente) rumo à convergência com a média da UE, mas enfrenta sérias dificuldades atendendo à sua fraca competitividade económica e social e ao défice estrutural que não foi ainda ultrapassado, apesar dos investimentos realizados, na sua maioria com apoios da UE.

Assim, no capítulo da educação, o Minho Lima regista um considerável atraso, sobretudo no que se refere ao ensino secundário e superior (ver capítulo II). Em termos de ensino pré-escolar regista-se uma evolução muito positiva e digna de registo. A saída é claramente por aqui.

Em termos de emprego, o Minho Lima não apresenta um nível de desemprego superior à média nacional, ou à média da UE, mas sabemos que o emprego, na sua maioria, é relativamente desqualificado e assente em baixos salários. Podemos dizer de uma forma simplificada que existe emprego, mas que não é um emprego de “qualidade” (por assim dizer). Evidentemente que existem excepções, mas no geral é este o panorama da sub-região.

O que nos leva à questão da produtividade. No capítulo da produtividade, regista-se no Minho Lima uma produtividade extremamente baixa, que se explica não apenas pela baixa qualificação dos trabalhadores, mas também pela baixa produtividade dos factores de produção e do capital, e pela falência do próprio modelo de desenvolvimento assente em baixos custos de exploração.

A sub-região Minho Lima no contexto regional da UE

Temos assim formado o ciclo vicioso que começa na baixa qualificação dos trabalhadores, e que apenas lhes permite acesso ao emprego desqualificado, a baixa produtividade, de todos os factores de produção (trabalho incluído) e que leva ao baixo rendimento (do capital e do trabalho) e que consequentemente conduzem á pobreza material de uma parte significativa dos trabalhadores e naturalmente da população da sub-região (ver capítulo III).

Como resultado da combinação doentia de todos estes factores desfavoráveis, o rendimento na sub-região é francamente baixo quando comparado com a média da UE (ver capítulo IV). Assim, em 2004 o PIB pc em PPC (paridade de poder de compra) foi em Portugal de cerca de 74,7% da média da UE 27, na região Norte de cerca de 60% da média da UE27 e foi, no Minho Lima, de cerca de 46% da média da UE 27.

Desta forma, aquele que é porventura um dos principais objectivos da nossa integração na UE, (o aumento para altos níveis de rendimento por habitante e assim acompanhar a média da UE), está longe de ser atingido. Mas a sub-região do Minho Lima não tem apenas de convergir com a média europeia; tem primeiro de convergir internamente e, em 2004, a média da sub-região era de cerca de 67% da média nacional, de acordo com os dados do INE, um valor que coloca o Minho Lima como uma das sub-regiões com menor rendimento per capita de Portugal.



Núcleo distrital de Viana do Castelo

A SUB-REGIÃO MINHO LIMA NO CONTEXTO REGIONAL DA UE

**NÚCLEO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO
INVESTIGAÇÃO 2008**

DOCUMENTO FINALIZADO: JULHO 2008